

Provas Comentadas - Em PDF



**ESTRATÉGIA
CARREIRA JURÍDICA**

Autor

**Prof.: YASMIN USHARA
DE CARVALHO MOURA
BARBOSA**

9 de Maio de 2024

Olá, pessoal, tudo certo?!

Em 07/05/2023, foi aplicada a prova objetiva do concurso público para **Procurador Federal**. Assim que encerrada, nosso time de professores elaborou o gabarito extraoficial, que, agora, será apresentado juntamente com a nossa **PROVA COMENTADA**.

Este material visa auxiliá-los na aferição das notas, elaboração de eventuais recursos, verificação das chances de avanço para fase discursiva, bem como na revisão do conteúdo cobrado no certame.

Desde já, destacamos que nosso time de professores identificou 1 questão passível de anulação, por apresentar duas alternativas corretas, como veremos adiante. No tipo de prova comentado, trata-se da questão 34.

De modo complementar, elaboramos também o **RANKING de Procurador Federal**, em que nossos alunos e seguidores poderão inserir suas respostas à prova, e, ao final, aferir sua nota, de acordo com o gabarito elaborado por nossos professores. Através do ranking, também poderemos estimar a nota de corte da 1º fase. Essa ferramenta é gratuita e, para participar, basta clicar no link abaixo:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/simulados/f9236050-8af7-49aa-9c49-e4f478f6cddf>

Por fim, comentaremos a prova, as questões mais polêmicas, as possibilidades de recurso, bem como a estimativa da nota de corte no **TERMÔMETRO PÓS-PROVA**, no nosso canal do Youtube. Inscreva-se e ative as notificações!

 **Estratégia Carreira Jurídica - YouTube**

Vocês também poderão acompanhar todos os eventos através deste link:

[Gabarito Extraoficial Procurador Federal \(AGU\): veja a correção \(estrategia.com\)](#)

Esperamos que gostem do material e de todos os novos projetos que preparamos para que avancem rumo à aprovação.

Contem sempre conosco.

Yasmin Ushara,

Coordenação de Metas do Estratégia Carreiras Jurídicas.



PROVA COMENTADA – PROCURADOR FEDERAL

QUESTÃO 1. No campo da hermenêutica constitucional, a via de interpretação que orienta os intérpretes a buscar a maior concretude possível das normas constitucionais, sem lhes alterar o conteúdo, corresponde ao princípio da

- a) Razoabilidade.
- b) Máxima efetividade.
- c) Interpretação conforme a Constituição.
- d) Concordância prática ou da harmonização.
- e) Proporcionalidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

As alternativas A e E estão incorretas. O princípio da razoabilidade (ou da proporcionalidade) tem base na teoria de Karl Larenz, para o qual a razoabilidade consubstancia uma pauta de natureza axiológica que emana diretamente das ideias de justiça, equidade, bom senso, prudência, moderação, justa medida, proibição de excesso. Precede e condiciona a aplicação da lei, inclusive a Constituição, de forma a aplicar, ao caso concreto, a decisão mais justa e equilibrada

A alternativa B está correta. O princípio da máxima efetividade, decorrente do princípio da força normativa, orienta os intérpretes da Constituição a buscarem a maior proximidade possível do texto da Lei Maior, sem alterar-lhe o sentido ou conteúdo.

A alternativa C está incorreta. Segundo o princípio da interpretação conforme a constituição, os aplicadores da Constituição, em face de normas infraconstitucionais de múltiplos significados, escolhem o sentido que as torne constitucionais, e não aquele que resulte na sua declaração de inconstitucionalidade.

A alternativa D está incorreta. O princípio da concordância prática (também conhecido como princípio da harmonização) está correlacionado ao princípio da unidade da constituição, pois consiste numa recomendação de que o aplicador das normas constitucionais, numa situação de concorrência entre bens constitucionalmente protegidos, adote a solução que otimize a realização de todos eles, sem, para tal, acarretar a negação de algum.

QUESTÃO 2. Com relação ao princípio da simetria, assinale a opção correta.

- a) Não se aplica o princípio da simetria às relações entre governador e assembleia legislativa, devido à autonomia dos estados da Federação.
- b) Os municípios não estão obrigados a observar o princípio da simetria na elaboração de sua lei orgânica.
- c) Invocar o princípio da simetria para prever, em Constituição estadual, competência do governador para editar medidas provisórias fere o regime constitucional de 1988.



d) As comissões parlamentares de inquérito (CPI) municipais, por força do princípio da simetria, têm os mesmos poderes e submetem-se aos mesmos requisitos das CPI do Congresso Nacional.

e) Em razão do princípio da simetria, os tribunais de contas dos estados devem observar os parâmetros de composição e fiscalização do Tribunal de Contas da União.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. A autonomia dos estados federados não autoriza relação entre governador e assembleia legislativa diferente daquela prevista na CF para presidente e Congresso Nacional, pois, independente do ente federado, a independência e harmonia entre os poderes é princípio fundamental da CF.

A alternativa B está incorreta. Os municípios devem observar o princípio da simetria na elaboração da suas leis orgânicas, conforme já apreciado pelo STF na ADI 7205.

A alternativa C está incorreta. O STF já declarou que não fere a Constituição a instituição de medidas provisórias pelo chefe do executivo estadual, desde que esteja prevista expressamente na Constituição Estadual e sejam observados os princípios e limitações da CF - ADI 425 e ADI 2391.

A alternativa D está incorreta. Os requisitos expostos na CF para constituição de CPIs são considerados como garantia das minorias no parlamento, logo, os municípios devem resguardar como parâmetro aquele previsto na Constituição, mas podem inovar ao beneficiar as minorias parlamentares em procedimento de CPI.

A alternativa E está correta. O artigo 75 da CF expressa que as normas estabelecidas para o TCU são aplicáveis, naquilo que couber, aos Tribunais de Contas dos Estados, do DF e Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios. Ainda, por meio da ADI 4541, o STF se pronunciou acerca da aplicação do princípio da simetria no contexto de tribunais de contas dos estados.

QUESTÃO 3. Acerca do princípio da laicidade assinale a opção correta.

a) É constitucionalmente aceitável que lei imponha a estados e municípios a aquisição e oferta de publicações religiosas em bibliotecas escolares.

b) Como decorrência da laicidade, deve o Estado abster-se de proteger à liberdade de culto.

c) Razões sanitárias não podem fundamentar restrição à liberdade de culto.

d) Convicção religiosa pode servir como fundamento para que indivíduo se recuse a cumprir obrigação imposta a todos, sem que isso necessariamente implique privação de direitos.

e) Considerando a prevalência de determinada denominação religiosa em seu território, um estado da Federação pode erigir livro religioso como fonte de orientação de comunidades e grupos sociais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. O tema foi objeto da ADI 5258, na qual o STF declarou inconstitucional norma que obrigue a manutenção de exemplar de determinado livro de cunho religioso em unidades escolares e bibliotecas públicas estaduais.



A alternativa B está incorreta. A proteção a liberdade de culto está prevista do inciso VI do artigo 5º da CF..

A alternativa C está incorreta. O STF já declarou que não ferem a Constituição as restrições ao funcionamento das casas de cultos impulsionadas por eventos de supercontaminação (COVID), pois se revelam adequadas, necessárias e proporcionais em sentido estrito para o combate do grave quadro de contaminação - ADPF 811.

A alternativa D está correta. Conforme artigo 5º, inciso VIII, da CF: "*ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei*".

A alternativa E está incorreta. O tema foi objeto da ADI 5257, na qual o STF declarou inconstitucional lei estadual que oficializava a Bíblia como livro base de fonte doutrinária para fundamentar princípios, usos e costumes de comunidades, igrejas e grupos no Estado.

QUESTÃO 4. No tocante aos direitos sociais e ao princípio da proibição de retrocesso, julgue os itens subsequentes.

I A invocação da chamada reserva do possível não necessariamente serve a justificar omissões estatais.

II Segundo o STF, o princípio da proibição de retrocesso não se aplica ao campo da proteção a adolescentes.

III A falta de previsão expressa do princípio da vedação de retrocesso não impede que ele seja reconhecido como vetor de eficácia da Constituição na interpretação do direito ambiental.

IV O princípio da proibição de retrocesso só tem aplicabilidade em casos nos quais determinado direito esteja sob risco de ser eliminado.

Estão certos apenas os itens

a) I e II

b) I e III

c) II e IV

d) I, III e IV

e) II, III e IV

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

O item I está correto. O Estado não pode utilizar a justificativa da reserva do possível para fundamentar suas omissões, conforme já decidido no Are 761127 AP - STF.

O item II está incorreto. O STF já aplicou o presente princípio em matéria de proteção dos direitos dos adolescentes na ADI 2096.

O item III está correto. O princípio da vedação ao retrocesso está implícito na CF e pode ser utilizado como vetor de eficácia da Constituição na interpretação do direito ambiental, como já expresso pelo STF na ADPF 651.



O item IV está incorreto. O princípio da vedação ao retrocesso não tem sua aplicabilidade restrita aos casos em que o direito possa ser eliminado, já que a finalidade própria do princípio é garantir um movimento evolutivo dos direitos, sempre tendendo ao aperfeiçoamento e, assim, aplicado também em situações de limitações parciais de determinado direito social.

QUESTÃO 5. No que concerne às medidas provisórias (MP), assinale a opção correta.

- a) Em determinadas situações, uma MP pode ter eficácia por mais de sessenta dias.
- b) Decorridos os sessenta dias de vigência de uma MP, deve ela ser imediatamente submetida ao Poder Legislativo.
- c) Não cabe ao Poder Legislativo apreciar os requisitos de relevância e urgência de MP.
- d) Na tramitação de MP no Congresso Nacional, não se admitem emendas aditivas e modificativas, admitindo-se apenas as supressivas.
- e) Caso uma medida provisória seja rejeitada, a matéria dela constante poderá ser objeto de outra MP na mesma sessão legislativa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Conforme artigo 62, §3º, da CF o prazo ordinário de 60 dias poderá ser prorrogado se não convertida em lei no período, vejamos: *"As medidas provisórias, ressalvado o disposto nos §§ 11 e 12 perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de sessenta dias, prorrogável, nos termos do § 7º, uma vez por igual período, devendo o Congresso Nacional disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas delas decorrentes"*.

A alternativa B está incorreta. A MP deverá ser submetida ao Poder Legislativo de imediato, conforme *caput* do artigo 62 da CF

A alternativa C está incorreta. Cabe ao Congresso Nacional o controle dos requisitos de urgência e relevância da MP, assunto já analisado pelo STF na ADI 4627 e 4350.

A alternativa D está incorreta. Os parlamentares podem apresentar emendas à MP desde que guardem pertinência temática com a MP, como decidido pelo STF na ADI 5012 e 5127

A alternativa E está incorreta. Nos termos do artigo 62, §10, da CF, *"É vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo"*.

QUESTÃO 6. Assinale a opção correta em relação à justiça do trabalho.

- a) Não há competência da justiça do trabalho para julgar Estados estrangeiros.
- b) Todas as relações de trabalho devem ser julgadas pela justiça do trabalho.
- c) Contribuições previdenciárias decorrentes de decisões da justiça do trabalho devem ser cobradas perante a justiça federal.
- d) Ações que se baseiem no descumprimento de normas trabalhistas pertinentes à higiene de trabalhadores podem ser julgadas na justiça do trabalho.
- e) A justiça do trabalho não pode julgar habeas corpus.

Comentários



A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. O inciso I do artigo 114 da CF atribui à Justiça do Trabalho a competência para julgamento de ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo.

A alternativa B está incorreta. Existem relações de trabalho que não estão dentro da competência da justiça do trabalho, como o caso analisado pela ADI 3.395, a qual definiu que a competência da Justiça do Trabalho não abrange os vínculos de natureza jurídico-estatutária estabelecidos entre o servidor e o ente público, mas tão somente os de caráter celetista.

A alternativa C está incorreta. Existem situações em que se admite a cobrança de contribuições previdenciárias diretamente na Justiça do Trabalho, conforme Súmula 368 do TST.

A alternativa D está correta. Conforme súmula 736 do STF: "*Compete à justiça do trabalho julgar as ações que tenham como causa de pedir o descumprimento de normas trabalhistas relativas à segurança, higiene e saúde dos trabalhadores*".

A alternativa E está incorreta. Há a previsão de competência de julgamento de habeas corpus pela justiça do trabalho no artigo 114, inciso IV, da CF.

QUESTÃO 7. A respeito do direito à saúde, assinale a opção correta.

a) O poder público não pode destinar recursos públicos, na área da saúde, a instituições privadas.

b) A atividade de promoção da saúde é competência concorrente dos entes da Federação.

c) A fiscalização de alimentos, bebidas produtos psicoativos insere-se nas competências do Sistema Único de Saúde (SUS).

d) O Sistema Único de Saúde (SUS) possui gestão descentralizada, porém com direção única no Ministério da Saúde, ente central desse sistema.

e) Empresas de capital estrangeiro podem prestar serviços de assistência à saúde no Brasil, independentemente de permissão legal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. O poder público pode destinar recursos públicos para instituições privadas na área da saúde, desde que não possuam fins lucrativos, conforme artigo 199, §1º e 2º, da CF.

A alternativa B está incorreta. É competência comum e não concorrente a promoção da saúde pelos Entes federados, conforme artigo 23, inciso II, da CF.

A alternativa C está correta. Literalidade do inciso VII do artigo 200 da CF: "*Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei: VII - participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos*".

A alternativa D está incorreta. A direção das ações e serviços públicos de saúde será única em cada esfera de governo, não havendo uma centralização da direção apenas no Ministério da Saúde, como traz o inciso I do artigo 198 da CF.



A alternativa E está incorreta. Pelo artigo 199, §4º, da CF, é vedada a participação de empresas estrangeiras na assistência a saúde no Brasil, somente sendo autorizado, de forma extraordinária, por expressa previsão em lei.

QUESTÃO 8. No que se refere ao papel do advogado-geral da União no controle concentrado de constitucionalidade, assinale a opção correta.

a) Em ação direta de inconstitucionalidade (ADI), o advogado-geral da União pode deixar de defender a compatibilidade da norma atacada com a Constituição.

b) Na omissão do advogado-geral da União em se manifestar em ação direta de inconstitucionalidade (ADI), cabe ao procurador-geral da República realizar a defesa da norma.

c) O advogado-geral da União é o último a manifestar-se por escrito nas ações direta de inconstitucionalidade (ADI), antes do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

d) O advogado-geral da União, ao ajuizar ação de controle concentrado de constitucionalidade, deve demonstrar pertinência temática do objeto da demanda em face da atuação da Advocacia-Geral da União (AGU).

e) O advogado-geral da União deve ser obrigatoriamente intimado a manifestar-se antes de o Supremo Tribunal Federal (STF) apreciar requerimento de medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade (ADI).

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. O STF possui julgados (ADI 3916 e 1616) que permitem a atuação do AGU em sentido contrário à defesa da norma impugnada, como quando a norma vai de encontro a sua função ou quando o STF já tenha se manifestado pela inconstitucionalidade do ato ou lei abordado.

A alternativa B está incorreta. Não existe previsão legal para essa atuação subsidiária do PGR no caso de omissão do AGU em defesa da norma atacada. O artigo 103, §1º e 3º, da CF traz as hipóteses de atuação de ambos, contudo de forma independente um do outro, não havendo uma relação entre eles quanto a defesa da norma.

A alternativa C está incorreta. Conforme artigo 8º da Lei 9.868/99, primeiro se ouve o AGU e após o PGR, e posteriormente a ação seguirá para relatório do relator e julgamento, logo, no AGU não é o último a ser ouvido.

A alternativa D está incorreta. O AGU não possui legitimidade para ajuizamento de ADI, não estando presente no rol taxativo do artigo 103 da CF.

A alternativa E está incorreta. Nos casos de medida cautelar em ADI, a manifestação do AGU dependerá da análise do relator, que, ao entender indispensável, ouvirá o AGU no prazo de três dias, conforme artigo 10 da Lei 9.868/99.

QUESTÃO 9. No que tange às cláusulas pétreas, assinale a opção correta.

a) A forma republicana de governo inclui-se entre as cláusulas pétreas na Constituição Federal de 1988 (CF).



b) A proteção das cláusulas pétreas impede a aprovação de qualquer emenda constitucional que as tenha como objeto.

c) Regras constitucionais sobre processo legislativo não podem ser alteradas por emenda constitucional, dada a proteção do próprio instituto das cláusulas pétreas.

d) Potenciais violações a cláusula pétrea somente podem ser objeto de controle de constitucionalidade posterior.

e) Direitos e garantias previstos em diferentes dispositivos podem ser considerados cláusulas pétreas, além daqueles relacionados no art. 5.º do texto constitucional.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. A forma republicana de governo não é cláusula pétrea, mas, sim, a forma federativa de Estado, nos termos no artigo 60, §4º, da CF.

A alternativa B está incorreta. As cláusulas pétreas impedem somente as emendas que possam as abolir, e não qualquer emenda que as tenha como objeto.

A alternativa C está incorreta. O processo legislativo não está presente no rol do artigo 60 da CF, logo, não é considerado como cláusula pétrea.

A alternativa D está incorreta. É possível o controle preventivo por meio de mandado de segurança impetrado por parlamentar, conforme jurisprudência do STF tem admitido, *“a legitimidade do parlamentar – e somente do parlamentar - para impetrar mandado de segurança com a finalidade de coibir atos praticados no processo de aprovação de lei ou emenda constitucional incompatíveis com disposições constitucionais que disciplinam o processo legislativo”* (MS 24.667, P, min. Carlos Velloso, DJ de 23-4-2004).

A alternativa E está correta. O STF possui precedente em que utiliza artigo diverso do 5º para fundamentar a inconstitucionalidade de norma; no caso foi usado como parâmetro o artigo 150, VI, da CF, que traz hipóteses de imunidades tributárias - ADI 939.

QUESTÃO 10. Em relação aos efeitos transcendentais das decisões do STF em controle de constitucionalidade, julgue os itens que se seguem.

I Os ditos de passagem (*obiter dicta*) costumam gerar efeitos transcendentais.

II A transcendência dos efeitos das decisões do STF corresponde à teoria da abstrativização do controle difuso e é a única consequência dessa teoria.

III O STF não admite a teoria da transcendência dos motivos determinantes de suas decisões para efeito de conhecimento de reclamação constitucional.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item II está certo.

c) Apenas o item III está certo.

d) Apenas os itens I e II estão certos.

e) Apenas os itens I e III estão certos.



Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

O item I está incorreto e o item III está correto. Conforme informativo 887 do STF: "O STF não admite a teoria da transcendência dos motivos determinantes. Segundo a teoria restritiva, adotada pelo STF, somente o dispositivo da decisão produz efeito vinculante. Os motivos invocados na decisão (fundamentação) não são vinculantes".

O item II está incorreto. A teoria da abstrativização do controle difuso prega que a decisão do Plenário do STF ainda que em controle difuso terá os mesmos efeitos do controle concentrado, ou seja, efeitos vinculantes e *erga omnes*.

QUESTÃO 11. No que se refere ao imóvel cuja área esteja inserida em terras tradicionalmente ocupadas por indígenas e ao título de propriedade desse imóvel em nome de particular devidamente registrado no respectivo cartório de registro de imóveis, assinale a opção correta segundo os preceitos da Constituição Federal de 1988 (CF) e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF).

a) A existência do registro imobiliário em nome de particular, a despeito do que prescreve o Código Civil, consolida a propriedade do imóvel ao particular, sendo esta insuscetível de oposição pela União.

b) A CF exclui do comércio jurídico as terras indígenas *res extra commercium*, proclamando a nulidade e declarando a extinção de atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse de tais áreas.

c) As terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas incluem-se no domínio constitucional da União e podem ser objeto de alienação quando devidamente demonstrado o interesse público pela disponibilidade da área.

d) A eficácia dos títulos de propriedade tem apenas o condão de comprovar a boa-fé do particular, outorgando-lhe o direito à indenização pela terra nua e pelas benfeitorias nela implementadas.

e) Consideram-se válidas as pactuações negociais que incidam sobre as referidas terras, gerando, entre outros efeitos jurídicos, o direito à indenização ou o direito de acesso a ações judiciais contra a União para ressarcimento da terra nua.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Conforme previsão expressa na Constituição, em seu artigo 231, §1º, as terras ocupadas pelos indígenas são destinadas a sua posse de forma permanente, não admitindo consolidação de propriedade por terceiro simplesmente pelo registro.

A alternativa B está correta. O artigo 231, §4º e 6º, da CF traz que as terras indígenas são inalienáveis, e qualquer ato que tenha por objeto a sua ocupação será considerado nulo e extinto.

A alternativa C está incorreta. As terras indígenas são inalienáveis por expressa previsão constitucional, parágrafo 4º do artigo 231 da CF.

As alternativas D e E estão incorretas. A Constituição, em seu artigo 231, §6º, garante apenas a indenização ao ocupante de boa-fé pelas benfeitorias derivadas da ocupação, não garantindo indenização pelo valor da terra nua.



QUESTÃO 12. O Decreto nº 4.887/2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), foi objeto de impugnação por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 3.239. Nessa ADI, o STF

I declarou que esse decreto é inconstitucional por ofensa aos princípios da legalidade e da reserva de lei, com base no entendimento de que o procedimento previsto no art. 68 do ADCT necessariamente deve ser regulamentado por lei em sentido formal e, uma vez inexistente lei a respeito, a Presidência da República invade esfera reservada ao Poder Legislativo.

II julgou improcedente o pedido de declaração de inconstitucionalidade formal desse decreto, entendendo que ele representa o efetivo exercício do poder regulamentar da administração pública inserido nos limites estabelecidos pela CF.

III reconheceu como constitucionalmente legítima a adoção da autoatribuição como critério de determinação da identidade quilombola, a qual, para os efeitos do referido decreto, é ates por certidão emitida pela Fundação Cultural Palmares.

IV reconheceu que, similarmente ao que ocorre nos casos das terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas, a CF reputa nulos e extintos os títulos de terceiros eventualmente incidentes sobre as terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, de modo que a regularização do registro dispensa o procedimento expropriatório.

Estão certos apenas os itens

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) I, II e IV.
- e) I, III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

O item I está incorreto. Conforme entendimento exposto na ADI referida na questão, "*não se identifica, na edição do Decreto 4.887/2003 pelo Poder Executivo, mácula aos postulados da legalidade e da reserva de lei. Improcedência do pedido de declaração de inconstitucionalidade formal por ofensa ao art. 84, IV e VI, da Constituição da República*".

O item II está correto. Conforme conclusão da ADI e item 5 de sua ementa.

O item III está correto. A ADI considerou como constitucionalmente legítima a adoção da autoatribuição como critério de determinação da identidade quilombola (item 8 da ementa da ADI 3239).

O item IV está incorreto. Diferente do que ocorre no tocante às terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, a Constituição não reputa nulos ou extintos os títulos de terceiros eventualmente incidentes sobre as terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, de modo que a regularização do registro exige o necessário o procedimento expropriatório (item 11 da ementa da ADI 3239).



QUESTÃO 13. Em fiscalização executada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ((IBAMA), foi constatado dano em área sobreposta à floresta amazônica em determinado município do estado do Mato Grosso, No momento da ação fiscalizatória, foi lavrado auto de infração contra a empresa Sigma M.E. pelo desmatamento de 1.350 hectares de floresta amazônica sem autorização do órgão ambiental competente. Diante da constatação efetiva da autoria e materialidade do dano ambiental, o IBAMA pretende ajuizar ação civil pública, com o objetivo de que a empresa ré seja proibida de explorar a área desmatada indicada na petição inicial, bem como de que haja a indisponibilidade dos bens da infratora, com a suspensão de benefícios ou incentivos fiscais e creditícios e a averbação da existência da ação civil pública à margem da matrícula imobiliária da empresa ré.

Considerando essa situação hipotética, julgue os próximos itens, quanto à legitimidade do IBAMA para ajuizar a ação civil pública em questão.

I Por se tratar de ação para tutelar direito difuso, o IBAMA não possui legitimidade ativa extraordinária para promover a ação civil pública em matéria ambiental, pois a legitimidade extraordinária para tanto é excepcional e condicionada a expressa previsão legal nesse sentido.

II O IBAMA possui legitimidade ativa para propor o ajuizamento da ação civil pública, pois, além de a defesa do meio ambiente ser concernente a todas as pessoas de direito público da Federação, o IBAMA é entidade autárquica constituída com a finalidade de executar a Política Nacional do Meio Ambiente, por conseguinte possui legitimidade para propor ações civis públicas de cunho ambiental.

III Por se tratar de ação para tutelar direito difuso e defender e preservar, para as presentes e futuras gerações, o meio ambiente ecologicamente equilibrado, essencial à sadia qualidade de vida, apenas o Ministério Público tem legitimidade para ingressar com a referida ação.

IV Por fiscalizar as atividades nocivas ao meio ambiente, o IBAMA tem interesse jurídico suficiente para exercer o poder de polícia ambiental, no entanto tal competência não lhe confere legitimidade para o ajuizamento da ação civil pública, devendo-se buscar a responsabilidade ambiental por meio das vias ordinárias.

Assinale a opção correta.

- a) Nenhum item está certo.
- b) Apenas o item I está certo.
- c) Apenas o item II está certo.
- d) Apenas o item III está certo.
- e) Apenas o item IV está certo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

Os itens I, III e IV estão incorretos. A legitimidade para propositura de ação civil pública está prevista no artigo 5º da Lei 7.347/85, e em seu inciso IV traz como legitimadas as autarquias, como é o caso do IBAMA, autarquia federal. Ainda, o artigo não elenca ordem de preferência ou exclusividade, de modo que todos aqueles ali presentes são concorrentemente legitimados a propositura de ação civil



pública. Ademais, o STJ possui jurisprudência no sentido de admitir a legitimidade do IBAMA para propositura de ACP, como decidido no Recurso Especial nº 1.615.821/PA.

O item II está correto. Conforme comentário acima, o IBAMA possui legitimidade para propor ACP e tem sua finalidade prevista no artigo 6º, IV, da lei 6.938/81, que é executar e fazer executar a política e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente, de acordo com as respectivas competências.

QUESTÃO 14. A redação original do art. 243, caput, da CF determinava a imediata expropriação das glebas de qualquer região do país onde fossem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas, impondo sua destinação ao assentamento de colonos e ao cultivo de produtos alimentícios e de medicamentos, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei. A Emenda Constitucional (EC) nº 81/2014 alterou a redação original do art. 243 da CF, incluindo a expropriação, para fins de reforma agrária e de programas de habitação popular, das propriedades rurais e urbanas utilizadas para a exploração de trabalho escravo, impondo o Confisco a fundo especial de todo bem de valor econômico apreendido em decorrência da referida prática. Entretanto, desde a edição da EC nº 81/2014, ainda não foi editada lei federal que regulamente a nova redação do art. 243 da CF. Por essa razão, o Ministério Público Federal ingressou, perante o STF, com

- a) mandado de segurança.
- b) ação direta de inconstitucionalidade por omissão.
- c) ação civil originária.
- d) ação direta de inconstitucionalidade.
- e) arguição de descumprimento de preceito fundamental.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. O mandado de segurança é medida prevista para proteger direito líquido e certo em casos de ilegalidade ou abuso de poder por autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público, nos termos do artigo 5º, LXIX, da CF.

A alternativa B está correta. No caso de omissão constitucional será cabível ADO, conforme artigo 103, §2º, da CF e artigo 12-A da Lei 9.868/99.

A alternativa C está incorreta. Ação civil ordinária não pode ter como pedido expresso a regularização da omissão estatal.

A alternativa D está incorreta. A ADI é medida cabível para impugnar lei ou ato normativo que contrarie as normas constitucionais e não para sanar omissão constitucional.

A alternativa E está incorreta. A ADPF terá por objeto evitar ou reparar lesão a preceito fundamental, resultante de ato do Poder Público, conforme artigo 1º da Lei 9.882/99.

QUESTÃO 15. Quanto ao que preconiza a jurisprudência do STF a respeito dos direitos difusos e coletivos assinale a opção correta.

- a) O Ministério Público tem legitimidade ativa para atuar na defesa de direitos difusos e coletivos, não se reconhecendo o seguro obrigatório de danos pessoais causados por



veículos automotores de via terrestre (DPVAT) como de inequívoco interesse social a legitimar a sua atuação.

b) A Defensoria Pública não tem legitimidade para propor ação civil pública na defesa de direitos difusos e coletivos de que sejam titulares pessoas necessitadas.

c) Os direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos se confundem no que tange à titularidade, a qual é determinada e definida por uma circunstância de fato específica.

d) Os direitos difusos e coletivos são transindividuais, indivisíveis e sem titular determinado, devendo ser tutelados em juízo invariavelmente em regime de substituição processual, por iniciativa exclusiva do Ministério Público

e) O Ministério Público tem legitimidade para promover ação civil pública cujo fundamento seja a ilegalidade de reajuste de mensalidades escolares.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. Conforme RE 1.091.756 - MG, o Ministério Público tem legitimidade ativa para atuar na defesa de direitos difusos e coletivos, se reconhecendo o seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre (DPVAT) como de inequívoco interesse social a legitimar a sua atuação

A alternativa B está incorreta. A Defensoria Pública é legitimada para propor ação civil pública por expressa previsão no artigo 5º, II, da Lei 7.347/85.

A alternativa C está incorreta. Conforme exegese do parágrafo único do artigo 81 do CDC, os direitos difusos são transindividuais, com natureza indivisível e possuem como titulares pessoas indeterminadas ligadas por circunstâncias de fato; já os direitos coletivos são transindividuais, com natureza indivisível e possuem como titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base.

A alternativa D está incorreta. O artigo 82 do CDC traz rol de legitimados para defesa de interesses e direitos coletivos *latu sensu*, mas não há uma exclusividade do Ministério Público para tanto.

A alternativa E está correta. Conforme literalidade da súmula 643 do STF: "*O Ministério Público tem legitimidade para promover ação civil pública cujo fundamento seja a ilegalidade de reajuste de mensalidades escolares*".

QUESTÃO 16. No que diz respeito à proteção das comunidades indígenas e preservação dos seus direitos, a legislação preconiza

I. utilizar a cooperação, o espírito de iniciativa e as qualidades pessoais do indígena, em vista da melhoria de suas condições de vida e da sua integração no processo de desenvolvimento.

II. garantir a posse permanente das terras que habitam, reconhecendo-lhes o direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades naquelas terras existente, desde que não estejam sobrepostas a nenhum imóvel registrados em cartório nem a área de interesse público.

III. prestar assistência aos índios e às comunidades indígenas ainda não integrados à comunhão nacional.



IV. assegurar aos índios a possibilidade de livre escolha dos seus meios de vida e subsistência, bem como garantir a permanência voluntária no seu hábitat, proporcionando-lhes ali recursos para seu desenvolvimento e progresso.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.**
- b) Apenas o item II está certo.**
- c) Apenas os itens I, III e IV estão certos.**
- d) Apenas os itens II, III e IV estão certos.**
- e) Todos os itens estão certos.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

O item I está correto. Conforme literalidade do inciso VIII do artigo 2º da Lei 6.001/73 (Estatuto do Índio): *“Cumprir à União, aos Estados e aos Municípios, bem como aos órgãos das respectivas administrações indiretas, nos limites de sua competência, para a proteção das comunidades indígenas e a preservação dos seus direitos: VIII - utilizar a cooperação, o espírito de iniciativa e as qualidades pessoais do índio, tendo em vista a melhoria de suas condições de vida e a sua integração no processo de desenvolvimento;”*

O item II está incorreto. O Estado deve garantir aos índios e comunidades indígenas, nos termos da Constituição, a posse permanente das terras que habitam, reconhecendo-lhes o direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades naquelas terras existentes, não havendo exceções para imóveis sobrepostos, conforme IX do artigo 2º da Lei 6.001/73

O item III está correto. Conforme literalidade do inciso II do artigo 2º da Lei 6.001/73 (Estatuto do Índio): *“Cumprir à União, aos Estados e aos Municípios, bem como aos órgãos das respectivas administrações indiretas, nos limites de sua competência, para a proteção das comunidades indígenas e a preservação dos seus direitos: II - prestar assistência aos índios e às comunidades indígenas ainda não integrados à comunhão nacional;”*

O item IV está correto. Conforme literalidade dos incisos IV e V do artigo 2º da Lei 6.001/73 (Estatuto do Índio): *“Cumprir à União, aos Estados e aos Municípios, bem como aos órgãos das respectivas administrações indiretas, nos limites de sua competência, para a proteção das comunidades indígenas e a preservação dos seus direitos: IV - assegurar aos índios a possibilidade de livre escolha dos seus meios de vida e subsistência; V - garantir aos índios a permanência voluntária no seu habitat, proporcionando-lhes ali recursos para seu desenvolvimento e progresso;”*

QUESTÃO 17. Com base no disposto na Lei 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos estados, Distrito Federal e municípios, assinale a opção correta.

- a) Subordinam-se ao regime dessa lei a prestação de serviços, inclusive dos técnico-profissionais especializados; as obras e serviços de arquitetura e engenharia; e os contratos que tenham por objeto operação de crédito, interno ou externo, e gestão de dívida pública, incluídas as contratações de agente financeiro e a concessão de garantia relacionada a esses contratos.**
- b) Na aplicação dessa lei, serão observados, entre outros princípios, o da legalidade, o da impessoalidade, o da moralidade, o da publicidade, o da eficiência, o do interesse público, o**



da probidade administrativa, o da igualdade, o do planejamento, o da transparência, o da motivação, o da vinculação ao edital e o do julgamento objetivo.

c) Não se subordinam ao regime dessa lei as contratações sujeitas a normas previstas em legislação própria e contratações de tecnologia da informação e de comunicação.

d) São abrangidas por essa lei as empresas públicas, as sociedades de economia mista e suas subsidiárias, aplicando-se, no que couber, as disposições da Lei nº 13.303/2016.

e) As contratações realizadas no âmbito das repartições públicas sediadas no exterior deverão obedecer às peculiaridades locais e aos princípios básicos estabelecidos nessa lei, por meio de regulamentação específica a ser aprovada pelo Congresso Nacional e ratificada pelo presidente da República.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, uma vez que a Lei 14.133/21 exclui expressamente a sua aplicação no âmbito de contratos envolvendo operação de crédito, interno ou externo, e gestão de dívida pública, incluídas as contratações de agente financeiro e a concessão de garantia, nos termos do seu art. 3º, inc. I: “ Não se subordinam ao regime desta Lei: I - contratos que tenham por objeto operação de crédito, interno ou externo, e gestão de dívida pública, incluídas as contratações de agente financeiro e a concessão de garantia relacionadas a esses contratos (...)”.

A alternativa B está correta, por se tratar da redação literal do art. 5º da Lei 14.133/21: “Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro)”.

A alternativa C está incorreta, na medida em que o art. 2º, inc. VII, da Lei 14.133/21 admite expressamente a aplicação do referido diploma legal em caso de contratações de tecnologia da informação e de comunicação: “Esta Lei aplica-se a: (...) VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação”.

Alternativa D incorreta, uma vez que, em regra, as empresas públicas, sociedade de economia mista e suas subsidiárias não estão abrangidas pela Lei 14.133/21, nos termos do seu art. 1º, § 1º: “Não são abrangidas por esta Lei as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as suas subsidiárias, regidas pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, ressalvado o disposto no art. 178 desta Lei”.

Alternativa E incorreta, na medida em que a Lei 14.133/21 determina que a regulamentação específica deverá ser editada por ministro de Estado, não pelo Congresso Nacional com ratificação do Presidente da República, nos termos do art. 1º, § 2º: “As contratações realizadas no âmbito das repartições públicas sediadas no exterior obedecerão às peculiaridades locais e aos princípios básicos estabelecidos nesta Lei, na forma de regulamentação específica a ser editada por ministro de Estado”.

QUESTÃO 18. Considerando as disposições contidas no Decreto-Lei nº 200/1967, que estabelece a organização da administração federal assinale a opção correta.



a) A administração direta constitui-se dos serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República, dos ministérios e das agências reguladoras e agências executivas.

b) A fundação pública constitui-se como entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, sem autonomia administrativa e sem patrimônio próprio e funcionamento custeado exclusivamente com recursos da União.

c) O Poder Executivo é exercido pelo presidente da República e pelos ministros de Estado, de forma independente, os quais exercem sua competência constitucional, legal e regulamentar paralelamente aos órgãos que compõem a administração federal.

d) As entidades compreendidas na administração indireta são dotadas de personalidade jurídica própria e se vinculam ao ministério em cuja área de competência estiver enquadrada sua principal atividade; entre as referidas entidades incluem-se as autarquias, as empresas públicas e as fundações públicas.

e) A autarquia caracteriza-se como ente de serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da administração pública que, requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira centralizada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, uma vez que não se encontra no conceito de Administração Direta os serviços integrados na estrutura das agências reguladoras e agências executivas, nos termos do art. 4º, inc. I, do Decreto-Lei no 200/1967: “A Administração Federal compreende: I - A Administração Direta, que se constitui dos serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República e dos Ministérios (...)”.

A alternativa B está incorreta, uma vez que a fundação pública possui autonomia administrativa, patrimônio própria, assim como seu funcionamento pode ser custeado por recursos de outras fontes além daqueles advindos da União, nos termos do art. 5º, inc. IV, do Decreto-Lei no 200/1967: “Para os fins desta lei, considera-se: (...) IV - Fundação Pública - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção, e funcionamento custeado por recursos da União e de outras fontes”.

A alternativa C está incorreta, na medida em que os órgãos que compõem a administração federal prestam auxílio ao Presidente da República e aos Ministros de Estado, nos termos do art. 1º do Decreto-Lei no 200/1967, segundo o qual “O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República auxiliado pelos Ministros de Estado”, assim como do seu art. 2º, que dispõe “O Presidente da República e os Ministros de Estado exercem as atribuições de sua competência constitucional, legal e regulamentar com o auxílio dos órgãos que compõem a Administração Federal”.

A alternativa D está correta, em função do art. 4º, parágrafo único, do Decreto-Lei no 200/1967: “As entidades compreendidas na Administração Indireta vinculam-se ao Ministério em cuja área de competência estiver enquadrada sua principal atividade”. Além disso, o art. 4º, inc. II, alíneas, do referido diploma prevê de forma expressa as categorias de entidades da administração indireta, segundo segue: “A Administração Federal compreende: (...) II - A Administração Indireta, que



compreende as seguintes categorias de entidades, dotadas de personalidade jurídica própria: a) Autarquias; b) Empresas Públicas; c) Sociedades de Economia Mista. d) fundações públicas”.

A alternativa E está incorreta, uma vez que a gestão das autarquias é administrativa e financeiramente descentralizada, nos termos do art. 5º, inc. I, do Decreto-Lei no 200/1967: “Para os fins desta lei, considera-se: I - Autarquia - o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada”.

QUESTÃO 19. Julgue os seguintes itens, concernentes às autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.

I Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo a decreto legislativo, neste último caso, a definição das áreas de sua atuação.

II A criação de subsidiárias de autarquias, empresas públicas, sociedade de economia mista e fundação, bem como a participação de qualquer delas em empresa privada, independe de autorização legislativa.

III É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, a de dois cargos de professor; a de um cargo de professor com outro técnico ou científico; a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

IV A proibição da acumulação de cargos públicos estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.

V As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem assegurando-se o direito de regresso contra o responsável a terceiros, apenas nos casos de dolo.

Estão certos apenas os itens

a) I e II.

b) III e IV.

c) IV e V.

d) I, II e III.

e) III, IV e V.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**, uma vez que apenas os itens III e IV estão corretos.

O item I está incorreto, na medida em que as áreas de atuação das fundações devem ser definidas por lei complementar, nos termos do art. 37, inc. XIX, da Constituição Federal: “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...) XIX – somente por lei específica poderá ser criada autarquia



e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação (...)."

O item II está incorreto, uma vez que o texto constitucional prevê de forma expressa ser necessária autorização legislativa a criação de subsidiárias, nos termos do art. 37, inc. XX, da Constituição Federal: "A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...) XX - depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada (...)."

O item III está correto, por ser a literalidade do art. 37, inc. XVI, alíneas, da Constituição Federal: "A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...) XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI: a) a de dois cargos de professor; b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico; c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas (...)."

O item IV está correto, por ser a literalidade do art. 37, inc. XVII, da Constituição Federal: "A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...) XVII - a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público (...)."

O item V está incorreto, uma vez as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes causarem também a título de culpa, nos termos do art. 37, § 6º, da Constituição Federal: "As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa".

QUESTÃO 20. No que se refere à declaração de nulidade de atos da administração pública, assinale a opção correta à luz do entendimento jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal (STF).

- a) À administração pública é permitido declarar a nulidade dos seus próprios atos.
- b) A administração não poderá anular seus próprios atos, ainda que o interessado, no caso concreto, invoque os princípios da confiança e da boa-fé.
- c) Ao Estado é facultada a revogação de atos que sejam ilegalmente praticados, sem necessidade de regular processo administrativo, mesmo que de tais atos tenham decorrido efeitos concretos.
- d) A administração poderá anular seus próprios atos diante de indícios de ilegalidade, desde que isso não implique violação ao princípio da segurança jurídica.
- e) A administração pode revogar seus próprios atos por motivo de conveniência ou oportunidade, inclusive nos casos em que haja apreciação judicial transitada em julgado.



Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, por ser a literalidade da Súmula 346 do STF, que dispõe: “A Administração Pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos”.

A alternativa B está incorreta, por dispor que a administração pública não poderá seus atos.

A alternativa C está incorreta, uma vez que os atos ilegais são passíveis de anulação, não revogação. A revogação se dará por motivo de conveniência ou oportunidade, nos termos da Súmula 473 do STF: “A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial”.

A alternativa D está incorreta, na medida em que a ilegalidade do ato deve estar comprovada para fins de anulação.

A alternativa E está incorreta, uma vez que à administração pública cumpre respeitar a coisa julgada, nos termos da Súmula 471 do STF, colacionada acima.

QUESTÃO 21. Assinale a opção correta com base na Lei nº 11.107/2005, que estabelece as normas gerais de contratação de consórcios públicos.

a) O consórcio público será constituído por contrato cuja celebração dependerá da prévia subscrição de protocolo de intenções, dispensando-se a publicação deste na imprensa oficial.

b) Para a celebração do contrato de consórcio público, o protocolo de intenções deve ser ratificado por decreto legislativo.

c) À referida lei não autoriza a celebração de convênios entre a União e os consórcios públicos com o objetivo de viabilizar a descentralização e a prestação de políticas públicas.

d) O consórcio público com personalidade jurídica de direito público não integra a administração indireta dos entes da Federação consorciados.

e) Os consórcios públicos na área de saúde deverão obedecer aos princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde (SUS).

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. A primeira parte da assertiva está correta, nos termos do art. 3º da Lei 11.107/2005: “O consórcio público será constituído por contrato cuja celebração dependerá da prévia subscrição de protocolo de intenções”. No entanto, a última parte está incorreta, uma vez que o protocolo de intenções deverá ser publicado na imprensa oficial, nos termos do art. 4º, § 5º, do diploma legal: “São cláusulas necessárias do protocolo de intenções as que estabeleçam: (...) O protocolo de intenções deverá ser publicado na imprensa oficial”.

A alternativa B está incorreta, uma vez que a ratificação do protocolo de intenções deve ser realizada por meio de lei, nos termos do art. 5º da Lei 11.107/2005: “O contrato de consórcio público será celebrado com a ratificação, mediante lei, do protocolo de intenções”.



A alternativa C está incorreta, uma vez que é possível a descentralização por meio de convênios, nos termos do art. 14 da Lei 11.107/2005: “A União poderá celebrar convênios com os consórcios públicos, com o objetivo de viabilizar a descentralização e a prestação de políticas públicas em escalas adequadas”.

A alternativa D está incorreta, na medida em que o consórcio público de direito público integra a administração indireta, nos termos do art. 6º, § 1º, da Lei 11.107/2005: “O consórcio público com personalidade jurídica de direito público integra a administração indireta de todos os entes da Federação consorciados”.

A alternativa E está incorreta, por se tratar da literalidade do art. 1º, § 3º, da Lei 11.107/2005: “Os consórcios públicos, na área de saúde, deverão obedecer aos princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde – SUS”.

QUESTÃO 22. Assinale a opção correta de acordo com o disposto na Lei nº 11.079/2004, que institui as normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada, no âmbito da administração pública.

a) O edital definirá a forma de apresentação das propostas econômicas, admitindo-se propostas escritas em envelopes lacrados ou propostas escritas seguidas de lances em viva voz, cabendo ao edital limitar a quantidade desses lances.

b) Compete aos ministérios e às agências reguladoras, nas suas respectivas áreas de competência, submeter o edital de licitação ao órgão gestor, proceder à licitação, acompanhar e fiscalizar os contratos de parceria público-privada.

c) Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada, administrativa ou comum, de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei nº 8.987/1995, quando não envolver contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

d) Não se admitem como contraprestação da administração pública em contratos de parceria público-privada a outorga de direitos em face da administração pública nem a outorga de direitos sobre bens públicos dominicais.

e) Concessão administrativa é o contrato de prestação de serviços dos quais a administração pública seja a usuária direta ou indireta, não envolvendo a execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. A primeira parte da assertiva está correta, de acordo com o art. 12, inc. III, da Lei 11.107/2005: “O certame para a contratação de parcerias público-privadas obedecerá ao procedimento previsto na legislação vigente sobre licitações e contratos administrativos e também ao seguinte: (...) III – o edital definirá a forma de apresentação das propostas econômicas, admitindo-se: a) propostas escritas em envelopes lacrados; ou b) propostas escritas, seguidas de lances em viva voz (...)”. No entanto, ao mencionar que caberá ao edital limitar a quantidade desses lances, a assertiva figura como incorreta, devido ao conteúdo trazida pelo art. 12, § 1º, inc. I, da Lei 11.107/2005: “Na hipótese da alínea b do inciso III do caput deste artigo: I - os lances em viva voz serão sempre oferecidos na ordem inversa da classificação das propostas escritas, sendo vedado ao edital limitar a quantidade de lances”.



A alternativa B está correta, por se tratar de conteúdo literal do art. 15 da Lei 11.107/2005: “Compete aos Ministérios e às Agências Reguladoras, nas suas respectivas áreas de competência, submeter o edital de licitação ao órgão gestor, proceder à licitação, acompanhar e fiscalizar os contratos de parceria público-privada”.

A alternativa C está incorreta, uma vez que, para além da modalidade administrativa, admite-se parceria público-privada patrocinada, nos termos do art. 2º da Lei 11.107/2005: “Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa”.

A alternativa D está incorreta, na medida em que se admite contraprestação na modalidade de outorga de direitos em face da administração, nos termos do art. 6º, inc. III, da Lei 11.107/2005: “A contraprestação da Administração Pública nos contratos de parceria público-privada poderá ser feita por: (...) III – outorga de direitos em face da Administração Pública (...)”.

A alternativa E está incorreta, uma vez que pode envolver a execução de obra ou fornecimento e instalação de bens, nos termos do art. 2º, § 2º, da Lei 11.107/2005: “Concessão administrativa é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens”.

QUESTÃO 23. Considerando as disposições da Lei Anticorrupção assinale a opção correta - Lei nº 12.846/2013 -, assinale a opção correta.

a) O processo administrativo para apuração de responsabilidade de pessoa jurídica será conduzido por comissão composta por 3 servidores e designada pela autoridade instauradora.

b) A celebração do acordo de leniência não interrompe o prazo prescricional dos atos ilícitos.

c) A Controladoria-Geral da União (CGU) é o órgão competente para celebrar os acordos de leniência no âmbito do Poder Executivo federal, bem como no caso de atos lesivos praticados contra a administração pública estrangeira.

d) A instauração e o julgamento de processo administrativo para apuração de responsabilidade de pessoa jurídica cabem à autoridade máxima de cada órgão ou entidade dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, que agem somente mediante provocação.

e) A celebração do acordo de leniência exime a pessoa jurídica da obrigação de reparar integralmente o dano causado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, pois a comissão é composta por 2 ou mais servidores, nos termos do art. 10 da Lei 12.846/2013: “O processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica será conduzido por comissão designada pela autoridade instauradora e composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis”.

A alternativa B está incorreta, uma vez que o prazo de prescrição é interrompido pela celebração do acordo de leniência, nos termos do art. 16, § 9º, da Lei 12.846/2013: “A celebração do acordo de leniência interrompe o prazo prescricional dos atos ilícitos previstos nesta Lei”.

A alternativa C está correta, por se tratar da literalidade do art. 16, § 10º, da Lei 12.846/2013: “A Controladoria-Geral da União - CGU é o órgão competente para celebrar os acordos de leniência



no âmbito do Poder Executivo federal, bem como no caso de atos lesivos praticados contra a administração pública estrangeira”.

A alternativa D está incorreta, na medida em que a autoridade máxima de cada órgão pode agir de ofício, nos termos do art. 8º da Lei 12.846/2013: “A instauração e o julgamento de processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica cabem à autoridade máxima de cada órgão ou entidade dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, que agirá de ofício ou mediante provocação, observados o contraditório e a ampla defesa”.

A alternativa E está incorreta, uma vez que o acordo de leniência não exime a pessoa jurídica da obrigação de reparar o dano, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 12.846/2013: “O acordo de leniência não exime a pessoa jurídica da obrigação de reparar integralmente o dano causado”.

QUESTÃO 24. Considerando o disposto na Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, assinale a opção correta.

a) Pode ser arguida a suspeição da autoridade que esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado no processo administrativo ou com cônjuge ou companheiro deste.

b) É impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados ou com os respectivos cônjuges.

c) É impedido de atuar em processo administrativo o servidor que tenha participado como perito, testemunha ou representante, ou se em tais situações participar parente até o segundo grau, excluindo-se o parentesco por afinidade.

d) O servidor que incorrer em impedimento deve comunicar o fato à autoridade competente e abster-se de atuar no processo administrativo, constituindo falta média, para efeitos disciplinares, a omissão do dever de comunicar impedimento.

e) O indeferimento de alegação de suspeição poderá ser objeto de recurso, o qual não terá efeito suspensivo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta, pois trata-se de hipótese de impedimento, não de suspeição, nos termos do art. 18, inc. III, da Lei 9.784/1999: “É impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que: (...) III - esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro”.

A alternativa B está incorreta, pois trata-se de hipótese de suspeição, não de impedimento, nos termos do art. 20 da Lei 9.784/1999: “Pode ser argüida a suspeição de autoridade ou servidor que tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados ou com os respectivos cônjuges, companheiros, parentes e afins até o terceiro grau”.

A alternativa C está incorreta, uma vez que referida hipótese de impedimento aplica-se aos parentes até o terceiro grau, incluindo-se os afins, nos termos do art. 18, inc. II, da Lei 9.784/1999: “É impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que: (...) II - tenha participado ou venha a participar como perito, testemunha ou representante, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau (...)”.



A alternativa D está incorreta, pois trata-se de falta de natureza grave, nos termos do art. 19, parágrafo único, da Lei 9.784/1999: “A autoridade ou servidor que incorrer em impedimento deve comunicar o fato à autoridade competente, abstenendo-se de atuar. Parágrafo único. A omissão do dever de comunicar o impedimento constitui falta grave, para efeitos disciplinares”.

A alternativa E está correta, conforme a literalidade do art. 21 da Lei 9.784/1999: “O indeferimento de alegação de suspeição poderá ser objeto de recurso, sem efeito suspensivo”.

QUESTÃO 25. Assinale a opção correta acerca da anulação, revogação e convalidação dos atos da administração pública.

a) Os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria administração em decisão na qual se evidencie que eles não acarretam lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros.

b) O direito da administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários prescreve em cinco anos, contados da data em que tais atos tenham sido praticados, salvo comprovada má-fé.

c) Considera-se exercício do direito de anular qualquer medida de autoridade administrativa, desde que tal medida não importe impugnação à validade do ato.

d) O direito da administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data da publicação do ato em meio oficial, salvo comprovada má-fé.

e) Na hipótese de existência de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo de prescrição contar-se-á da percepção do primeiro pagamento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, pela literalidade do art. 55 da Lei 9.784/1999: “Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração”.

A alternativa B está incorreta, por se tratar de hipótese de decadência, não prescrição, nos termos do art. 54 da Lei 9.784/1999: “O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé”.

A alternativa C está incorreta, uma vez que inexistente a referida condicionante, nos termos do art. 54, § 2º, da Lei 9.784/1999: “Considera-se exercício do direito de anular qualquer medida de autoridade administrativa que importe impugnação à validade do ato”.

A alternativa D está incorreta, uma vez que o termo a quo do prazo decadencial se inicia da data que os atos administrativos foram praticados nos termos do art. 54 da Lei 9.784/1999, citado na alternativa B.

A alternativa E está incorreta, por se tratar de prazo decadencial, não prescricional, nos termos do art. 54, § 1º, da Lei 9.784/1999: “No caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo de decadência contar-se-á da percepção do primeiro pagamento”.



QUESTÃO 26. Assinale a opção correta no que se refere às características e constituição das empresas públicas e sociedades de economia mista, previstas na Lei nº 13.303/2016.

- a) A criação de subsidiárias de empresa pública e de sociedade de economia mista depende de autorização legislativa, mas é livre a participação de qualquer delas em empresa privada, cujo objeto social deve estar relacionado ao da investidora.
- b) Sociedade de economia mista é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União, aos estados, ao Distrito Federal, aos municípios ou a entidade da administração indireta.
- c) Empresa pública é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito público ou privado, com criação autorizada por lei e com patrimônio próprio e cujo capital social seja integralmente detido pela União, pelos estados, pelo Distrito Federal ou pelos municípios.
- d) Aplicam-se às empresas públicas as regras previstas na Lei de Sociedade por Ações, ao passo que às sociedades de economia mista de capital fechado e às suas subsidiárias são aplicadas as normas da Comissão de Valores Mobiliários.
- e) A maioria do capital votante da empresa pública deve permanecer em propriedade da União, do estado, do Distrito Federal ou do município, não se admitindo no capital a participação de outras pessoas jurídicas de direito público interno.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, a participação de empresa pública e de sociedade de economia mista em empresa privada depende de autorização legislativa, nos termos do art. 2º, § 2, da Lei 13.303/2016: “Depende de autorização legislativa a criação de subsidiárias de empresa pública e de sociedade de economia mista, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada, cujo objeto social deve estar relacionado ao da investidora, nos termos do inciso XX do art. 37 da Constituição Federal”.

A alternativa B está correta, pela literalidade do art. 4º da Lei 13.303/2016: “Sociedade de economia mista é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou a entidade da administração indireta”.

A alternativa C está incorreta, na medida em que empresa pública é tão somente de direito privado nos termos do art. 3º da Lei 13.303/2016: “Empresa pública é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei e com patrimônio próprio, cujo capital social é integralmente detido pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios”.

A alternativa D está incorreta, pois é à sociedade de economia mista se aplica a Lei de Sociedade Anônima, nos termos do art. 4º da Lei 13.303/2016: “Sociedade de economia mista é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou a entidade da administração indireta”.

A alternativa E está incorreta, pois se admite a participação de pessoas jurídicas de direito público interno, nos termos do art. 3º, parágrafo único, da Lei 13.303/2016: “Desde que a maioria do capital votante permaneça em propriedade da União, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, será admitida, no capital da empresa pública, a participação de outras pessoas jurídicas de direito



público interno, bem como de entidades da administração indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”.

QUESTÃO 27. Acerca do prazo prescricional da pretensão punitiva para o processo administrativo disciplinar (PAD), considerando a Lei nº 8.112/90 e o entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinale a opção correta.

a) Inicia-se a partir da data do conhecimento do fato pela autoridade competente para a abertura do PAD.

b) Suspende-se com o primeiro ato de instauração válido - sindicância investigativa ou processo disciplinar – e voltar a fluir por inteiro decorridos 140 dias desde a suspensão.

c) Inicia-se a partir da data do registro da denúncia no setor de protocolo geral do órgão ao qual pertence o servidor.

d) Inicia-se a partir da data do conhecimento do fato por qualquer servidor público no órgão onde tenham ocorrido as supostas irregularidades.

e) Interrompe-se com o primeiro ato de instauração válido - sindicância ou processo disciplinar - e volta a fluir por inteiro decorridos 180 dias desde a interrupção.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, por se tratar da literalidade da Súmula 635 do STJ: “Os prazos prescricionais previstos no art. 142 da Lei n. 8.112/1990 iniciam-se na data em que a autoridade competente para a abertura do procedimento administrativo toma conhecimento do fato, interrompem-se com o primeiro ato de instauração válido – sindicância de caráter punitivo ou processo disciplinar – e voltam a fluir por inteiro, após decorridos 140 dias desde a interrupção”.

A alternativa B está incorreta, pois há interrupção com o primeiro ato de instauração válido, nos termos da Súmula 635 do STJ supracitada.

A alternativa C está incorreta, pois o prazo prescricional se inicia na data em que a autoridade competente toma conhecimento do fato, nos termos da Súmula 635 do STJ supracitada.

A alternativa D está incorreta, pois a autoridade competente que deve tomar conhecimento do fato, nos termos da Súmula 635 do STJ supracitada.

A alternativa E está incorreta, pois a sindicância que implica a interrupção do prazo prescricional é apenas de caráter punitivo, nos termos da Súmula 635 do STJ supracitada.

QUESTÃO 28. De acordo com o disposto na Lei nº 10.480/2002, compete, entre outras atribuições, ao procurador-geral federal.

a) sugerir ao advogado-geral da União medidas de caráter jurídico de interesse das autarquias e fundações federais, reclamadas pelo interesse público, bem como sugerir que a mesma autoridade promova a edição dos atos normativos inerentes às atribuições do procurador-geral federal.

b) exercer a representação das autarquias e fundações federais apenas perante os seguintes tribunais superiores: Superior Tribunal de Justiça (STJ), Superior Tribunal Militar (STM), Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Tribunal Superior do Trabalho (TST).



c) instaurar sindicâncias e processos administrativos disciplinares contra membros da carreira de procurador federal, julgar os respectivos processos e aplicar as correspondentes penalidades.

d) encaminhar à aprovação do advogado-geral da União os casos de cessão ou requisição de procuradores federais, na forma da lei.

e) disciplinar e efetivar as promoções e remoções dos membros da carreira de procurador federal, mas não lhe compete distribuir os cargos e lotar os membros da carreira nas procuradorias-gerais ou departamentos jurídicos de autarquias e fundações federais, cuja competência é exclusiva do advogado-geral da União.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. A primeira parte da assertiva está correta, de acordo com o art. 11, § 2º, inc. III, da Lei 10.480/2002: “É criado, na Procuradoria-Geral Federal, o cargo de Procurador-Geral Federal, de Natureza Especial, privativo de Bacharel em Direito de elevado saber jurídico e reconhecida idoneidade. (...) III – sugerir ao Advogado-Geral da União medidas de caráter jurídico de interesse das autarquias e fundações federais, reclamadas pelo interesse público (...)”. A segunda parte está incorreta, pois cumpre ao próprio Procurador-Geral Federal “editar e praticar os atos normativos ou não, inerentes a suas atribuições”, nos termos do inc. VIII do mesmo dispositivo legal.

A alternativa B está incorreta, uma vez que a representação se limita ao STF e Tribunais superiores, nos termos do art. 11, § 2º, inc. II, da Lei 10.480/2002: “É criado, na Procuradoria-Geral Federal, o cargo de Procurador-Geral Federal, de Natureza Especial, privativo de Bacharel em Direito de elevado saber jurídico e reconhecida idoneidade. (...) II – exercer a representação das autarquias e fundações federais perante o Supremo Tribunal Federal e os Tribunais Superiores (...)”.

A alternativa C está correta, por se tratar da literalidade do art. 11, § 2º, inc. VI, da Lei 10.480/2002: “É criado, na Procuradoria-Geral Federal, o cargo de Procurador-Geral Federal, de Natureza Especial, privativo de Bacharel em Direito de elevado saber jurídico e reconhecida idoneidade. (...) § 2º Compete ao Procurador-Geral Federal: (...) VI – instaurar sindicâncias e processos administrativos disciplinares contra membros da Carreira de Procurador Federal, julgar os respectivos processos e aplicar as correspondentes penalidades (...)”.

A alternativa D está incorreta, uma vez compete ao próprio Procurador-Geral Federal “ceder, ou apresentar quando requisitados, na forma da lei, Procuradores Federais”, nos termos do art. 11, § 2º, inc. VII, da Lei 10.480/2002.

A alternativa E está incorreta. A primeira parte da assertiva está correta, nos termos do art. 11, § 2º, inc. V, da Lei 10.480/2002: “É criado, na Procuradoria-Geral Federal, o cargo de Procurador-Geral Federal, de Natureza Especial, privativo de Bacharel em Direito de elevado saber jurídico e reconhecida idoneidade. (...) § 2º Compete ao Procurador-Geral Federal: (...) V – disciplinar e efetivar as promoções e remoções dos membros da Carreira de Procurador Federal (...)”. A segunda parte, no entanto, está incorreta, uma vez que o inc. IV do mesmo dispositivo legal prevê ser atribuição do Procurador-Geral Federal “distribuir os cargos e lotar os membros da Carreira nas Procuradorias-Gerais ou Departamentos Jurídicos de autarquias e fundações federais (...)”.



QUESTÃO 29. Assinale a opção correta no que diz respeito ao posicionamento do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação ao novo texto da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), com as alterações inseridas pela Lei nº 14.230/2021.

a) A norma mais benéfica prevista pela Lei nº 14.230/2021 - revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa - é retroativa e, conseqüentemente, tem incidência em relação à eficácia da coisa julgada e durante o processo de execução das penas e seus incidentes.

b) A nova Lei nº 14.230/2021 aplica-se aos atos de improbidade administrativa culposos praticados na vigência do texto anterior da lei, com ou sem condenação transitada em julgado, em virtude da revogação expressa do texto anterior, devendo o juízo competente analisar eventual culpa do agente.

c) Na aplicação do novo regime prescricional - novos prazos e prescrição intercorrente -, há necessidade de observância dos princípios da segurança jurídica, do acesso à justiça e da proteção da confiança, com a retroatividade prevista na Lei nº 14.230/2021, garantindo-se a plena eficácia dos atos praticados validamente antes da alteração legislativa.

d) Os ilícitos de improbidade administrativa possuem natureza civil, não se aplicando a regra da retroatividade da norma mais benéfica para ensejar a responsabilização por atos ilícitos civis de improbidade administrativa por ausência de expressa previsão legal.

e) A opção do legislador em alterar a lei de improbidade administrativa com a supressão da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa foi plenamente válida, uma vez que é a própria CF que delega à legislação ordinária a forma e tipificação dos atos de improbidade administrativa. Como consequência da revogação do ato de improbidade administrativa culposos, o novo regime prescricional previsto na Lei nº 14.230/2021 é retroativo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

Uma das alterações promovidas pela Lei 14.230/2021 na Lei 8.429/1992 diz respeito à retirada do ordenamento jurídico brasileiro de atos de improbidade administrativa na modalidade culposa. Trata-se de alteração que se pode extrair do § 1, art. 1º, do diploma legal, em que se destaca que “Consideram-se atos de improbidade administrativa as condutas dolosas tipificadas nos arts. 9º, 10 e 11 desta Lei, ressalvados tipos previstos em leis especiais”.

A partir da referida alteração, passou-se a se questionar se a nova disposição, evidentemente mais benéfica para o réu, teria eficácia retroativa, tal qual verificada em sede de direito penal.

Ao enfrentar o assunto, o STF fixou entendimento no sentido de que: (i) a nova disposição não retroage para alcançar pessoas que já tenham sido condenadas, com decisão transitada em julgado, por força do art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal, prevalecendo o *princípio tempus regit actum*; (ii) retroagindo, no entanto, quando se tratar de ato de improbidade administrativa praticados durante a vigência do regramento anterior, porém ainda em trâmite em processo sem trânsito em julgado.

Nestes termos, dentre outras disposições, o STF fixou as seguintes teses: “2) A norma benéfica da Lei 14.230/2021 - revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa -, é IRRETROATIVA, em virtude do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, não tendo incidência em relação à eficácia da coisa julgada; nem tampouco durante o processo de execução das penas e seus incidentes; 3) A nova Lei 14.230/2021 aplica-se aos atos de improbidade



administrativa culposos praticados na vigência do texto anterior da lei, porém sem condenação transitada em julgado, em virtude da revogação expressa do texto anterior; devendo o juízo competente analisar eventual dolo por parte do agente (...)" (STF. Plenário. ARE 843989/PR, Rel. Min. Alexandre de Moraes, julgado em 18/8/2022– Tema 1.199 - Info 1065).

Além disso, a Lei 14.230/2021 trouxe alterações no que tange ao regime prescricional dos atos de improbidade administrativa, tendo a Lei 8.429/1992, dentre outras importantes alterações, passado a dispor no seu art. 23 que "A ação para a aplicação das sanções previstas nesta Lei prescreve em 8 (oito) anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência".

A esse respeito, o STF fixou entendimento no sentido de que "O novo regime prescricional previsto na Lei 14.230/2021 é IRRETROATIVO, aplicando-se os novos marcos temporais a partir da publicação da lei" (STF. Plenário. ARE 843989/PR, Rel. Min. Alexandre de Moraes, julgado em 18/8/2022– Tema 1.199 - Info 1065).

Nestes termos, tem-se:

A alternativa A está incorreta, vez que, em regra, a nova configuração do elemento subjetivo do ato de improbidade administrativo não retroage diante dos efeitos da coisa julgada.

A alternativa B está incorreta, vez que há aplicação retroativa da nova configuração do elemento subjetivo do ato de improbidade administrativo apenas se não houver trânsito em julgado.

A alternativa C está incorreta, vez que o novo regime prescricional não se aplica de forma retroativa.

A alternativa D está correta, por se tratar de entendimento fixado pelo STF no ARE 843989/PR, conforme colacionado acima.

No entanto, verifica-se uma incorreção quanto à redação da alternativa – o que poderia ensejar um questionamento do seu conteúdo -, que diz respeito em afirmar que a ausência de retroatividade da nova regra atinente ao elemento subjetivo do ato de improbidade administrativa ensejaria a responsabilidade civil. O motivo do equívoco está no fato de que, pela nova regra excluir a modalidade culposa da improbidade civil, a sua eventual retroatividade excluiria a possibilidade de responsabilização, não a ensejando, tal qual trazido pela questão.

A alternativa E está incorreta, vez que, em regra, a nova configuração do elemento subjetivo do ato de improbidade administrativo não retroage diante dos efeitos da coisa julgada.

QUESTÃO 30. Um ente da administração pública indireta recebeu as seguintes denúncias contra três servidores: o servidor A teria faltado ao serviço, sem causa justificada, por 62 dias, interpoladamente, ao longo de 12 meses; o servidor B não comparecia ao serviço havia 40 dias consecutivos, mas em sua rede social via-se que ele fazia apresentações musicais pelo interior do país, como integrante de uma dupla sertaneja; e o servidor C, após discussão com outro servidor por causa do uso de equipamentos de informática, jogou a tela do computador no chão, e, com o extintor de incêndio, danificou os móveis existentes na sala do órgão público, além de ter agredido fisicamente um de seus colegas de sala, deixando-o inconsciente e posteriormente incapacitado para o trabalho.

No que se refere aos casos hipotéticos relatados, a Lei nº 8.112/1990 prevê apuração disciplinar por meio de

a) processo administrativo disciplinar de rito sumário por inassiduidade habitual, para o servidor A; processo administrativo disciplinar de rito sumário por abandono de cargo, para



o servidor B: processo administrativo disciplinar para o servidor C, dada a gravidade dos fatos.

b) sindicâncias punitivas para cada um dos três servidores, dadas a autoria e a materialidade identificadas, com a possibilidade de aplicação das penas cabíveis correspondentes.

c) processo administrativo disciplinar ou investigativa instaurados para cada um dos servidores.

d) processo administrativo disciplinar de rito sumário por meio do qual se comprove a intencionalidade das faltas e do abandono de cargo para os servidores A e B e processo administrativo disciplinar comum para o servidor C.

e) sindicância investigativa, para apurar a autoria ou materialidade dos fatos, para cada um dos servidores.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, considerando que às situações de A e B se aplica do rito sumário, conforme art. 140 da Lei 8.112/1990, que dispõe: “Na apuração de abandono de cargo ou inassiduidade habitual, também será adotado o procedimento sumário a que se refere o art. 133, observando-se especialmente que (...)”. Ressaltando-se, ainda, a necessidade de demonstração do ânimo específico para fins de abandono do cargo, nos termos da Tese 8 da Jurisprudência nº 142 do STJ, que dispõe: “A demonstração do ânimo específico de abandonar o cargo público que ocupa (*animus abandonandi*) é necessária para tipificar conduta de servidor como prática de infração administrativa de abandono de cargo”.

Ainda, há aplicação do processo administrativo disciplinar ao servidor C, nos termos do art. 146 Lei 8.112/1990: “Sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 30 (trinta) dias, de demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou destituição de cargo em comissão, será obrigatória a instauração de processo disciplinar”, que deve ser complementado pelo art. 132 do referido diploma legal, que dispõe: “A demissão será aplicada nos seguintes casos: (...) VI - insubordinação grave em serviço; VII - ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem (...)”.

A alternativa B está incorreta, considerando que, aos servidores A e B, aplica-se o rito sumário, enquanto que, ao servidor C, aplica-se o processo administrativo disciplinar.

A alternativa C está incorreta, pelos motivos expostos na letra B.

A alternativa D está incorreta, pois o servidor A teria cometido inassiduidade habitual, e não abandono de cargo, nos termos do que dispõe o art. 139 da Lei 8.112/1990: “Entende-se por inassiduidade habitual a falta ao serviço, sem causa justificada, por sessenta dias, interpoladamente, durante o período de doze meses”.

A alternativa E está incorreta, pelos motivos expostos na letra B.

QUESTÃO 31. Considerando o que estabelece o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais acerca dos cargos públicos, assinale a opção correta.

a) As funções de confiança são exercidas preferencialmente por servidores ocupantes de cargo efetivo e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira, destinam-se apenas às atribuições de assessoramento.



b) Nomeação, promoção, permuta, readaptação, reversão, aproveitamento, reintegração e a recondução são formas de provimento dos cargos públicos.

c) Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que sejam portadoras; para tais pessoas serão reservadas até 15% das vagas oferecidas no concurso.

d) A vacância do cargo público decorrerá de exoneração, demissão, promoção, readaptação, aposentadoria, posse em outro cargo inacumulável e falecimento.

e) A posse, ato personalíssimo, não admite representação por procuração e, no caso de impedimento, há possibilidade de pedido de prorrogação do prazo por 15 dias, contados da publicação do ato de provimento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, na medida em que os cargos em comissão podem ser destinados a direção e chefia, conforme entendimento fixado pelo STF: “ a) A criação de cargos em comissão somente se justifica para o exercício de funções de direção, chefia e assessoramento, não se prestando ao desempenho de atividades burocráticas, técnicas ou operacionais” (STF. Plenário. ARE 1041210/SP, Rel. Min. Dias Toffoli, julgado em 22/05/20219).

A alternativa B está incorreta, na medida em que permuta não se configura como forma de provimento, nos termos do art. 8º da Lei 8.112/1990: “São formas de provimento de cargo público: I - nomeação; II - promoção; III - ascensão; IV - transferência; V - readaptação; VI - reversão; VII - aproveitamento; VIII - reintegração; IX – recondução”.

A alternativa C está incorreta, ante a previsão de reserva de até 20% das vagas, nos termos do art. 5º, § 2º, da Lei 8.112/1990: “Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras; para tais pessoas serão reservadas até 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas no concurso”.

A alternativa D está correta, por se tratar de literalidade do art. 33 da Lei 8.112/1990: “Art. 33. A vacância do cargo público decorrerá de: I - exoneração; II - demissão; III - promoção; VI - readaptação; VII - aposentadoria; VIII - posse em outro cargo inacumulável; IX – falecimento”.

A alternativa E está incorreta, pois a posse pode se dar por meio de procuração, nos termos no art. 13, § 3º, da Lei 8.112/1990: “A posse poderá dar-se mediante procuração específica”.

QUESTÃO 32. No que se refere à gestão, à organização, ao processo decisório e ao controle social das agências reguladoras, assinale a opção correta.

a) A autonomia administrativa da agência reguladora é caracterizada, entre outras competências, pela possibilidade de solicitar diretamente ao ministério em cuja área de competência estiver enquadrada sua principal atividade a autorização para a realização de concursos públicos.

b) O controle externo das agências reguladoras será exercido exclusivamente pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

c) A natureza especial conferida à agência reguladora é caracterizada, entre outras disposições, pela ausência de tutela ou de subordinação hierárquica, pela autonomia



funcional, decisória, administrativa e financeira e pela investidura a termo de seus dirigentes e estabilidade durante os mandatos.

d) As reuniões deliberativas do conselho diretor ou da diretoria colegiada da agência reguladora têm natureza reservada, por isso a sua gravação em meio eletrônico só poderá ser disponibilizada aos próprios membros do conselho na sede da agência e no respectivo sítio na Internet em até 15 dias úteis após o encerramento da reunião.

e) A agência reguladora poderá estabelecer, por meio de portaria, outros meios de participação de interessados em suas decisões, diretamente ou por meio de organizações e associações legalmente reconhecidas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, pois a solicitação da qual se faz referência é destinada ao Ministério da Economia, nos termos do art. 3º, § 2º, inc. I, alínea a, da Lei 13.848/2019: “A autonomia administrativa da agência reguladora é caracterizada pelas seguintes competências: I - solicitar diretamente ao Ministério da Economia: a) autorização para a realização de concursos públicos (...)”.

A alternativa B está incorreta, pois dispõe o art. 14 da Lei 13.848/2019 que “O controle externo das agências reguladoras será exercido pelo Congresso Nacional, com auxílio do Tribunal de Contas da União”.

A alternativa C está correta, por se tratar de literalidade o art. 3º da Lei 13.848/2019: “A natureza especial conferida à agência reguladora é caracterizada pela ausência de tutela ou de subordinação hierárquica, pela autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira e pela investidura a termo de seus dirigentes e estabilidade durante os mandatos, bem como pelas demais disposições constantes desta Lei ou de leis específicas voltadas à sua implementação”.

A alternativa D está incorreta, uma vez que “As reuniões deliberativas do conselho diretor ou da diretoria colegiada da agência reguladora serão públicas e gravadas em meio eletrônico”, nos termos do art. 8º da Lei 13.848/2019.

A alternativa E está incorreta, pois os meios de participação serão estabelecidos por meio de regimento interno, nos termos do art. 11 da Lei 13.848/2019: “A agência reguladora poderá estabelecer, em regimento interno, outros meios de participação de interessados em suas decisões, diretamente ou por meio de organizações e associações legalmente reconhecidas, aplicando-se o § 5º do art. 9º às contribuições recebidas”.

QUESTÃO 33 - Entre os princípios orçamentários que regem a atividade financeira do Estado, inclui-se a vedação da vinculação da receita de impostos a órgãos, fundos ou despesas. Entretanto, é expressamente permitida a destinação de recursos dessa natureza para

I ações e serviços públicos de saúde.

II manutenção e desenvolvimento do ensino.

III ações e serviços de segurança pública.

IV prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita.

V realização de atividades da administração tributária.



Estão certos apenas os itens

- a) I e III.
- b) II e V.
- c) I, III e IV.
- d) I, II, IV e V.
- e) II, III, IV e V.

Comentários

A questão trata sobre vedação de vinculação de receitas de impostos.

A alternativa correta é a **Letra D**,

Para responder a questão, vejamos o artigo 167, IV, da Constituição Federal: “São vedados: [...] V - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo;”

Dessa forma, a destinação de recursos para as ações e serviços de saúde (item I), manutenção e desenvolvimento de ensino (item II) e realização de atividades tributárias (item V), e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita (item IV), incluem-se entre as ressalvas da vinculação de receitas de impostos.

QUESTÃO 34 - Por força da inovação legislativa proporcionada pela Emenda Constitucional n.º 113/2021, é permitido aplicar o valor de um precatório federal

- a) no pagamento de outorgas de concessões negociais promovidas pela União.
- b) na quitação de débitos inscritos em dívida ativa da União, exceto no caso de débitos parcelados.
- c) no pagamento de tributos federais vincendos.
- d) na aquisição de produtos produzidos por empresas públicas federais.
- e) na compra de imóveis públicos de propriedade dos estados.

Comentários.

A questão trata sobre precatórios, mais especificamente sobre as atualizações promovidas pela EC nº 113/2021.

A questão é polêmica, e pode ter como respostas corretas as alternativas **A e C**.

A alternativa A está correta, pois conforme o art. 100, §11, III, da CF, é possível a utilização de precatórios para pagamento de outorgas de concessões negociais promovidas pela União: “É facultada ao credor, conforme estabelecido em lei do ente federativo devedor, com auto aplicabilidade para a União, a oferta de créditos líquidos e certos que originalmente lhe são próprios ou adquiridos de terceiros reconhecidos pelo ente federativo ou por decisão judicial transitada em julgado para: (...) III - pagamento de outorga de delegações de serviços públicos e demais espécies de concessão negocial promovidas pelo mesmo ente;”



A alternativa B está incorreta, pois conforme o art. 100, §11, I, da CF, é possível a quitação de débitos inscritos em dívida ativa da União, mesmo que parcelados: “É facultada ao credor, conforme estabelecido em lei do ente federativo devedor, com auto aplicabilidade para a União, a oferta de créditos líquidos e certos que originalmente lhe são próprios ou adquiridos de terceiros reconhecidos pelo ente federativo ou por decisão judicial transitada em julgado para: I - quitação de débitos parcelados ou débitos inscritos em dívida ativa do ente federativo devedor, inclusive em transação resolutiva de litígio, e, subsidiariamente, débitos com a administração autárquica e fundacional do mesmo ente;”

A alternativa C está também correta, porque conforme o art. 100, §21, III, da CF, é possível a utilização de precatórios federais para pagamento de tributos federais, inclusive vincendos: “Ficam a União e os demais entes federativos, nos montantes que lhes são próprios, desde que aceito por ambas as partes, autorizados a utilizar valores objeto de sentenças transitadas em julgado devidos a pessoa jurídica de direito público para amortizar dívidas, vencidas ou vincendas: (...) III - nos parcelamentos de tributos ou de contribuições sociais;”

A alternativa D está incorreta, porque conforme o art. 100, §11, II, da CF, é possível a compra de imóveis públicos de propriedade do mesmo ente disponibilizado para venda, no entanto as empresas públicas são entes diversos da União: “É facultada ao credor, conforme estabelecido em lei do ente federativo devedor, com auto aplicabilidade para a União, a oferta de créditos líquidos e certos que originalmente lhe são próprios ou adquiridos de terceiros reconhecidos pelo ente federativo ou por decisão judicial transitada em julgado para: (...) II - compra de imóveis públicos de propriedade do mesmo ente disponibilizados para venda;”

A alternativa E está incorreta, pois conforme o mesmo inciso transcrito acima, é possível a compra de imóveis do mesmo ente. A questão trata de um precatório federal, não sendo possível, assim, a compra de um imóvel de titularidade dos Estados com esse precatório.

Assim, ante a possibilidade de duas respostas corretas, sugere-se o **recurso** para anulação da presente questão.

QUESTÃO 35 – Acerca das contribuições de intervenção no domínio econômico previstas na Constituição Federal de 1988 (CF), é correto afirmar que

- a) elas não podem incidir sobre a importação de produtos estrangeiros ou serviços.**
- b) elas podem ter alíquotas ad valorem cuja base seja o faturamento.**
- c) a cobrança de uma hipotética contribuição de intervenção no domínio econômico criada por lei publicada em maio de 2022 poderia ser iniciada noventa dias após a publicação dessa lei.**
- d) elas podem incidir sobre receitas decorrentes de exportação.**
- e) lei complementar deve instituí-las e discipliná-las.**

Comentários.

A questão trata sobre a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE). Mesmo se tratando de um tributo, o item 13 do edital de Direito Financeiro e Econômico trouxe o seguinte: “13 Contribuição de Intervenção no domínio econômico.”

A alternativa correta é a **Letra B**, conforme o artigo 149, §2º, III, a, da Constituição Federal: “Compete exclusivamente à União instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua



atuação nas respectivas áreas, observado o disposto nos arts. 146, III, e 150, I e III, e sem prejuízo do previsto no art. 195, § 6º, relativamente às contribuições a que alude o dispositivo. (...) § 2º As contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico de que trata o caput deste artigo: (...) III - poderão ter alíquotas: a) ad valorem, tendo por base o faturamento, a receita bruta ou o valor da operação e, no caso de importação, o valor aduaneiro;”

A alternativa A está incorreta, pois conforme o artigo 149, §2º, II, a CIDE pode incidir sobre a importação de produtos estrangeiros ou serviços: “As contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico de que trata o caput deste artigo: (...) II - incidirão também sobre a importação de produtos estrangeiros ou serviços;”

A alternativa C está incorreta, pois o artigo 149 dispõe que a CIDE deve observar o artigo 150, III, da CF. O 150, III, b, traz o chamado princípio da anterioridade anual. Ou seja, só é possível cobrar a CIDE no exercício financeiro seguinte ao da sua instituição: “Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: (...) III - cobrar tributos: (...) b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;”

A alternativa D está incorreta, porque conforme o artigo 149, §2º, I, a CIDE não poderá incidir sobre as receitas decorrentes de exportação: “As contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico de que trata o caput deste artigo: (...) I - não incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação;”

A alternativa E está incorreta, pois a CIDE não está nas hipóteses de reserva de lei complementar. A CF, quando quis que um assunto fosse disciplinado por Lei Complementar, assim dispôs. Os assuntos que ela não foi expressa, podem ser regulados por Lei Ordinária.

QUESTÃO 36 - Segundo a Lei nº 12.529/2011, que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC), cabe a Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE)

- a) decidir, em instância final, sobre a existência de infração à ordem econômica.**
- b) distribuir, por sorteio, os processos aos conselheiros.**
- c) emitir votos nos processos encaminhados ao Tribunal do CADE.**
- d) representar o CADE judicialmente e extrajudicialmente.**
- e) decidir pela insubsistência dos indícios, arquivando os autos do inquérito administrativo.**

Comentários.

A questão trata sobre atribuições previstas na Lei nº 12.529/2011, também chamada de Lei do CADE.

A alternativa correta é a **Letra E**, conforme o artigo 13, IV, da referida lei: “Compete à Superintendência-Geral: (...) IV - decidir pela insubsistência dos indícios, arquivando os autos do inquérito administrativo ou de seu procedimento preparatório;”

As demais alternativas estão incorretas, pois tratam de atribuições de outros órgãos, e não da Secretaria Geral:

A alternativa A trata de uma atribuição do Plenário do Tribunal Administrativo de Defesa Econômica: “Art. 9º Compete ao Plenário do Tribunal, dentre outras atribuições previstas nesta Lei: (...) II -



decidir sobre a existência de infração à ordem econômica e aplicar as penalidades previstas em lei;”

A alternativa B trata de uma atribuição do Presidente do Tribunal Administrativo de Defesa Econômica: “Art. 10. Compete ao Presidente do Tribunal: (...) III - distribuir, por sorteio, os processos aos Conselheiros;”

A alternativa C trata de uma atribuição dos Conselheiros: “Art. 11. Compete aos Conselheiros do Tribunal: I - emitir voto nos processos e questões submetidas ao Tribunal;”

A alternativa D trata de uma atribuição da própria PGF (Procuradoria Federal): “Art. 15. Funcionará junto ao Cade Procuradoria Federal Especializada, competindo-lhe: (...) II - representar o Cade judicial e extrajudicialmente;”

QUESTÃO 37 - Um procurador federal recebeu uma citação, em nome do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), para apresentar resposta a embargos à execução fiscal relativo a um crédito tributário cobrado judicialmente pela autarquia mencionada. Ao analisar a tese jurídica constante dos referidos embargos, o procurador federal verificou existir um parecer, aprovado pelo advogado-geral da União, que concluía no mesmo sentido do pleito do embargante.

O procurador federal constatou, ainda, não haver qualquer controvérsia sobre a matéria fática ou outro fundamento relevante para a defesa.

Nessa situação hipotética, de acordo com a Lei nº 10.522/2002, o procurador federal deverá

- a) contestar o pedido e solicitar a permissão do advogado-geral da União para desistir da execução fiscal.**
- b) reconhecer a procedência do pedido e solicitar que não haja condenação em honorários.**
- c) solicitar a suspensão do processo e apresentar uma consulta ao procurador-geral federal.**
- d) requisitar o não conhecimento dos embargos e pedir ao juízo da causa a desistência da execução fiscal.**
- e) solicitar ao juízo da causa a instauração de uma câmara de conciliação.**

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão aborda o disposto na Lei 10.522/02:

“Art. 19. Fica a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional dispensada de contestar, de oferecer contrarrazões e de interpor recursos, e fica autorizada a desistir de recursos já interpostos, desde que inexistam outro fundamento relevante, na hipótese em que a ação ou a decisão judicial ou administrativa versar sobre: [...] IV - tema sobre o qual exista súmula ou parecer do Advogado-Geral da União que conclua no mesmo sentido do pleito do particular;

§ 1º Nas matérias de que trata este artigo, o Procurador da Fazenda Nacional que atuar no feito deverá, expressamente: I - reconhecer a procedência do pedido, quando citado para apresentar resposta, inclusive em embargos à execução fiscal e exceções de pré-executividade, hipóteses em que não haverá condenação em honorários”

“Art. 19-D. O disposto nos arts. 19, 19-B, 19-C, 19-F, 20-A, 20-B, 20-C e 20-D desta Lei e nos arts. 17 e 18 da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021, aplica-se, no que couber, à Procuradoria-Geral da União, à Procuradoria-Geral Federal e à Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil, sem prejuízo do disposto na Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997.”



Portanto, a alternativa A é a única que se encaixa no disposto na lei.

QUESTÃO 38 - A obrigação que decorre da legislação tributária e que tem por objeto prestações, positivas ou negativas, previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos é denominada obrigação tributária

- a) subsidiária.
- b) ativa.
- c) passiva.
- d) principal.
- e) acessória.

A alternativa correta é a **letra E**.

A obrigação tributária se divide em principal e acessória. A questão traz o conceito de obrigação acessória, conforme art. 113 do CTN: “A obrigação tributária é principal ou acessória. § 1º A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente. § 2º A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos. § 3º A obrigação acessória, pelo simples fato de sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária”.

QUESTÃO 39 - De acordo com o Código Tributário Nacional (CTN), para efeito de delimitação do conceito de legislação tributária, são exemplos de normas complementares em seu sentido técnico,

- a) os decretos emitidos pelo Poder Executivo e as práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas.
- b) os tratados e as convenções internacionais e os convênios celebrados entre a União e os estados.
- c) os tratados e as convenções internacionais e os decretos emitidos pelo Poder Executivo.
- d) os convênios celebrados entre a União e os estados e as práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas.
- e) as práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas e os tratados e as convenções internacionais.

A alternativa correta é a **letra D**.

As normas complementares estão descritas no art. 100 do CTN: “São normas complementares das leis, dos tratados e das convenções internacionais e dos decretos: I - os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas; II - as decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, a que a lei atribua eficácia normativa; III - as práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas; IV - os convênios que entre si celebrem a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.”

A letra D é a única que apresenta somente hipóteses previstas no referido art. 100.



QUESTÃO 40 - Uma empresa em débito com a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), em razão de taxas cobradas por tal agência reguladora, alienou parte significativa de seus bens.

Nessa situação hipotética, conforme o CTN, a referida alienação terá sido fraudulenta se

- a) o crédito tributário estiver regularmente inscrito na dívida ativa e o devedor não tiver reservado bens ou rendas suficientes ao pagamento do total da dívida inscrita.
- b) o devedor não tiver reservado bens ou rendas suficientes ao pagamento do total da dívida apurada e já tiver ocorrido o lançamento das taxas, ainda que não inscritas em dívida ativa.
- c) o devedor não tiver reservado patrimônio suficiente ao pagamento da dívida consolidada, somente podendo se presumir a fraude se a alienação tiver ocorrido após a citação válida da execução fiscal.
- d) o devedor, após inscrição em dívida ativa, não tiver feito o depósito judicial do débito, prestado seguro garantia ou apresentado carta de fiança bancária.
- e) o crédito tributário estiver regularmente inscrito na dívida ativa e o devedor, devidamente intimado deste ato, não tiver prestado caução em dinheiro ou garantia idônea no prazo de trinta dias.

A alternativa correta é a **letra A**.

A alienação é presumidamente tida como fraudulenta, para o CTN, na seguinte hipótese: “Art. 185. Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa. Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica na hipótese de terem sido reservados, pelo devedor, bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida inscrita.”

Perceba que somente a letra A traz a regra do caput e não se encaixa na exceção do parágrafo único.

QUESTÃO 41 - A prefeitura de determinado município inscreveu o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) na dívida ativa, em razão de dívidas de imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) já vencidas e não pagas. O município alegou que os imóveis em questão, de propriedade da autarquia, estavam alugados a terceiros, pessoas físicas, as quais não haviam efetuado o pagamento, e que, por essa razão, a entidade deveria responder pelo débito, na qualidade de proprietária do imóvel.

Acerca da situação hipotética precedente, assinale a opção correta à luz da jurisprudência majoritária e atual do Supremo Tribunal Federal (STF).

- A) O INSS será beneficiado pela imunidade tributária, porém tal benefício não se estenderá aos inquilinos dos seus imóveis, motivo por que o município deverá redirecionar a cobrança do crédito tributário aos locatários.
- B) O INSS não faz jus ao benefício da imunidade tributária no caso, pois os imóveis estavam alugados para particulares.
- C) O INSS somente possui imunidade tributária em relação aos imóveis diretamente empregados na sua atividade fim ou nas atividades dela decorrentes, portanto, no caso de



imóveis alugados a título de investimento, a entidade se submeterá às mesmas regras tributárias aplicáveis aos demais proprietários.

D) O INSS será beneficiado pela imunidade tributária, desde que o valor dos aluguéis esteja sendo aplicado nas atividades para as quais a autarquia foi constituída.

E) O INSS será beneficiado pela imunidade tributária, independentemente da destinação dada aos valores dos aluguéis, sendo suficiente o ingresso dos valores nos cofres públicos.

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão aborda a imunidade tributária recíproca do art. 150, VI, a, da Constituição, aplicada às autarquias por força do § 2º do mesmo artigo: “Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: VI - instituir impostos sobre: a) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros. § 2º - A vedação do inciso VI, "a", é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.”

Em última análise, dá até para fazer uma analogia com a Súmula 724/STF e Súmula Vinculante 52/STF (apesar de, na verdade, elas se referirem à alínea c do art. 150, VI, da Constituição):

Súmula 724/STF: “Ainda quando alugado a terceiros, permanece imune ao IPTU o imóvel pertencente a qualquer das entidades referidas pelo art. 150, VI, c, da Constituição, desde que o valor dos aluguéis seja aplicado nas atividades essenciais de tais entidades”.

Súmula Vinculante 52/STF: “Ainda quando alugado a terceiros, permanece imune ao IPTU o imóvel pertencente a qualquer das entidades referidas pelo art. 150, VI, "c", da Constituição Federal, desde que o valor dos aluguéis seja aplicado nas atividades para as quais tais entidades foram constituídas.”

De qualquer forma, a única resposta correta é a letra D.

QUESTÃO 42 - Acerca da obrigação tributária, no que diz respeito aos sujeitos da relação tributária, assinale a opção correta.

a) Pessoa física pode figurar tanto como sujeito ativo quanto como sujeito passivo de uma relação tributária.

b) O sujeito passivo pode não ser o contribuinte do tributo objeto da relação.

c) O responsável classifica-se em contribuinte e codevedor solidário, sendo certo que a obrigação do segundo decorre de expressa disposição legal.

d) A responsabilidade solidária, em regra, comporta benefício de ordem.

e) A capacidade para ser sujeito passivo de uma relação tributária depende diretamente da capacidade civil.

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, conforme o art. 119 do CTN: “Sujeito ativo da obrigação é a pessoa jurídica de direito público, titular da competência para exigir o seu cumprimento”.

A alternativa B está correta, uma vez que o sujeito passivo pode ser, também, responsável, conforme o CTN: “art. 121. Sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária. Parágrafo único. O sujeito passivo da obrigação



principal diz-se: I - contribuinte, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador; II - responsável, quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa de lei”.

A alternativa C está incorreta. Na verdade, crê-se que a alternativa buscou confundir a classificação disposta no art. 121, parágrafo único, do CTN citado no comentário da alternativa B.

A alternativa D está incorreta. Pelo contrário, a responsabilidade solidária não comporta benefício de ordem, segundo o CTN: “Art. 124. São solidariamente obrigadas: I - as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal; II - as pessoas expressamente designadas por lei. Parágrafo único. A solidariedade referida neste artigo não comporta benefício de ordem.”

A alternativa E está incorreta. A capacidade tributária independe da capacidade civil, conforme o CTN: “Art. 126. A capacidade tributária passiva independe: I - da capacidade civil das pessoas naturais; II - de achar-se a pessoa natural sujeita a medidas que importem privação ou limitação do exercício de atividades civis, comerciais ou profissionais, ou da administração direta de seus bens ou negócios; III - de estar a pessoa jurídica regularmente constituída, bastando que configure uma unidade econômica ou profissional”.

QUESTÃO 43 - Julgue os itens a seguir, acerca da manutenção da qualidade de segurado no âmbito do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

I - Para o contribuinte individual, o período de manutenção da qualidade de segurado inicia-se no primeiro dia do mês subsequente ao da última contribuição com valor igual ou superior ao salário mínimo.

II - O segurado em gozo de qualquer benefício previsto pela Lei nº 8.213/1991 mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições, sem limite de prazo.

III - Mantém a qualidade de segurado, até doze meses após a cessação das contribuições, o segurado retido ou recluso.

IV - O segurado facultativo mantém a condição de segurado, independentemente de contribuições, por até seis meses após a cessação das contribuições.

Estão certos apenas os itens.

a) I e II.

b) I e IV.

c) II e III.

d) I, III e IV.

e) II, III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A previdência social possui caráter contributivo. Porém, com base no Princípio da Solidariedade, fundamental à Seguridade Social, não seria justo que, cessando as contribuições previdenciárias, o indivíduo perdesse imediatamente a condição de segurada, deixando de estar coberta pelo seguro social, especialmente se passar por um momento de dificuldade justamente no momento em que não mais exercer atividade laborativa.

Por esse motivo, o art. 15 da Lei 8.213/91 estabelece lapsos temporais em que a pessoa mantém a qualidade de segurado, mesmo sem contribuir ao fundo previdenciário. Trata-se do que a doutrina denomina de período de graça.



O início do prazo para definir o momento da perda da qualidade ocorrerá no dia seguinte ao término do prazo do recolhimento da competência do mês anterior.

Além da Lei 8.213/91, o Decreto 3.048/99 também trata do tema, e foi cobrado na questão.

O item I está correto, pois o art. 13, §7º do RPS (Decreto 3.048/99) prevê: “Para o contribuinte individual, o período de manutenção da qualidade de segurado inicia-se no primeiro dia do mês subsequente ao da última contribuição com valor igual ou superior ao salário-mínimo.”

O item II está incorreto, pois o art. 15 estabelece lapsos temporais em que a pessoa mantém a qualidade de segurado, mesmo sem contribuir ao fundo previdenciário. Ademais, dispõe o art. 15, I, da Lei 8.213/91 estabelece: “Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições: (...) I - sem limite de prazo, o segurado que estiver em gozo de benefício, exceto na hipótese de auxílio-acidente;”

O item III está incorreto, pois dispõe o art. 15, IV, da Lei 8.213/91: “Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições: IV - até 12 (doze) meses após o livramento, o segurado retido ou recluso;”

O item IV está correto, segundo o art. 15, VI, da Lei 8.213/91: “Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições: (...)VI - até 6 (seis) meses após a cessação das contribuições, o segurado facultativo.”

QUESTÃO 44 - Em 2020, Joana tinha 40 anos de idade e era casada com João havia dezoito meses. João era empregado de uma fábrica havia dois anos, tendo falecido, nesse mesmo ano de 2020, em virtude de um acidente de moto, sem relação com o seu labor. Nessa situação hipotética, de acordo com a Lei nº 8.213/1991, Joana

- a) tem direito à pensão por morte, uma vez que ostenta a qualidade de dependente de João, e o benefício será pago por prazo determinado, superior a quatro meses.
- b) tem direito à pensão por morte, uma vez que ostenta a qualidade de dependente de João, devendo o benefício ser pago por apenas quatro meses.
- c) não tem direito à pensão por morte, uma vez que o evento que vitimou João não se caracteriza como acidente de trabalho.
- d) não tem direito à pensão por morte, uma vez que a lei não permite a concessão do referido benefício em razão do tempo de casamento entre ela e João.
- e) tem direito à pensão por morte, uma vez que ostenta a qualidade de dependente de João, e o benefício será vitalício.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão aborda o tema da pensão por morte. Tal instituto é regulamentado pelos arts. 23 e 24 da Emenda 103/2019, artigos 74 a 79, da Lei 8213/91, e artigos 105 a 115, do RPS (Decreto 3.048/99).

A pensão por morte é um benefício previdenciário concedido aos dependentes dos segurados, as pessoas essas elencadas no artigo 16 da Lei 8.213/91, devendo a condição de dependente ser aferida no momento do óbito do instituidor.

Segundo o art. 16, I, da Lei 8.213/91: “São beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependentes do segurado: I - o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave;”



No caso narrado, João era empregado de uma fábrica há 2 anos, e estava casado com Joana, sua dependente, há dezoito meses, ou seja, menos de 2 anos.

Assim, aplicaríamos o art. 77, §2º, V, da Lei 8.213/91: “O direito à percepção da cota individual cessará: (...) V - para cônjuge ou companheiro: (...) b) em 4 (quatro) meses, se o óbito ocorrer sem que o segurado tenha vertido 18 (dezoito) contribuições mensais ou se o casamento ou a união estável tiverem sido iniciados em menos de 2 (dois) anos antes do óbito do segurado;”

Contudo, a morte de João decorreu de acidente. Logo, aplica-se a exceção do art. 77, §2º-A, da Lei 8.213/91: “Serão aplicados, conforme o caso, a regra contida na alínea “a” ou os prazos previstos na alínea “c”, ambas do inciso V do § 2º, se o óbito do segurado decorrer de acidente de qualquer natureza ou de doença profissional ou do trabalho, independentemente do recolhimento de 18 (dezoito) contribuições mensais ou da comprovação de 2 (dois) anos de casamento ou de união estável.”

Portanto, Joana teria direito à pensão por morte de João, por ser sua dependente legal, por prazo superior a 4 meses, incidindo a regra do art. 77, §2º, V, “c”, 4, da Lei 8.213/91. Vejamos: “O direito à percepção da cota individual cessará: (...) V - para cônjuge ou companheiro: (...) c) transcorridos os seguintes períodos, estabelecidos de acordo com a idade do beneficiário na data de óbito do segurado, se o óbito ocorrer depois de vertidas 18 (dezoito) contribuições mensais e pelo menos 2 (dois) anos após o início do casamento ou da união estável: (...) 4) 15 (quinze) anos, entre 30 (trinta) e 40 (quarenta) anos de idade;”

QUESTÃO 45 - Raul, argentino, com 66 anos de idade, vive em um abrigo na cidade de São Paulo. Por não ter familiares e por ter renda ínfima, decorrente de sua atividade como catador de material reciclável, inscreveu-se no CadÚnico e pleiteou o benefício de prestação continuada (BPC), previsto na Lei nº 8.742/1993. Considerando essa situação hipotética e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), julgue os seguintes itens.

I - O fato de Raul ser estrangeiro, ainda que residente no Brasil, é suficiente para que lhe seja negado o BPC.

II - Concedido o BPC a Raul, não haverá necessidade de reavaliação, a cada dois anos, das condições que ensejaram a concessão, uma vez que se trata de benefício concedido a idoso.

III - Apenas o fato de Raul residir em um abrigo não impede que ele possa vir a receber o BPC.

IV- No que se refere à análise da condição de miserabilidade e da situação de vulnerabilidade de Raul para a concessão do BPC, a referida lei permite, por meio de regulamento, que o limite da renda mensal familiar, por pessoa, possa chegar a meio salário mínimo.

Estão certos apenas os itens

a) I e II.

b) II e III.

c) III e IV.

d) I, II, e IV.

e) I, III, e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A Constituição Federal estabelece, em seu art. 203, V: “A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: (...) V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao



idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.”

Os arts. 20 a 21-A, da Lei 8.742/93 disciplinaram o Benefício de Prestação Continuada. Segundo o art. 20, “o benefício de prestação continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.”

Trata-se, assim, de expressão dos princípios da solidariedade e da erradicação da pobreza, elencados no art. 3º, I e III, da Constituição Federal, possuindo, portanto, natureza jurídica de direito fundamental.

O item I está incorreto, pois decidiu o STF: “(...) A assistência social prevista no artigo 203, inciso V, da Constituição Federal beneficia brasileiros natos, naturalizados e estrangeiros residentes no País, atendidos os requisitos constitucionais e legais. ((RE 587970, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 20/04/2017, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-215 DIVULG 21-09-2017 PUBLIC 22-09-2017)

O item II está incorreto, pois dispõe o art. 21 da Lei 8.742/93 não traz exceção em relação ao idoso. Vejamos: “O benefício de prestação continuada deve ser revisto a cada 2 (dois) anos para avaliação da continuidade das condições que lhe deram origem.”

O item III está correto, pois dispõe o art. 20, §5º, da Lei 8.742/93: “A condição de acolhimento em instituições de longa permanência não prejudica o direito do idoso ou da pessoa com deficiência ao benefício de prestação continuada.”

O item IV está correto, segundo art. 20, §§11 e 11-A, da Lei 8.742/93: “Para concessão do benefício de que trata o caput deste artigo, poderão ser utilizados outros elementos probatórios da condição de miserabilidade do grupo familiar e da situação de vulnerabilidade, conforme regulamento. O regulamento de que trata o § 11 deste artigo poderá ampliar o limite de renda mensal familiar per capita previsto no § 3º deste artigo para até 1/2 (meio) salário-mínimo, observado o disposto no art. 20-B desta Lei.” Ademais, o STF declarou, incidentalmente, a inconstitucionalidade do § 3º do art. 20 da Lei 8.742/93 (sem pronúncia de nulidade), e afirmou que, para aferir que o idoso ou deficiente não tem meios de se manter, o juiz está livre para se valer de outros parâmetros, não estando vinculado ao critério da renda *per capita* inferior a 1/4 do salário-mínimo previsto no § 3º do art. 20. (STF. Plenário. RE 567985/MT e RE 580963/PR, red. p/ o acórdão Min. Gilmar Mendes, julgados em 17 e 18/4/2013). Da mesma maneira vem decidindo o STJ (AgRg no AgRg no AREsp 617.901/SP)

QUESTÃO 46 - Tendo em vista o disposto na Lei nº 8.212/1991 e no Decreto nº 3.048/1999, julgue os próximos itens.

I - Não se consideram remuneração direta ou indireta, não sofrendo a incidência da contribuição patronal, os valores despendidos pelas entidades religiosas e instituições de ensino vocacional com ministro de confissão religiosa, desde que fornecidos em condições que independam da natureza e da quantidade do trabalho executado.

II - A contribuição previdenciária do empregador doméstico incidente sobre o salário de contribuição do empregado doméstico a seu serviço será de 20% sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas, a qualquer título, no decorrer do mês.

III - É facultado aos segurados contribuinte individual e facultativo cujos salários de contribuição sejam iguais ou superiores ao valor de um salário mínimo mensal optarem pelo recolhimento trimestral das contribuições previdenciárias, com vencimento no dia quinze do mês seguinte ao de cada trimestre civil.



IV - O segurado facultativo sem renda própria que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencente à família de baixa renda, pode, optando pela exclusão do direito ao benefício de aposentadoria por tempo de contribuição, contribuir com uma alíquota de 5% incidente sobre o limite mínimo mensal do salário de contribuição.

Estão certos apenas os itens

- a) I e IV.
- b) II e III.
- c) II e IV.
- d) I, II e III.
- e) I, III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão aborda o tema das contribuições previdenciárias, cobrando eminentemente a regulação legal do instituto.

O item I está correto, pois determina o art. 22, §13, da Lei 8.212/91: “Não se considera como remuneração direta ou indireta, para os efeitos desta Lei, os valores despendidos pelas entidades religiosas e instituições de ensino vocacional com ministro de confissão religiosa, membros de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa em face do seu mister religioso ou para sua subsistência desde que fornecidos em condições que independam da natureza e da quantidade do trabalho executado.” Nos mesmos termos o art. 214, §16, do RPS (Decreto 3.048/99).

O item II está incorreto, conforme art. 211, I e II, do RPS (Decreto 3.048/99): “A contribuição previdenciária do empregador doméstico sobre o salário de contribuição do empregado doméstico a seu serviço será de: I - oito por cento de contribuição patronal; e II - oito décimos por cento de contribuição social para financiamento do seguro contra acidentes do trabalho.”

O item III está incorreto, segundo o art. 216, §15, do RPS (Decreto 3.048/99): “É facultado aos segurados contribuinte individual e facultativo, cujos salários-de-contribuição sejam iguais ao valor de um salário mínimo, optarem pelo recolhimento trimestral das contribuições previdenciárias, com vencimento no dia quinze do mês seguinte ao de cada trimestre civil, prorrogando-se o vencimento para o dia útil subsequente quando não houver expediente bancário no dia quinze.”

O item IV está correto, nos termos do art. 21, §2º, II, “b”, da Lei 8.212/91: “No caso de opção pela exclusão do direito ao benefício de aposentadoria por tempo de contribuição, a alíquota de contribuição incidente sobre o limite mínimo mensal do salário de contribuição será de: II - 5% (cinco por cento): (...) b) do segurado facultativo sem renda própria que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencente à família de baixa renda.”

QUESTÃO 47 - Julgue os itens seguintes, relativos a acidente de trabalho, incapacidade por doença e aposentadoria por incapacidade no âmbito do RGPS.

I - Apenas é considerada acidente de trabalho a doença profissional incapacitante, produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade, se constar da relação elaborada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social.

II - Por força de emenda constitucional, aposentadoria por incapacidade permanente, seja ela comum ou acidentária, passou a corresponder a 60% do salário de benefício, com acréscimo de 2% para cada ano de tempo de contribuição que exceder o tempo de vinte anos de contribuição, no caso dos homens, e de quinze anos, no caso das mulheres.



III - Equipara-se ao acidente de trabalho o acidente sofrido por segurado empregado durante viagem financiada pela empresa empregadora com a finalidade de participação em curso de capacitação laboral.

IV - O nexu técnico epidemiológico previdenciário, por meio da associação entre a atividade desenvolvida pela empresa e a doença ensejadora da incapacidade, possibilita que se presuma a existência da doença profissional, sendo relativa a referida presunção, podendo a empresa requerer ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a não aplicação do nexu técnico epidemiológico ao caso concreto.

Estão certos apenas os itens

- a) I e II.
- b) I e IV.
- c) III e IV.
- d) I, II e III.
- e) II, III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão exige o conhecimento legal acerca o acidente de trabalho, incapacidade por doença e aposentadoria por incapacidade.

O acidente de trabalho é regulado pelos artigos 19 a 23 da Lei 8.213/91, tendo sofrido alteração pela Lei Complementar 150/2015, que passou a prever os benefícios previdenciários por acidente do trabalho em favor do empregado doméstico.

O item I está incorreto, pois, com a alteração legislativa, passou a dispor o art. 19 da Lei 8.213/91: “Acidente do trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço de empresa ou de empregador doméstico ou pelo exercício do trabalho dos segurados referidos no inciso VII do art. 11 desta Lei, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.”

O item II está incorreto, pois, segundo o art. 26, §2º, III, da EC 103/19, “o valor do benefício de aposentadoria corresponderá a 60% (sessenta por cento) da média aritmética definida na forma prevista no caput e no § 1º, com acréscimo de 2 (dois) pontos percentuais para cada ano de contribuição que exceder o tempo de 20 (vinte) anos de contribuição nos casos: (...) III - de aposentadoria por incapacidade permanente aos segurados do Regime Geral de Previdência Social, ressalvado o disposto no inciso II do § 3º deste artigo.” Contudo, se a aposentadoria por incapacidade for acidentária, o valor do benefício de aposentadoria corresponderá a 100% (cem por cento) da média aritmética, segundo o art. 26, §3º, II, da EC 103/19, que assim determina: “O valor do benefício de aposentadoria corresponderá a 100% (cem por cento) da média aritmética definida na forma prevista no caput e no § 1º: (...) II - no caso de aposentadoria por incapacidade permanente, quando decorrer de acidente de trabalho, de doença profissional e de doença do trabalho.”

O item III está correto, de acordo com o art. 21, IV, “c”, da Lei 8.213/91: “Equiparam-se também ao acidente do trabalho, para efeitos desta Lei: (...)IV - o acidente sofrido pelo segurado ainda que fora do local e horário de trabalho: (...) c) em viagem a serviço da empresa, inclusive para estudo quando financiada por esta dentro de seus planos para melhor capacitação da mão-de-obra, independentemente do meio de locomoção utilizado, inclusive veículo de propriedade do segurado;”

O item IV está correto. De fato, a MP 306/2006, convertida na Lei 11.430/2006, inseriu o art. 21-A na Lei 8.213/91, criando o NTEP – Nexu Técnico Epidemiológico, visando acabar com uma prática comum das empresas de encobrir a ocorrência do acidente de trabalho. Determina, assim, o art.



21-A e seus parágrafos: “A perícia médica do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) considerará caracterizada a natureza acidentária da incapacidade quando constatar ocorrência de nexos técnico epidemiológico entre o trabalho e o agravo, decorrente da relação entre a atividade da empresa ou do empregado doméstico e a entidade mórbida motivadora da incapacidade elencada na Classificação Internacional de Doenças (CID), em conformidade com o que dispuser o regulamento. A perícia médica do INSS deixará de aplicar o disposto neste artigo quando demonstrada a inexistência do nexo de que trata o caput deste artigo. A empresa poderá requerer a não aplicação do nexo técnico epidemiológico, de cuja decisão caberá recurso com efeito suspensivo, da empresa ou do segurado, ao Conselho de Recursos da Previdência Social.”

QUESTÃO 48 - Assinale a opção correta acerca da aposentadoria por incapacidade permanente no âmbito do RGPS.

a) Na hipótese de um segurado contribuinte individual aposentado por invalidez recuperar a capacidade para o trabalho dentro de cinco anos, contados do início da referida aposentadoria ou do auxílio-doença que a antecedeu sem interrupção, o benefício cessará após tantos meses quantos forem os anos de duração do auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez.

b) A data de início do benefício por incapacidade permanente do empregado doméstico, caso não tenha havido auxílio por incapacidade temporária, é contada a partir do 16º dia do afastamento da atividade ou a partir da data de entrada do requerimento, se entre o afastamento e a entrada do requerimento tiverem decorrido mais de trinta dias.

c) O período de carência necessário a concessão da aposentadoria por incapacidade permanente é dispensado somente nas hipóteses em que o benefício decorra de acidente de trabalho ou o segurado seja acometido por alguma doença em conformidade com as disposições da Lei nº 8.213/1991.

d) O valor da aposentadoria por incapacidade permanente a ser pago ao segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa será acrescido de 25% sobre a base de cálculo, estando o referido valor, entretanto, sempre restrito ao limite máximo do patamar dos benefícios no âmbito RGPS.

e) O aposentado por incapacidade permanente poderá ser convocado a qualquer momento para avaliação das condições que ensejaram o afastamento ou a aposentadoria, concedidos judicial ou administrativamente, não havendo qualquer hipótese legal de dispensa ou isenção.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

Temos mais uma questão na prova exigindo o conhecimento da aposentadoria por incapacidade permanente. Tal instituto é regulado pelos artigos 42 a 47, da Lei 8.213/91, e pelos artigos 43 a 50, do RPS (Decreto 3.048/99).

Ressalte-se que, passou a se chamar aposentadoria por incapacidade permanente com a Emenda 103/2019, que modificou também o art. 201, I, da CF/88 e as regras do RPS, fazendo-os alinharem-se ao novo *nomen iuris*, anteriormente chamado de aposentadoria por invalidez.

Outro ponto alterado foi a sua renda mensal, tendo em vista que o artigo 44 da Lei 8.213/91 não foi recebido pela EC 103/2019.

A alternativa A está correta, pois dispõe o art. 49, I, do RPS (Decreto 3.048/99): “Verificada a recuperação da capacidade laborativa do aposentado por incapacidade permanente, exceto na hipótese prevista no art. 48, serão observadas as seguintes normas: I - quando a recuperação for



total e ocorrer no prazo de cinco anos, contado da data de início da aposentadoria por incapacidade permanente ou do auxílio por incapacidade temporária que a antecedeu sem interrupção, o benefício cessará: (...) b) após tantos meses quantos forem os anos de duração do auxílio por incapacidade temporária e da aposentadoria por incapacidade permanente, para os demais segurados; e”

A alternativa B está incorreta, nos termos do art. 44, §1º, II, do RPS (Decreto 3.048/99): “Na hipótese de a perícia médica inicial concluir pela existência de incapacidade total e definitiva para o trabalho, a aposentadoria por incapacidade permanente será devida: (...) II - ao segurado empregado doméstico, contribuinte individual, trabalhador avulso, especial ou facultativo, a contar da data do início da incapacidade ou da data da entrada do requerimento, se entre essas datas decorrerem mais de trinta dias.”

A alternativa C está incorreta, uma vez que dispõe o art. 30, II, do RPS (Decreto 3.048/99): “Independente de carência a concessão das seguintes prestações: (...) II - auxílio-doença e aposentadoria por invalidez nos casos de acidente de qualquer natureza ou causa e de doença profissional ou do trabalho, bem como nos casos de segurado que, após filiar-se ao RGPS, for acometido de alguma das doenças e afecções especificadas em lista elaborada pelos Ministérios da Saúde e da Previdência Social, atualizada a cada 3 (três) anos, de acordo com os critérios de estigma, deformação, mutilação, deficiência ou outro fator que lhe confira especificidade e gravidade que mereçam tratamento particularizado;”

A alternativa D está incorreta, conforme o art. 45, I, do RPS (Decreto 3.048/99): “O valor da aposentadoria por incapacidade permanente do segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa será acrescido de vinte e cinco por cento, observada a relação constante do Anexo I, e: I - devido ainda que o valor da aposentadoria atinja o limite máximo legal; e”

A alternativa E está incorreta. De fato, o art. 46 do RPS (Decreto 3.048/99) determina: “O segurado aposentado por incapacidade permanente poderá ser convocado a qualquer momento para avaliação das condições que ensejaram o afastamento ou a aposentadoria, concedida judicial ou administrativamente, sem prejuízo do disposto no § 1º e sob pena de suspensão do benefício.” Todavia, o art. 46, §§2º e 5º, do RPS (Decreto 3.048/99) estabelecem hipóteses de isenção e dispensa: “O aposentado por incapacidade permanente que não tenha retornado à atividade estará isento do exame médico-pericial de que trata este artigo: I - após completar cinquenta e cinco anos de idade e quando decorridos quinze anos da data de concessão da aposentadoria por incapacidade permanente ou do auxílio por incapacidade temporária que a tenha precedido; ou II - após completar sessenta anos de idade. (...)O segurado com síndrome da imunodeficiência adquirida (aids) fica dispensado da avaliação de que trata o caput, observado o disposto nos § 3º e § 4º.”

QUESTÃO 49 - Marcos, que trabalha na iniciativa privada, casou-se com Antônia em 1978 e com ela permaneceu casado. Antônia faleceu em janeiro de 2023 e possuía duas aposentadorias por tempo de contribuição: uma por ter trabalhado como médica estatutária em um hospital federal; e a outra por ter trabalhado como empregada em um hospital particular. Nessa situação hipotética, de acordo com o disposto na Emenda Constitucional (EC) nº 103/2019, que promoveu a Reforma da Previdência Social, Marcos terá direito

a) apenas à pensão mais vantajosa, sendo-lhe assegurada a percepção integral do valor desse benefício, uma vez que a acumulação é vedada constitucionalmente.



b) às duas pensões, em seus valores integrais, decorrentes das aposentadorias de Antônia, não havendo vedação à acumulação, dada a natureza da profissão da instituidora, conforme previsto constitucionalmente.

c) às duas pensões decorrentes das aposentadorias de Antônia, não havendo vedação à acumulação, mas redução dos valores de ambas as pensões, calculadas de acordo com as faixas percentuais previstas constitucionalmente.

d) às duas pensões, em seus valores integrais, decorrentes das aposentadorias de Antônia, não havendo vedação à acumulação, uma vez que as aposentadorias são de regimes de previdência social diversos.

e) às duas pensões decorrentes das aposentadorias de Antônia, não havendo vedação à acumulação, sendo-lhe assegurada a percepção integral do valor da pensão mais vantajosa e de uma parte da segunda pensão, calculada de acordo com as faixas percentuais previstas constitucionalmente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A questão exige o conhecimento acerca da acumulação de benefícios, notadamente da pensão por morte.

A Emenda 103/2019 inseriu o §15 no artigo 201 da Constituição, o qual disciplina que “lei complementar estabelecerá vedações, regras e condições para a acumulas benefícios previdenciários”. Desse modo, entende a doutrina que os dispositivos da Lei 8.213/91 que tratam sobre acumulação e benefícios previdenciários foram recebidos pela Emenda 103/2019 com o status lei complementar.

O tema é tratado pelo artigo 124, da Lei 8.213/91, bem como por outros dispositivos legais, bem como pelos arts. 23 e 24 da EC 103/2019.

No caso apresentado, Antônia possuía duas aposentadorias cumuláveis: uma decorrente de um cargo de médica estatutária em hospital federal, ou seja, segurada do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, e outra decorrente de emprego em hospital privado, segurada, portanto, do Regime Geral de Previdência. Ademais, o seu óbito ocorreu em 2023, após EC 103, sendo, assim, suas normas plenamente aplicadas.

Dispõe o art. 24 da EC 103/19: “É vedada a acumulação de mais de uma pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro, no âmbito do mesmo regime de previdência social, ressalvadas as pensões do mesmo instituidor decorrentes do exercício de cargos acumuláveis na forma do art. 37 da Constituição Federal.” Detalhando, o §1º do dispositivo aponta: “Será admitida, nos termos do § 2º, a acumulação de: I - pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro de um regime de previdência social com pensão por morte concedida por outro regime de previdência social ou com pensões decorrentes das atividades militares de que tratam os arts. 42 e 142 da Constituição Federal;”

Por fim, o art. 24, §2º da EC 103 arremata: “Nas hipóteses das acumulações previstas no § 1º, é assegurada a percepção do valor integral do benefício mais vantajoso e de uma parte de cada um dos demais benefícios, apurada cumulativamente de acordo com as seguintes faixas:”

Portanto, o marido de Antônia, seu dependente para fins previdenciários, receberá as duas pensões decorrentes das aposentadorias, não havendo vedação à acumulação, sendo-lhe assegurada a percepção integral do valor da pensão mais vantajosa e de uma parte da segunda pensão, calculada de acordo com as faixas percentuais previstas constitucionalmente.



QUESTÃO 50 - Em relação ao auxílio-inclusão, previsto na Lei nº 8.742/1993, julgue os próximos itens.

I - Para a concessão e a manutenção do benefício de auxílio-inclusão, é imprescindível que a pessoa com deficiência atenda aos critérios de manutenção do BPC.

II - Não é possível a concessão do auxílio-inclusão se, por qualquer motivo, o BPC tiver sido suspenso anteriormente.

III - O auxílio-inclusão será concedido automaticamente pelo INSS, observado o preenchimento dos demais requisitos legais, mediante constatação, pela própria autarquia, de acumulação do BPC com o exercício de atividade remunerada.

IV - O pagamento de auxílio-inclusão pode ser cumulado com o pagamento do auxílio por incapacidade temporária previsto no RGPS.

Estão certos apenas os itens

a) I e II.

b) I e III.

c) III e IV.

d) I, II e IV.

e) II, III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência trouxe, em seu art. 94, a criação de um benefício denominado auxílio-inclusão, em favor das pessoas com deficiência moderada ou grave que recebam o BPC e que passem a exercer atividade remunerada que as enquadre como segurados obrigatórios do GPS; ou tenham recebido, nos últimos 5 (cinco) anos, o BPC e que exerçam atividade remunerada que as enquadre como segurados obrigatórios do RGPS.

Trata-se de um benefício híbrido, com natureza previdenciária e assistencial, uma vez que exige a qualidade de segurado da previdência e a percepção do BPC, pelo menos, nos últimos 5 anos.

Nesses termos, vamos aos itens.

O item I está correto, nos termos do art. 26-A da Lei 8.742/93: “Terá direito à concessão do auxílio-inclusão de que trata o art. 94 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), a pessoa com deficiência moderada ou grave que, cumulativamente: I – receba o benefício de prestação continuada, de que trata o art. 20 desta Lei, e passe a exercer atividade: a) que tenha remuneração limitada a 2 (dois) salários-mínimos; e b) que enquadre o beneficiário como segurado obrigatório do Regime Geral de Previdência Social ou como filiado a regime próprio de previdência social da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios; II – tenha inscrição atualizada no CadÚnico no momento do requerimento do auxílio-inclusão; III – tenha inscrição regular no CPF; e IV – atenda aos critérios de manutenção do benefício de prestação continuada, incluídos os critérios relativos à renda familiar mensal per capita exigida para o acesso ao benefício, observado o disposto no § 4º deste artigo.”

O item II está incorreto, pois disciplina o art. 26-A, §1º, da Lei 8.742/93: “O auxílio-inclusão poderá ainda ser concedido, nos termos do inciso I do caput deste artigo, mediante requerimento e sem retroatividade no pagamento, ao beneficiário: I – que tenha recebido o benefício de prestação continuada nos 5 (cinco) anos imediatamente anteriores ao exercício da atividade remunerada; e II – que tenha tido o benefício suspenso nos termos do art. 21-A desta Lei.”

O item III está correto, conforme art. 26-B, §2º, da Lei 8.742/93: “O auxílio-inclusão será concedido automaticamente pelo INSS, observado o preenchimento dos demais requisitos, mediante



constatação, pela própria autarquia ou pelo Ministério da Cidadania, de acumulação do benefício de prestação continuada com o exercício de atividade remunerada.”

O item IV está incorreto, de acordo com o art. 26-C, II, da Lei 8.742/93: “O pagamento do auxílio-inclusão não será acumulado com o pagamento de: (...) II – prestações a título de aposentadoria, de pensões ou de benefícios por incapacidade pagos por qualquer regime de previdência social; ou”

QUESTÃO 51 - Julgue os itens subsequentes, relativos ao benefício de salário-maternidade no âmbito do RGPS.

I - Não é possível a concessão do salário-maternidade diretamente a segurado do sexo masculino.

II - A concessão de salário-maternidade às seguradas empregada, empregada doméstica e trabalhadora avulsa independe de carência.

III - A mulher desempregada que mantiver a qualidade de segurada terá direito ao benefício do salário-maternidade, cujo valor será correspondente ao do último salário de contribuição.

IV - A segurada empregada que adotar uma criança e obtiver a concessão do salário-maternidade receberá os pagamentos relativos ao aludido benefício diretamente da previdência social.

Estão certos apenas os itens

a) I e II.

b) II e IV.

c) III e IV.

d) I, II e III.

e) I, III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

O salário-maternidade, regulado pelos arts. 71 a 73 da Lei 8.213/91 e arts. 93 a 103 do RPS (Decreto 3.048/99), constitui um benefício previdenciário devido a todas as seguradas do RGPS, que visa a substituir a sua remuneração em razão do nascimento do seu filho ou da adoção de uma criança. Nesse momento, a lei entende que a mulher deve ter sua atenção totalmente ao filho, sendo presumida legalmente a sua incapacidade temporária de trabalhar.

O item I está incorreto, pois o art. 93-A do RPS (Decreto 3.048/99) determina: “O salário-maternidade é devido ao segurado ou à segurada da previdência social que adotar ou obtiver guarda judicial, para fins de adoção de criança de até doze anos de idade, pelo período de cento e vinte dias.”

O item II está correto, nos termos do art. 30, II, do RPS: “Independente de carência a concessão das seguintes prestações: II - salário-maternidade, para as seguradas empregada, empregada doméstica e trabalhadora avulsa;”.

O item III está incorreto, segundo o art. 73, III, e parágrafo único, da Lei 8.213/91: “Assegurado o valor de um salário-mínimo, o salário-maternidade para as demais seguradas, pago diretamente pela Previdência Social, consistirá: (...)III - em um doze avos da soma dos doze últimos salários-de-contribuição, apurados em um período não superior a quinze meses, para as demais seguradas. Parágrafo único. Aplica-se à segurada desempregada, desde que mantida a qualidade de segurada, na forma prevista no art. 15 desta Lei, o disposto no inciso III do caput deste artigo.”



O item IV está correto, segundo art. 71-A, §1º, da Lei 8.213/91: “Ao segurado ou segurada da Previdência Social que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança é devido salário-maternidade pelo período de 120 (cento e vinte) dias. O salário-maternidade de que trata este artigo será pago diretamente pela Previdência Social”.

QUESTÃO 52 - Considerando as alterações promovidas pela EC nº 103/2019 em relação aos requisitos para a aposentadoria voluntária dos servidores públicos federais, assinale a opção correta.

a) Para a concessão de aposentadoria voluntária ao servidor que ingressou em cargo efetivo no serviço público após a entrada até que entre em vigor lei federal em vigor da referida EC que discipline os benefícios do regime próprio de previdência social dos servidores da União, é exigida a idade mínima de 62 anos, se mulher com 30 anos de contribuição, e de 65 anos, se homem com 35 anos de contribuição, cumpridos o tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e o de cinco anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria.

b) Para a concessão de aposentadoria voluntária ao titular do cargo efetivo de policial federal que ingressou no serviço público após a entrada em vigor da referida EC entre em vigor lei federal que discipline os benefícios do regime próprio de previdência social dos servidores da União exige-se idade mínima de 55 anos, se homem, e de 50 anos, se mulher, cumpridos o tempo de trinta anos de contribuição e o de vinte e cinco anos de efetivo exercício no cargo dessa carreira, independentemente do sexo.

c) Para a concessão de aposentadoria voluntária ao titular do cargo efetivo de professor federal que ingressou no serviço público após a entrada em vigor da referida EC- até que entre em vigor lei federal que discipline os benefícios do regime próprio de previdência social dos servidores da União -, exige-se idade mínima de 60 anos, tanto para o homem com 25 anos de contribuição quanto para mulher, das funções de exclusivamente no efetivo exercício magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, cumpridos o tempo de dez anos de efetivo exercício de serviço público e o de cinco anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria, independentemente do sexo.

d) Para a concessão de aposentadoria voluntária ao servidor que ingressou em cargo efetivo no serviço público até a entrada em vigor da referida EC, exige-se a idade mínima de 56 anos, se mulher com 30 anos de tempo de contribuição, e de 61 anos, se homem com 35 anos de tempo de contribuição, cumpridos o tempo de vinte anos de efetivo exercício no serviço público e o de cinco anos no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, desde que tenham preenchido esses requisitos antes de 1º de janeiro de 2020.

e) Para a concessão de aposentadoria voluntária ao servidor que ingressou em cargo efetivo no serviço público até a entrada em vigor da referida EC, exige-se a idade mínima de 60 anos, se mulher com 30 anos de contribuição, e de 63 anos, se homem com 33 anos de contribuição, cumpridos o tempo de vinte anos de efetivo exercício no serviço público e o de cinco anos no cargo efetivo em que se der a aposentadoria.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

O Regime Próprio de Previdência Social - RPPS é o regime de previdência, estabelecido no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que assegura, por lei, aos servidores titulares de cargos efetivos, pelo menos, os benefícios de aposentadoria e pensão por morte previstos no art. 40 da Constituição Federal.



O tema sofreu grandes alterações com a publicação da Emenda 103/2019. Entre as mudanças promovidas, estão: foi inserido o instituto da readaptação, permitindo que o servidor público titular de cargo efetivo possa ser readaptado para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, enquanto permanecer nesta condição, desde que possua a habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destino, mantida a remuneração do cargo de origem; a concessão de aposentadoria no RGPS passa a gerar a extinção da relação de trabalho com a Administração Pública, quer celetista ou mesmo estatutária, o que atinge servidores efetivos de municípios que não criaram RPPS; a aposentadoria por invalidez do servidor efetivo passa a se chamar de Aposentadoria por incapacidade permanente, sendo necessário para sua concessão um requisito adicional: não cabimento da readaptação; e fixou-se como regra permanente para os servidores federais efetivos a seguinte idade mínima para o deferimento de aposentadoria voluntária: a) 65 anos, homens; b) 62 anos, mulheres.

Acerca da aposentadoria voluntária, determina o art. 4º, e §2º, da EC 103/2019 as novas regras nos seguintes termos: “O servidor público federal que tenha ingressado no serviço público em cargo efetivo até a data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional poderá aposentar-se voluntariamente quando preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos: I - 56 (cinquenta e seis) anos de idade, se mulher, e 61 (sessenta e um) anos de idade, se homem, observado o disposto no § 1º; II - 30 (trinta) anos de contribuição, se mulher, e 35 (trinta e cinco) anos de contribuição, se homem; III - 20 (vinte) anos de efetivo exercício no serviço público; IV - 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que se der a aposentadoria; e V - somatório da idade e do tempo de contribuição, incluídas as frações, equivalente a 86 (oitenta e seis) pontos, se mulher, e 96 (noventa e seis) pontos, se homem, observado o disposto nos §§ 2º e 3º.”

Esses requisitos deveriam ser preenchidos até 31 de dezembro de 2019, uma vez que o §2º do artigo acrescenta que: “A partir de 1º de janeiro de 2020, a pontuação a que se refere o inciso V do caput será acrescida a cada ano de 1 (um) ponto, até atingir o limite de 100 (cem) pontos, se mulher, e de 105 (cento e cinco) pontos, se homem.”

QUESTÃO 53 - O Código Florestal protege as faixas marginais de qualquer curso d'água natural, perene e intermitente, e as áreas no entorno de lagos e lagoas naturais, sob o título de

- a) reserva legal.
- b) servidão ambiental.
- c) unidade de conservação de uso sustentável.
- d) unidade de conservação de proteção integral.
- e) área de preservação permanente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**, extraída do artigo 4º da Lei nº 12.651/12: “Considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, para os efeitos desta Lei: I - as faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de: (...) II - as áreas no entorno dos lagos e lagoas naturais, em faixa com largura mínima de: (...)”.



QUESTÃO 54 - Acerca do regime de proteção das áreas de preservação permanente (APP), assinale a opção correta.

- a) A supressão de vegetação nativa em APP, quando protetora de nascentes, dunas e restingas, poderá ser autorizada nos casos de utilidade pública ou interesse social.
- b) Uma vez ocorrida a supressão de vegetação em APP, o seu proprietário, possuidor ou ocupante a qualquer título é obrigado a promover a recomposição da vegetação, ressalvados os usos autorizados legalmente.
- c) O acesso de pessoas à APP para obtenção de água é permitido mediante autorização, a ser concedida em caráter de urgência pelo órgão ambiental competente.
- d) A vegetação situada em APP deverá ser mantida pelo proprietário da área, possuidor ou ocupante a qualquer título, desde que ele seja pessoa física ou jurídica de direito privado, estando dispensado dessa obrigação o titular do imóvel que seja pessoa jurídica de direito público.
- e) Por ser de caráter pessoal, a obrigação de recomposição da APP cuja vegetação tenha sido suprimida não pode ser transmitida ao sucessor, no caso de transferência do domínio ou da posse do imóvel rural.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**, pois a responsabilidade pela recuperação da área degradada é de natureza “*propter rem*”, isto é, acompanha a coisa (o imóvel) e não a pessoa (independe de quem seja o proprietário, possuidor ou ocupante), conforme depreende-se do §1º do art. 7º da Lei nº 12.651/12: “A vegetação situada em Área de Preservação Permanente deverá ser mantida pelo proprietário da área, possuidor ou ocupante a qualquer título, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado. § 1º Tendo ocorrido supressão de vegetação situada em Área de Preservação Permanente, o proprietário da área, possuidor ou ocupante a qualquer título é obrigado a promover a recomposição da vegetação, ressalvados os usos autorizados previstos nesta Lei.”

A letra A está incorreta pois o §1º do art. 8º da Lei nº 12.651/12 diz que somente nos casos de utilidade pública, não incluindo interesse social: “ A supressão de vegetação nativa protetora de nascentes, dunas e restingas somente poderá ser autorizada em caso de utilidade pública.”

A letra C está incorreta pois o art. 9º Lei nº 12.651/12 não exige autorização: “É permitido o acesso de pessoas e animais às Áreas de Preservação Permanente para obtenção de água e para realização de atividades de baixo impacto ambiental.”

A letra D está incorreta, pois a pessoa jurídica de direito público não é dispensada, segundo o art. 7º da Lei nº 12.651/12: “Art. 7º A vegetação situada em Área de Preservação Permanente deverá ser mantida pelo proprietário da área, possuidor ou ocupante a qualquer título, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado.”

A letra E está incorreta, pois o §2º do art. 7º da Lei nº 12.651/12 prevê a transmissão ao sucessor: “§ 2º A obrigação prevista no § 1º tem natureza real e é transmitida ao sucessor no caso de transferência de domínio ou posse do imóvel rural.”

QUESTÃO 55 - Assinale a opção que apresenta instrumento(s) da Política Nacional do Meio Ambiente.

- a) promoção de educação ambiental nos sistemas de ensino.
- b) racionalização do uso da água.



c) taxa de controle e fiscalização ambiental (TCFA).

d) licenciamento e revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras.

e) autorização de supressão da vegetação.

Comentários

A alternativa correta é **letra D**.

Os instrumentos estão enumerados no art. 9º da Lei nº 6.938/1981, quais sejam: "I - o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental; II - o zoneamento ambiental; III - a avaliação de impactos ambientais; IV - o licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras; V - os incentivos à produção e instalação de equipamentos e a criação ou absorção de tecnologia, voltados para a melhoria da qualidade ambiental; VI - a criação de espaços territoriais especialmente protegidos pelo Poder Público federal, estadual e municipal, tais como áreas de proteção ambiental, de relevante interesse ecológico e reservas extrativistas; VII - o sistema nacional de informações sobre o meio ambiente; VIII - o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumento de Defesa Ambiental; IX - as penalidades disciplinares ou compensatórias ao não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção da degradação ambiental. X - a instituição do Relatório de Qualidade do Meio Ambiente, a ser divulgado anualmente pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA; XI - a garantia da prestação de informações relativas ao Meio Ambiente, obrigando-se o Poder Público a produzi-las, quando inexistentes; XII - o Cadastro Técnico Federal de atividades potencialmente poluidoras e/ou utilizadoras dos recursos ambientais; XIII - instrumentos econômicos, como concessão florestal, servidão ambiental, seguro ambiental e outros."

QUESTÃO 56 - Considerando-se as ações de cooperação previstas na Lei Complementar nº 140/2011, é correto afirmar que as atividades localizadas no mar territorial e caracterizadas como efetiva ou potencialmente poluidoras ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental sujeitam-se ao controle ambiental mediante

a) licenciamento conjunto entre a entidade ambiental federal e, quando existente, o órgão da polícia estadual ambiental responsável pela fiscalização da zona costeira.

b) licenciamento conjunto entre o órgão ambiental estadual e o órgão ambiental municipal.

c) licenciamento pela entidade ambiental federal e autorização vinculante pelos órgãos ambientais estadual e municipal.

d) licenciamento pela entidade ambiental federal.

e) licenciamento pelo órgão ambiental estadual.

Comentários

A alternativa correta é **letra D**.

Conforme previsto no art. 7º da Lei Complementar nº 140/2011: "São ações administrativas da União: XIV - promover o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades: (...) b) localizados ou desenvolvidos no mar territorial, na plataforma continental ou na zona econômica exclusiva;"

QUESTÃO 57 - Aplica-se ao Estado a responsabilidade civil por atividade naturalmente perigosa



- a) apenas em caso de conduta omissiva, sendo a responsabilidade objetiva.
- b) em caso de conduta omissiva ou comissiva, sendo a responsabilidade objetiva.
- c) apenas em caso de conduta comissiva, sendo a responsabilidade objetiva.
- d) apenas em caso de conduta comissiva, sendo a responsabilidade subjetiva.
- e) apenas em caso de conduta omissiva, sendo a responsabilidade subjetiva.

Comentários

A alternativa correta é **letra B**.

O Superior Tribunal de Justiça decidiu REsp 1.869.046-SP, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, por unanimidade, julgado em 09/06/2020, DJe 26/06/2020, Informativo 674, que “Aplica-se igualmente ao estado o que previsto no art. 927, parágrafo único, do Código Civil, relativo à responsabilidade civil objetiva por atividade naturalmente perigosa, irrelevante o fato de a conduta ser comissiva ou omissiva.”

QUESTÃO 58 - Segundo a jurisprudência do STJ, por eventuais danos ambientais decorrentes da omissão do dever de controlar e fiscalizar, a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios terão responsabilidade

- a) subjetiva, subsidiária e de execução solidária.
- b) objetiva, subsidiária e de execução solidária.
- c) objetiva, solidária e de execução subsidiária.
- d) objetiva, não solidária e de execução subsidiária.
- e) subjetiva, solidária e de execução subsidiária.

Comentários

A alternativa correta é **letra C**.

O Superior Tribunal de Justiça decidiu no AREsp 1.756.656-SP, Rel. Min. Francisco Falcão, Segunda Turma, por unanimidade, julgado em 18/10/2022, DJe 21/10/2022, Informativo 758, que “A responsabilidade civil por dano ambiental é objetiva e solidária. E, nos casos em que o Poder Público concorre para o prejuízo por omissão, a sua responsabilidade solidária é de execução subsidiária (ou com ordem de preferência).”

QUESTÃO 59. Nos termos do Estatuto da Pessoa Idosa, a instituição dedicada ao atendimento à pessoa idosa onde não haja identificação externa visível se sujeitará à pena de

- a) afastamento provisório dos dirigentes.
- b) interdição.
- c) suspensão temporária do repasse de verbas públicas.
- d) suspensão do programa.
- e) multa, exclusivamente.

Comentários



A alternativa correta é a **letra B**.

Com base no teor do art. Art. 37, § 2º, da Lei nº 10.741/03 (Estatuto do Idoso): “Toda instituição dedicada ao atendimento à pessoa idosa fica obrigada a manter identificação externa visível, sob pena de interdição, além de atender toda a legislação pertinente”.

As alternativas “a”, “c”, “d” e “e” estão incorretas, conforme prescrição do artigo transcrito acima.

QUESTÃO 60. Para efeito de registro público, o imóvel deve ser plenamente identificado, a partir de indicação exatas de suas medidas, características e confrontações, em atendimento ao princípio da

- a) tipicidade.
- b) continuidade.
- c) instância.
- d) especialidade.
- e) continuidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

O princípio que da especialidade pode ser definido como “aquele que impõe a perfeita individualização das pessoas e do objeto do registro, de modo que os atos praticados no assento devem estar minuciosamente descritos, contendo todos os elementos de identificação da Lei nº 6.015/1973. Assim, as partes (sujeitos) e o ato registrário (objeto) devem constar de forma perfeita, individualizada, conforme determina a lei e as normas, a fim de efetivar os direitos ali consignados”. (KÜMPEL, Vitor Frederico et. al., Tratado Notarial e Registral vol. II, 1ª ed, São Paulo: YK Editora, 2017, p. 371/379)

Tal princípio encontra previsão no art. 225, caput, da Lei nº 6.015/1973: “Os tabeliães, escrivães e juízes farão com que, nas escrituras e nos autos judiciais, as partes indiquem, com precisão, os característicos, as confrontações e as localizações dos imóveis, mencionando os nomes dos confrontantes e, ainda, quando se tratar só de terreno, se esse fica do lado par ou do lado ímpar do logradouro, em que quadra e a que distância métrica da edificação ou da esquina mais próxima, exigindo dos interessados certidão do registro imobiliário”.

As alternativas “a”, “b” “c” e “e” estão incorretas, uma vez que tratam de princípios que não atendem ao comando do enunciado.

QUESTÃO 61. Fernanda concedeu a Marcos, mediante escritura pública registrada em cartório de imóveis, o direito de ele plantar em terreno de propriedade dela, durante dez anos. Nessa situação hipotética, Marcos adquiriu.

- a) direito de uso e usufruto de propriedade alheia.
- b) direito de superfície.
- c) concessão de uso especial
- d) concessão por avulsão.
- e) direito de usufruto limitado.



Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

Dispõe o Art. 1.369, do Código Civil: “O proprietário pode conceder a outrem o direito de construir ou de plantar em seu terreno, por tempo determinado, mediante escritura pública devidamente registrada no Cartório de Registro de Imóveis.”

A alternativa “a” está incorreta. O Direito de uso encontra previsão no Art. 1.412, do Código Civil: O usuário usará da coisa e perceberá os seus frutos, quanto o exigirem as necessidades suas e de sua família. Por sua vez, o usufruto encontra previsão no art. 1.390 e seguintes do Código Civil.

A alternativa “c” está incorreta, uma vez que o instituto da concessão de uso especial, previsto no art. 1º da medida provisória no 2.220/01, não se coaduna com o comando da questão.

A alternativa “d” está incorreta, conforme teor do Art. 1.251, do Código Civil, que conceitua a avulsão: “Quando, por força natural violenta, uma porção de terra se destacar de um prédio e se juntar a outro, o dono deste adquirirá a propriedade do acréscimo, se indenizar o dono do primeiro ou, sem indenização, se, em um ano, ninguém houver reclamado”.

A alternativa “e” está incorreta, nos termos do art. 1.390 e seguintes, do Código Civil, que tratam do usufruto.

QUESTÃO 62. Consoante a jurisprudência do STJ acerca do direito das obrigações, no que se refere aos atos unilaterais, caracteriza enriquecimento sem causa

a) a exploração ilícita de parte do patrimônio público imaterial.

b) a existência de causas jurídicas distintas para a resolução contratual e para a indenização por lucros cessantes.

c) o aumento, determinado pelo juiz, da multa coercitiva destinada ao cumprimento de decisão judicial.

d) a estipulação contratual de multa cominatória com valor elevado

e) a rescisão de promessa de compra e venda por iniciativa do promitente-comprador no caso de terreno não edificado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa “a” está correta, nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça que fixou o seguinte entendimento: “[...] 3. Nos termos do art. 884 do Código Civil, caracteriza enriquecimento sem causa ocupar, usar, fruir ou explorar ilicitamente a totalidade ou parte do patrimônio público, material e imaterial. À luz do princípio da indisponibilidade do interesse público, eventual omissão do Estado no exercício do seu poder de polícia - ao deixar de fiscalizar e adotar medidas cabíveis para se opor ou reagir à apropriação irregular de bem público - não transforma o errado em certo, irrelevante ademais que a injuricidade ocorra às vistas do Administrador ou com a sua inércia, conivência ou mesmo (inconcebível) aceitação tácita. Tolerância administrativa não converte em boa-fé aquilo que a lei qualifica como má-fé, pois admitir-se o contrário seria o mesmo que reconhecer a servidores públicos a possibilidade de, por meio de um simples fechar de olhos, rasgarem a norma e a vontade do legislador. 4. Recurso Especial provido. (REsp n. 1.986.143/DF, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 6/12/2022, DJe de 19/12/2022.)



As alternativas “b”, “c”, “d” e “e” estão incorretas, com base nos entendimentos fixados em jurisprudência do STJ acerca do direito das obrigações.

QUESTÃO 63. De acordo com o que dispõe o Código Civil acerca dos defeitos do negócio jurídico, se o devedor ao perdoar uma dívida, for reduzido à insolvência, o ato de perdão da dívida poderá ser anulado sob a alegação de

- a) dolo
- b) abuso de direito
- c) lesão
- d) erro
- e) fraude contra credores

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

Determina o Art. 158, do Código Civil, acerca da fraude contra credores: “Os negócios de transmissão gratuita de bens ou remissão de dívida, se os praticar o devedor já insolvente, ou por eles reduzido à insolvência, ainda quando o ignore, poderão ser anulados pelos credores quirografários, como lesivos dos seus direitos.”

A alternativa “a” está incorreta, conforme Art. 145 e seguintes, do Código Civil.

A alternativa “b” está incorreta, com base no que dispõe o Art. 187, do Código Civil.

A alternativa “c” está incorreta, com base no teor do Art. 157, do Código Civil.

A alternativa “d” está incorreta, nos termos do Art. 138 e seguintes, do Código Civil.

QUESTÃO 64. Acerca do bem de família, assinale a opção correta, considerando o entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

- a) É penhorável o bem de família oferecido por pessoa física como garantia em contrato de mútuo em benefício de pessoa jurídica.
- b) A impenhorabilidade legal tem o objetivo de proteger o devedor contra suas dívidas.
- c) benefício da impenhorabilidade não alcança o casal que tenha mais de um bem imóvel.
- d) É impenhorável o bem de família quando os únicos sócios da empresa devedora são os titulares do imóvel hipotecado.
- e) Vaga de garagem que possua matrícula própria no registro de imóveis constitui bem de família para efeito de penhora

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

Conforme jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), cuja ementa dispõe: “[...]. Nos termos da orientação firmada nos autos do REsp. 1.559.348/DF, com o propósito de vedar a ocorrência de comportamento contraditório, prestigiando o princípio da boa-fé contratual, este Superior Tribunal de Justiça passou a reconhecer a possibilidade de penhora incidente sobre bem de família oferecido por pessoa física como garantia em contrato de mútuo em benefício de pessoa



jurídica. 2. Agravo interno desprovido. (AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.507.594/MG, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 30/3/2020, DJe de 1/4/2020.)”

A alternativa “b” está incorreta. Sobre o tema, a jurisprudência do STJ é no sentido de que a Lei n. 8.009/1990 destina-se a proteger, não o devedor, mas a sua família. (REsp 169.239-SP).

A alternativa “c” está incorreta, conforme teor do parágrafo único do art. 5º, da lei 8.009/90: “Na hipótese de o casal, ou entidade familiar, ser possuidor de vários imóveis utilizados como residência, a impenhorabilidade recairá sobre o de menor valor, salvo se outro tiver sido registrado, para esse fim, no Registro de Imóveis e na forma do art. 70 do Código Civil.”

A alternativa “d” está incorreta, pois a jurisprudência fixada pelo STJ é no sentido de que o bem de família é penhorável quando únicos sócios da empresa devedora são donos do imóvel hipotecado (EAREsp 848498).

A alternativa “e” está incorreta, conforme entendimento da súmula 449 do STJ: “A vaga de garagem que possui matrícula própria no registro de imóveis não constitui bem de família para efeito de penhora.”.

QUESTÃO 65. As decisões tomadas pela pessoa jurídica que tiver administração coletiva, por maioria de votos, poderão ser anuladas se decorrerem de

I violação do estatuto da pessoa jurídica.

II erro.

III dolo.

IV simulação.

V fraude.

Assinale a opção correta.

a) apenas os itens I e II estão certos.

b) apenas os itens II e IV estão certos.

c) apenas os itens III e V estão certos.

d) apenas os itens I, III, IV, e V estão certos.

e) todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

Dispõe o Art. 48 do Código Civil: “Se a pessoa jurídica tiver administração coletiva, as decisões se tomarão pela maioria de votos dos presentes, salvo se o ato constitutivo dispuser de modo diverso. Parágrafo único. Decai em três anos o direito de anular as decisões a que se refere este artigo, quando violarem a lei ou estatuto, ou forem eivadas de erro, dolo, simulação ou fraude.”

As alternativas “a”, “b”, “c” e “d” estão incorretas, conforme teor do artigo supracitado.

QUESTÃO 66 Quando um juiz, por permissão legal, julga um processo conforme seus ditames, ocorre o chamado julgamento por

a) analogia.



b) equidade.

c) princípios gerais do direito.

d) costumes.

e) integração.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, porque a analogia é técnica de integração de lacuna legal, com a aplicação de um dispositivo legal previsto para uma situação para resolver outra que tenha algum ponto de semelhança. É técnica de integração, porque o juiz não pode se recusar a decidir por ausência de dispositivo legal, conforme o previsto no art. 140, *caput*, do CPC: "O juiz não se exime de decidir sob a alegação de lacuna ou obscuridade do ordenamento jurídico", no que a doutrina convencionou em chamar de proibição do *non liquet*. Destaca-se que, ainda, na forma do art. 4º da Lei de Introdução das Normas do Direito, a analogia será aplicada para suprir lacuna legal: "Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito". Logo, não se refere à fonte descrita no enunciado.

A alternativa B está correta, pois é o julgamento por equidade que permite ao juiz utilizar de seu "senso de justiça" para julgamento de causas, mas apenas nos casos expressamente autorizados pela lei, conforme o que expressamente prevê o art. 140, parágrafo único, do CPC: "O juiz só decidirá por equidade nos casos previstos em lei". Um exemplo, em nosso Código, é a sentença nos procedimentos de jurisdição voluntária, a qual pode se dar por equidade, conforme art. 723, parágrafo único: " O juiz não é obrigado a observar critério de legalidade estrita, podendo adotar em cada caso a solução que considerar mais conveniente ou oportuna".

A alternativa C está incorreta, pois os princípios gerais do direito são normas gerais, com alto grau de abstração, extraídas diretamente do texto da lei (como o princípio do contraditório, expressamente previsto no art. 5º, LIV, da CF/88), ou inferidos a partir de sua interpretação (como, por exemplo, o princípio do duplo grau de jurisdição, extraído do princípio da ampla defesa e da competência recursal dos tribunais). Os princípios já não são mais fonte supletiva do direito, sendo fonte direta, tanto que receberam, no Novo Código de Processo Civil, um capítulo específico para seu tratamento. Logo, essa fonte do direito não é a discorrida no enunciado da questão.

A alternativa D está incorreta, pois os costumes são regras de conduta criadas espontaneamente pela consciência comum do povo, que a observa por modo constante e uniforme e sob a convicção de corresponder a uma necessidade jurídica. Os costumes são fonte supletiva do direito, conforme art. 4º, da LINDB, e fonte interpretativa. O CPC reconhece o costume como fonte do direito, por exemplo, como critério de publicidade da hasta pública, devendo o edital ser afixado no "local de costume", conforme texto do art. 887, §3º: " Não sendo possível a publicação na rede mundial de computadores ou considerando o juiz, em atenção às condições da sede do juízo, que esse modo de divulgação é insuficiente ou inadequado, o edital será afixado em local de costume e publicado, em resumo, pelo menos uma vez em jornal de ampla circulação local". Logo, não se refere à fonte descrita no enunciado.

A alternativa E está incorreta, pois integração não é fonte do direito, mas técnica de preenchimento de lacunas com o uso de fontes secundárias, tais como a jurisprudência. Logo, não se refere à fonte descrita no enunciado.



QUESTÃO 67 De acordo com o Código de Processo Civil (CPC), julgue os seguintes itens, acerca do julgamento conforme o estado do processo.

I O juiz poderá decidir parcialmente o mérito unicamente quando um ou mais dos pedidos formulados mostrar-se incontroverso.

II caberá agravo de instrumento contra a decisão parcial de mérito.

III Quando um ou mais dos pedidos formulados, ou parte deles, mostra-se incontroverso e (ou) estiver em condições de imediato julgamento, haverá o pronunciamento judicial antecipado parcial do mérito da causa.

IV A questão parcialmente resolvida poderá ser suscitada em preliminar de apelação eventualmente interposta contra a decisão final de mérito.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.**
- b) Apenas o item IV está certo.**
- c) Apenas os itens I e II estão certos.**
- d) Apenas os itens II e III estão certos.**
- e) Apenas os itens III e IV estão certos.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A assertiva I está incorreta, porque, na forma do art. 356, II, do CPC, o juiz também pode decidir o mérito quando, mesmo sendo controvertida a questão, esta não demandar dilação probatória, ou seja, estiver madura para decisão. Veja-se o texto legal: "art. 356. O juiz decidirá parcialmente o mérito quando um ou mais dos pedidos formulados ou parcela deles: I - mostrar-se incontroverso; II - estiver em condições de imediato julgamento, nos termos do art. 355." E prevê o art. 355, *caput*, e inciso I: " Art. 355. O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando: I - não houver necessidade de produção de outras provas".

A assertiva II está correta, porque reproduz a literalidade do texto do art. 1.015, II, do CPC: "Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre: [...] II - mérito do processo.".

A assertiva III está correta, porque reproduz a literalidade do art. 356, I e II, do CPC, acima citados.

A assertiva IV está incorreta, porque, em sendo cabível o agravo de instrumento por se tratar de decisão de mérito (art. 1015, II, do CPC), a falta de sua interposição em momento oportuno importa em preclusão temporal, não podendo o tema ser impugnado em preliminar da apelação, conforme expressa previsão do art. 1.009, §1º, do CPC: "As questões resolvidas na fase de conhecimento, se a decisão a seu respeito não comportar agravo de instrumento, não são cobertas pela preclusão e devem ser suscitadas em preliminar de apelação, eventualmente interposta contra a decisão final, ou nas contrarrazões".

Logo, são corretas as assertivas II e III.

QUESTÃO 68 Um cidadão ajuizou ação declaratória, cumulada com pedido liminar, em desfavor da União, com o propósito de compelir o referido ente a nomeá-lo para cargo público, considerando que havia sido aprovado na terceira colocação entre as quatro vagas



disponibilizadas no edital do certame, cujo prazo de validade era de dois anos, e que já havia transcorrido um ano e dez meses de sua aprovação, tendo sido nomeado apenas o primeiro colocado, razão pela qual buscou a tutela jurisdicional para que fossem deferidos os seguintes pedidos: (a) liminarmente, sua nomeação imediata e o sobrestamento do prazo de validade do concurso enquanto perdurasse a ação; e (b) no mérito, a confirmação da liminar com a garantia de sua nomeação e posse, uma vez ter participado regularmente do concurso e obtido êxito na aprovação dentro das vagas ofertadas. Após a apresentação de defesa pelo ente público, o magistrado emitiu um pronunciamento sobre o pedido liminar pleiteado, tendo indeferido o pleito, sob a justificativa de não ter verificado elementos que evidenciassem a probabilidade do direito nem ter visto configurado o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Contra essa decisão, o autor apresentou recurso de agravo de instrumento, repetindo os argumentos lançados na petição inicial. A respeito desta situação hipotética, assinale a opção correta conforme entendimento firmado no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

a) O recurso apresentado não deve ser conhecido, porque o rol do art. 1.015 do CPC é taxativo, não admitindo interpretação extensiva ou analógica.

b) Admite-se a possibilidade de impugnar decisões de natureza interlocutória, não previstas no rol do art. 1.015 do CPC, em caráter excepcional, sendo requisito objetivo a urgência decorrente da inutilidade futura do julgamento diferido da apelação.

c) O recurso apresentado deve ser conhecido, porque o rol do art. 1.015 do CPC possui taxatividade mitigada, bastando que a parte tenha demonstrado elementos que evidenciem a probabilidade do direito, independente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, desde que preenchidos os requisitos de evidência elencados no CPC.

d) O recurso apresentado deve ser conhecido, porque o rol do art. 1.015 do CPC é meramente exemplificativo, tal qual o era o do art. 522 do Código de Processo Civil de 1973.

e) Admite-se a possibilidade de impugnar decisões de natureza interlocutória, desde que expressamente previstas no rol do art. 1.015 do CPC, devendo ser verificada, ainda, na análise do caso, a existência do requisito objetivo da urgência decorrente da inutilidade futura do julgamento diferido na apelação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A é incorreta, pois o recurso de agravo de instrumento é recurso contra decisões interlocutórias de primeira instância, cujo rol taxativo é o previsto no art. 1.015 do CPC. Dentre estas, encontra-se a previsão de agravo de instrumento para impugnar decisão sobre tutela provisória, conforme seu inciso I: "Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre: I - tutelas provisórias.". Logo, a decisão narrada no enunciado é impugnável por agravo de instrumento.

A alternativa B é correta, porque, na forma do art. 1.009, §1º, do CPC, as decisões interlocutórias não impugnáveis por agravo de instrumento, pela literalidade do CPC, só poderiam ser objeto de preliminar em apelação. Veja-se o texto legal: "As questões resolvidas na fase de conhecimento, se a decisão a seu respeito não comportar agravo de instrumento, não são cobertas pela preclusão e devem ser suscitadas em preliminar de apelação, eventualmente interposta contra a decisão final, ou nas contrarrazões". Essa interpretação, porém, foi capaz de criar situações em que o julgamento diferido da apelação se tornaria inútil, trazendo urgência na revisão da decisão, do ponto de vista



processual, o que importaria no uso do mandado de segurança como sucedâneo recursal, como ocorre no procedimento especial da Lei 9.099/1995. Como, por exemplo, dessa situação, tem-se a utilização do recurso de agravo de instrumento para impugnação da decisão sobre competência no processo. Nesse sentido, o STJ, conforme Informativo 639, pacificou a matéria através do REsp 1.704.520, Tema Repetitivo 988, na qual foi firmada a seguinte tese: "O rol do art. 1.015 do CPC é de taxatividade mitigada, por isso admite a interposição de agravo de instrumento quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação".

A alternativa C está incorreta, pois é requisito para aplicação da taxatividade mitigada a demonstração do requisito objetivo da urgência processual.

A alternativa D está incorreta, pois, ao contrário do CPC/1973, o rol de decisões agraváveis por instrumento é taxativo, só havendo flexibilização nos casos de aplicação da taxatividade mitigada.

A alternativa E está incorreta, pois não é requisito para cabimento do agravo nas hipóteses taxativas do art. 1.015 do CPC, a demonstração da urgência decorrente da inutilidade futura do julgamento diferido na apelação.

QUESTÃO 69 Juscelino, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, ingressou com ação de rescisão de contrato de promessa de compra e venda de imóvel, que havia sido assinado somente por ele, sem o conhecimento do seu cônjuge virago, não tendo havido o registro do compromisso de compra e venda. Alegou, na petição inicial, que estava enfrentando grave dificuldade financeira, decorrente da crise econômica derivada da pandemia de covid-19, e que se havia tornado impossível prosseguir honrando com o regular pagamento das prestações contratuais. Na sentença, o processo foi extinto sem resolução do mérito, porque o autor, a despeito de ter sido intimado a promover a inclusão de seu cônjuge virago no feito, quedou-se inerte. Assim, o juiz, entendendo se tratar de litisconsorte necessário e verificando a ausência do colegitimado no polo ativo, determinou a extinção do feito por falta de pressuposto processual de constituição válida do processo, consoante o art. 485, inciso IV, do CPC. Na situação hipotética anterior, segundo o CPC e o entendimento jurisprudencial do STJ, a decisão do juiz foi

a) correta, porque, embora seja dispensável a citação de cônjuge do comprador em ação que vise à rescisão de contrato de promessa de compra e venda de imóvel e se trate de direitos obrigacionais, aplica-se o litisconsórcio passivo necessário, porque o regime de bens eleito pelo casal foi o de comunhão parcial de bens, o que não ocorreria caso se tratasse do regime de separação total de bens.

b) correta, pois, na ação cujo objeto seja a rescisão de contrato de compra e venda, se exige a formação de litisconsórcio passivo necessário entre cônjuges, visto se tratar de ação que versa sobre direito real imobiliário.

c) equivocada, porque, embora a situação seja de litisconsórcio passivo necessário, por se tratar de ação que versa sobre direito real imobiliário, deveria ter sido determinado o prosseguimento do feito, uma vez que, diante do quadro de grave dificuldade financeira narrado na petição inicial, a manutenção do contrato poderia se mostrar gravosa ao patrimônio familiar, além do fato de o cônjuge virago não ter assinado o contrato de compra e venda, o que revela a sua impertinência subjetiva para compor a lide.

d) correta, visto se tratar de ação resultante de fato que diz respeito a ambos os cônjuges, mesmo tendo sido praticado por apenas um deles.



e) equivocada, porque é dispensável a citação de cônjuge do comprador em ação que vise à rescisão de contrato de promessa de compra e venda de imóvel não submetido a registro, tratando-se apenas de direitos obrigacionais, não existindo litisconsórcio passivo necessário no caso.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

Em se tratando de ações envolvendo direitos obrigacionais, a regra é a do litisconsórcio facultativo. Só haveria necessidade de participação do cônjuge virago, seja como autor, seja via outorga conjugal, se a ação fosse real imobiliária ou se a esposa do autor fosse parte no contrato que o autor busca a rescisão, neste caso, pela incidibilidade da relação jurídica, conforme expressa previsão do art. 73, §1º, I e II, do CPC: "O cônjuge necessitará do consentimento do outro para propor ação que verse sobre direito real imobiliário, salvo quando casados sob o regime de separação absoluta de bens. § 1º Ambos os cônjuges serão necessariamente citados para a ação: I - que verse sobre direito real imobiliário, salvo quando casados sob o regime de separação absoluta de bens; II - resultante de fato que diga respeito a ambos os cônjuges ou de ato praticado por eles.". E veja-se a previsão do art. 114 do CPC: " O litisconsórcio será necessário por disposição de lei ou quando, pela natureza da relação jurídica controvertida, a eficácia da sentença depender da citação de todos que devam ser litisconsortes."

Além do mais, essa posição já é pacífica no STJ, conforme já decidido no AgInt nos EDcl no REsp 1.754242/DF: "AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. REPARAÇÃO DE DANOS. FATO NOVO NA VIA ESPECIAL. INVIABILIDADE. LITISCONSÓRCIO ATIVO. CÔNJUGE. AÇÃO PESSOAL. DESNECESSIDADE. PRAZO PRESCRICIONAL. PRETENSÃO DECORRENTE DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL. PRAZO DECENAL. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. [...] 2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de ser dispensável a citação de cônjuge do comprador em ação que vise à rescisão de contrato de promessa de compra e venda de imóvel, pois a discussão trata apenas de direitos obrigacionais, não existindo litisconsórcio passivo necessário. Precedentes. [...] (AgInt nos EDcl no REsp n. 1.754.242/DF, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 14/6/2021, DJe de 21/6/2021.).

E, especificamente sobre a dispensa de formação de litisconsórcio ativo necessário em se tratando de discussão de direito obrigacional, veja-se o REsp 677.117/PR, destacado no Informativo 231 do STJ: "Processual civil. Civil. Contrato de compra e venda de imóvel. Rescisão. Nulidade. Inexistência. Mora. Notificação do cônjuge. Valor do débito. Dispensabilidade. Ausência de prejuízo. Embargos de declaração. Efeitos meramente infringentes. Ausência dos pressupostos do art. 535 do CPC. Súmulas 7/STJ e 211/STJ.[...] - A promessa de compra e venda gera apenas efeitos obrigacionais, não sendo, pois, a outorga da mulher, requisito de validade do pacto firmado. [...] (REsp n. 677.117/PR, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 2/12/2004, DJ de 24/10/2005, p. 319.)

Logo, com base nesse raciocínio, estão incorretas as alternativas A, B e D.

A alternativa C é incorreta, porque se trata de litisconsórcio ativo.

Assim, a alternativa correta é a letra E, visto que haveria necessidade de outorga conjugal ou formação de litisconsórcio com o cônjuge virago, se o contrato de promessa de compra e venda do imóvel estivesse registrado na matrícula do imóvel, a teor do previsto no art. 1.417 do Código Civil: "Mediante promessa de compra e venda, em que se não pactuou arrependimento, celebrada por



instrumento público ou particular, e registrada no Cartório de Registro de Imóveis, adquire o promitente comprador direito real à aquisição do imóvel."

QUESTÃO 70 Acerca de agravo interno interposto contra decisão monocrática do relator, consoante prevê o art. 1.021 do CPC, e da multa prevista no § 4.º desse dispositivo legal, assinale a opção correta, de acordo com a legislação vigente a jurisprudência do STJ.

a) No caso de ser declarado inadmissível o recurso, em votação unânime, o órgão colegiado, em decisão fundamentada, deverá condenar o agravante a pagar multa fixada entre 1% e 5% do valor atualizado da causa, que será revertida em favor da União ou do estado.

b) Caso o agravo interno seja declarado, por maioria de votos do órgão colegiado, manifestamente inadmissível ou improcedente, com base em decisão suficientemente fundamentada, o agravante será condenado a pagar ao agravado multa fixada entre 1% e 5% do valor atualizado da causa.

c) A aplicação da multa mencionada consiste em decorrência lógica do não provimento do agravo interno em votação unânime.

d) Caso o agravo interno seja declarado manifestamente inadmissível ou improcedente, poderá o relator, em decisão fundamentada, condenar o agravante a pagar ao agravado multa fixada entre 1% e 5% do valor atualizado da causa.

e) A aplicação da multa mencionada não é mera decorrência lógica do não provimento do agravo interno em votação unânime, mas pressupõe, ainda, que o agravo interno se mostre manifestamente inadmissível ou que sua improcedência seja evidente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A é incorreta, pois, conforme o previsto no art. 1.021, §4º, do CPC, a multa é direcionada para o agravado, não para a União ou o estado: "Quando o agravo interno for declarado manifestamente inadmissível ou improcedente em votação unânime, o órgão colegiado, em decisão fundamentada, condenará o agravante a pagar ao agravado multa fixada entre um e cinco por cento do valor atualizado da causa."

A alternativa B é incorreta, porque a multa só será aplicada, conforme o art. 1.021, §4º, do CPC, se o agravo interno for julgado inadmissível ou improvido por votação unânime.

A alternativa C está incorreta, pois a aplicação da multa, segundo entendimento consolidado do STJ, não se dá automaticamente com o improvimento ou inadmissão do recurso, mas depende de demonstração de abuso do direito por parte do recorrente. Veja-se: "AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OFENSA AO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DESCABIMENTO CONTRA DECISÃO QUE, NO CASO, FIXOU PONTO CONTROVERTIDO E DEFERIU A PRODUÇÃO DE PROVAS. INEXISTÊNCIA DE DECISÃO PARCIAL DE MÉRITO. INTERPRETAÇÃO DO ART. 356, I E II, § 5º, C/C O ART. 1.015, II, DO CPC/2015. APLICAÇÃO DA MULTA PREVISTA NO § 4º DO ART. 1.021 DO NCP. NÃO CABIMENTO. RECURSO DESPROVIDO. [...] 4. A aplicação da multa prevista no § 4º do art. 1.021 do CPC/2015 não é automática, não se tratando de mera decorrência lógica do desprovimento do agravo interno em votação unânime. A condenação do agravante ao pagamento da aludida multa, a ser analisada em cada caso concreto, em decisão fundamentada, pressupõe que o agravo interno mostre-se manifestamente inadmissível ou que sua improcedência seja de tal forma evidente que a simples interposição do recurso possa ser tida, de plano, como



abusiva ou protelatória, o que, contudo, não se verifica na hipótese. 5. Agravo interno desprovido. (AgInt no AREsp n. 1.411.485/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 1/7/2019, DJe de 6/8/2019.)

A alternativa D está incorreta, pois o órgão jurisdicional competente para aplicação da multa, conforme texto do art. 1.021, §4º, do CPC, não é o relator, mas o colegiado.

A alternativa E está correta, pois, conforme o decidido no AgInt no AREsp n. 1.411.485/SP, a aplicação de multa em agravo interno só ocorre que este for manifestamente inadmissível ou que sua improcedência seja evidente.

QUESTÃO 71 Conforme a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça (STJ) acerca de ação civil pública, ação popular e mandado de segurança, julgue os seguintes itens.

I Pelo princípio do amplo acesso à justiça, sindicato ou associação de servidores possui legitimidade para impetração de mandado de segurança coletivo para salvaguarda do interesse de candidatos aprovados em concurso público que ainda não tenham tomado posse.

II A migração de polo de pessoa jurídica de direito público que figure como ré em ação popular deve ser feita até o momento processual de sua resposta, sob pena de preclusão.

III - A legitimidade autarquia federal para ajuizamento de ação civil pública depende da demonstração de pertinência temática entre suas finalidades institucionais e do interesse tutelado de forma coletiva.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.**
- b) Apenas o item III está certo.**
- c) Apenas os itens I e II estão certos.**
- d) Apenas os itens II e III estão certos.**
- e) Todos os itens estão certos.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A assertiva I está incorreta, pois sindicato ou associação de servidores não possui legitimidade para impetração de mandado de segurança coletivo para salvaguarda do interesse de candidatos aprovados em concurso público que ainda não tenham tomado posse, porque estes ainda não integram o quadro funcional do órgão, conforme o já decidido pelo STJ no RMS 66.687, que possui a seguinte ementa: "PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. IMPETRAÇÃO POR ÓRGÃO SINDICAL E POR ÓRGÃO ASSOCIATIVO. DEFESA DO INTERESSE DE CANDIDATOS APROVADOS. FALTA DE LEGITIMIDADE. 1. O sindicato de servidores e a associação de servidores não têm legitimidade para a impetração de ação de mandado de segurança coletivo no interesse de direitos de candidatos aprovados em concurso público. 2. Recurso ordinário em mandado de segurança não provido. (RMS n. 66.687/PB, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 10/5/2022, DJe de 19/5/2022.)".

A assertiva II está incorreta, pois a migração de polo por parte da pessoa jurídica de direito público ou privado interessada, conforme redação do art. 6º, §3º, da Lei 4.717/1965: "A pessoas jurídica de



direito público ou de direito privado, cujo ato seja objeto de impugnação, poderá abster-se de contestar o pedido, ou poderá atuar ao lado do autor, desde que isso se afigure útil ao interesse público, a juízo do respectivo representante legal ou dirigente.". Nesse sentido o já decidido pelo STJ nos EDcl no AgRg no REsp 1.162.049/SP, que possui a seguinte ementa: "ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO POPULAR. NULIDADE E IRREGULARIDADE NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS. PROVA DA LESIVIDADE E DO DESCUMPRIMENTO DAS NORMAS EDITALÍCIAS. RECURSOS ESPECIAIS NÃO CONHECIDOS. AGRAVO INTERNO QUE REITERA OS ARGUMENTOS DO APELO RARO. NÃO HÁ PRECLUSÃO NA MIGRAÇÃO DE POLO DA AÇÃO PELO ENTE PÚBLICO QUE INICIALMENTE HAVIA APRESENTADO CONTESTAÇÃO. INCIDE A SÚMULA 7/STJ A IMPEDIR A REVISÃO DO ENTENDIMENTO ACERCA DA EXISTÊNCIA DE LESÃO AO ERÁRIO, ÀS NORMAS DO EDITAL E TAMBÉM SOBRE A LEGITIMIDADE PASSIVA DO SERVIDOR RESPONSÁVEL PELA CONTRATAÇÃO IRREGULAR. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. [...] 2. No tocante à migração de polo da ação do Ente Público, efetivamente, se trata de inovação recursal. Por outro lado, a jurisprudência desta Corte é firme de que não se opera a preclusão, devendo se levar em conta, todavia, o interesse público a fundamentar a postura prevista no art. 6o., § 3o. da Lei 4.717/65. [...] (AgRg no REsp n. 1.162.049/SP, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, julgado em 1/3/2016, DJe de 11/3/2016.)

A assertiva III está correta, pois autarquia federal, como ente da administração indireta, por não ser procurador universal (tal como o Ministério Público e a Defensoria Pública), deve demonstrar, assim como as associações civis, a pertinência temática entre sua atuação e o tema objeto da ação civil pública, isso em face das delimitação de sua atuação por suas competências legais e estatutárias, numa interpretação restritiva do texto do art. 5º, IV, da lei 7.347/1985. Nesse sentido, precedente do STJ contido no REsp 1.978.138/SP, com a seguinte ementa: "PROCESSUAL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA. FUNDAÇÃO PÚBLICA. REPRESENTATIVIDADE ADEQUADA. NECESSIDADE. RECURSO PROVIDO. 1. Da mesma forma que as associações, as pessoas jurídicas da administração pública indireta, para que sejam consideradas parte legítima no ajuizamento de ação civil pública, devem demonstrar, dentre outros, o requisito da pertinência temática entre suas finalidades institucionais e o interesse tutelado na demanda coletiva. 2. Recurso especial provido para extinguir o processo sem julgamento de mérito, ante a ausência de legitimidade ativa ad causam da fundação pública. (REsp n. 1.978.138/SP, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, julgado em 22/3/2022, DJe de 1/4/2022.)

Logo, é correta apenas a assertiva III.

QUESTÃO 72 De acordo com a legislação processual civil em vigor, devem ser processadas pelo rito comum as ações de

- a) usucapião de terras particulares e de nunciação de obra nova.
- b) consignação em pagamento e discriminatória.
- c) nunciação de obra nova e de reintegração de posse de força nova.
- d) reintegração de posse de força nova e discriminatória.
- e) usucapião de terras particulares e de consignação em pagamento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.



A alternativa A é correta, pois a usucapião de terras particulares e a ação de nunciação de obra nova, cujos procedimentos especiais eram previstos no CPC/1973 (artigos 941 a 945 e 934 a 940, respectivamente), deixaram de ser procedimentos especiais no Novo Código de Processo, sendo-lhes aplicado, portanto, o procedimento comum, conforme art. 318 do CPC: "Aplica-se a todas as causas o procedimento comum, salvo disposição em contrário deste Código ou de lei."

A alternativa B é incorreta, pois a ação de consignação em pagamento possui procedimento especial previsto nos artigos 539 a 549 do CPC e a ação discriminatória nos artigos 18 a 31, da Lei 6.383/1976.

A alternativa C está incorreta, pois a ação possessória de força nova possui procedimento especial previsto nos artigos 554 a 566 do CPC.

A alternativa D está incorreta, porque as ações de reintegração de posse de força nova e discriminatória são procedimentos especiais.

A alternativa E está incorreta, pois a ação de consignação em pagamento possui procedimento especial.

QUESTÃO 73 A Lei n.º 13.463/2017 contém dispositivo com a seguinte redação: "Ficam cancelados os precatórios e as RPV federais expedidos e cujos valores não tenham sido levantados pelo credor e estejam depositados há mais de dois anos em instituição financeira oficial". Ao examinar a constitucionalidade deste dispositivo normativo, em sede de controle concentrado de constitucionalidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que tal previsão é

a) constitucional e se aplica tanto aos precatórios quanto às requisições de pequeno valor (RPV) federais.

b) inconstitucional por violação ao devido processo legal, à garantia da coisa julgada e ao direito de propriedade, entre outros preceitos constitucionais.

c) parcialmente inconstitucional, sendo legítima sua aplicação apenas em relação aos precatórios.

d) aplicável apenas nos casos em que o cancelamento for precedido de intimação do credor pelo juízo da execução, tendo sido dada interpretação ao dispositivo conforme a Constituição Federal de 1988.

e) parcialmente inconstitucional, sendo legítima sua aplicação apenas em relação às requisições de pequeno valor (RPV) federais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa B é correta, pois a Lei 13.463/2017 foi declarada inconstitucional pelo STF na ADI 5755, sob os fundamentos de que previsão de prazo de 02 anos para levantamento dos valores devidos ao credor ofende os princípios da segurança jurídica, coisa julgada, devido processo legal, separação dos poderes, efetividade do processo, dentre outros. Veja-se a ementa do julgado: "EMENTA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. PRECATÓRIOS. CONVERSÃO DE RITO. JULGAMENTO DEFINITIVO DA AÇÃO. ART. 2º, CAPUT E § 1º, DA LEI Nº 13.463/2017, QUE DETERMINA O CANCELAMENTO DOS PRECATÓRIOS E REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR (RPV) FEDERAIS EXPEDIDOS E CUJOS VALORES NÃO TENHAM SIDO LEVANTADOS PELO CREDOR E ESTEJAM DEPOSITADOS HÁ MAIS DE DOIS ANOS EM INSTITUIÇÃO



FINANCEIRA OFICIAL. TRANSFERÊNCIA PARA A CONTA ÚNICA DO TESOUREO NACIONAL. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 2º, 5º, CAPUT, XXII, XXXV, XXXVI, LIV E LV, E 100 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. PROCEDÊNCIA. [...] 3. A Lei nº 13.463/2017 criou verdadeira inovação ao disciplinar o pagamento de montantes por precatórios e requisições de pequeno valor por meio da determinação de um limite temporal para o exercício do direito de levantamento do importe do crédito depositado. A transferência automática, pela instituição financeira depositária, dos valores depositados para a Conta Única do Tesouro Nacional sem prévia ciência do interessado ou formalização de contraditório (art. 5º, LV, CF) afronta o devido processo legal (CF, art. 5º, LIV) no que atine ao respeito ao contraditório e à ampla defesa. 4. Tal lei desloca a prévia ciência e o exercício do contraditório para momento posterior ao cancelamento automático, procedimento que viola a Constituição Federal. A mera possibilidade de novo requerimento do credor não desfigura a inconstitucionalidade material em razão da não observância do contraditório e da ampla defesa. 5. Impossibilidade de edição de medidas legislativas para condicionar e restringir o levantamento dos valores a título de precatórios. Precedente: ADI 3453 (Relatora: Min. Cármen Lúcia, Tribunal Pleno, DJ 16.3.2007). Violação da separação dos Poderes: a Constituição Federal desenhou o regime de pagamento de precatório e conferiu atribuições ao Poder Judiciário sem deixar margem limitativa do direito de crédito ao legislador infraconstitucional. Devem ser prestigiados o equilíbrio e a separação dos Poderes (art. 2º, CF), bem como a garantia da coisa julgada (art. 5º, XXXVI, CF) mediante a satisfação do crédito a conferir eficácia às decisões. A lei impugnada transfere do Judiciário para a instituição financeira a averiguação unilateral do pagamento e autoriza, indevidamente, o cancelamento automático do depósito e a remessa dos valores à Conta Única do Tesouro Nacional. Configurada uma verdadeira burla aos freios e contrapesos indispensáveis ao bom funcionamento dos Poderes. 6. A mora do credor em relação ao levantamento dos valores depositados na instituição financeira deve ser apurada no bojo do processo de execução, sem necessidade de cancelamento automático das requisições em ausência de prévia ciência ao interessado. Violação do devido processo legal (art. 5º, LIV, CF) e do princípio da proporcionalidade. Revela-se desproporcional a imposição do cancelamento automático após o decurso de dois anos do depósito dos valores a título de precatório e RPV. A atuação legislativa não foi pautada pela proporcionalidade em sua faceta de vedação do excesso. 7. Ao determinar o cancelamento puro e simples, imediatamente após o biênio em exame, a Lei nº 13.463/2017 afronta, outrossim, os incisos XXXV e XXXVI do art. 5º da Constituição da República, por violar a segurança jurídica, a inafastabilidade da jurisdição, além da garantia da coisa julgada e de cumprimento das decisões judiciais. Precedentes. 8. A lei impugnada imprime um tratamento mais gravoso ao credor, com a criação de mais uma assimetria entre a Fazenda Pública e o cidadão quando ocupantes dos polos de credor e devedor. Manifesta ofensa à isonomia, seja quanto à distinta paridade de armas entre a Fazenda Pública e os credores, seja no que concerne a uma diferenciação realizada entre os próprios credores: aqueles que consigam fazer o levantamento no prazo de dois anos e os que assim não o façam, independentemente da averiguação prévia das razões. Distinção automática e derivada do decurso do tempo entre credores sem a averiguação das razões do não levantamento dos valores atinentes aos precatórios e requisições de pequeno valor, que podem não advir necessariamente de mero desinteresse ou inércia injustificada. Ofensa à sistemática constitucional de precatórios como implementação da igualdade (art. 5º, caput, CF). Precedentes. 9. O manejo dos valores de recursos públicos depositados e à disposição do credor viola o direito de propriedade (art. 5º, XXII, CF). Ingerência sobre o montante depositado e administrado pelo Poder Judiciário, que passa a ser tratado indevidamente como receita pública e alvo de destinação. 10. A ação direta conhecida e pedido julgado procedente. (ADI 5755, Relator(a): ROSA WEBER, Tribunal Pleno, julgado em 30/06/2022, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-198 DIVULG 03-10-2022 PUBLIC 04-10-2022)



Logo, todas as demais estão incorretas, destacando-se, apenas, que a alternativa D destaca a tese contida nos votos vencidos no acórdão.

QUESTÃO 74 Determinada autarquia federal deseja ajuizar ação de *querela nullitatis*, objetivando o reconhecimento de nulidade decorrente de vício de ausência de citação em processo de que deveria ter participado como litisconsorte necessário. O processo objeto de questionamento teve seu mérito julgado em primeira instância na Seção Judiciária do Distrito Federal, tramitou pelo Tribunal Regional Federal da 1.^a Região (TRF-1.^a), que não conheceu do único recurso de apelação interposto no caso, e transitou em julgado após agravo em recurso especial ter sido inadmitido no STJ.

A respeito desta situação hipotética, assinale a opção correta.

a) Será do TRF-1.^a a competência tanto para examinar a ausência de citação quanto para reanalisar o mérito da causa, caso reconheça o vício.

b) Será do juízo federal de primeira instância a competência para apreciar e julgar a ação de *querela nullitatis*.

c) Será do STJ a competência para examinar a ausência de citação, devendo este tribunal encaminhar o processo para a primeira instância, caso reconheça o vício.

d) Será do STJ a competência tanto para examinar a ausência de citação quanto para reanalisar o mérito da causa, caso reconheça o vício.

e) Será do TRF-1.^a a competência para examinar a ausência de citação, devendo este tribunal encaminhar o processo para a primeira instância, caso reconheça o vício.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa B é correta, pois a competência para julgamento da ação de *querela nullitatis* é do juízo no qual foi proferida a decisão supostamente. Nesse sentido, a posição pacificada e vinculante do STJ, conforme o destaque do Informativo 478, pelo precedente do CC 114.593, com a seguinte ementa: "CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. QUERELA NULLITATIS. COMPETÊNCIA DO JUÍZO QUE PROFERIU A DECISÃO SUPOSTAMENTE VICIADA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. 1. Tem competência para processar e julgar a querela nullitatis o juízo que proferiu a decisão supostamente viciada. 2. Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo da 1^a Vara de Acidentes do Trabalho de Santos - SP, o suscitado. (CC n. 114.593/SP, relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Terceira Seção, julgado em 22/6/2011, DJe de 1/8/2011.)". Assim, como os recursos para o TRF e para o STJ não foram conhecidos, será o juízo federal de primeira instância o competente para a referida ação anulatória de sua decisão.

Logo, todas as demais estão incorretas.

QUESTÃO 75 Em sede de cumprimento de sentença condenatória cível transitada em julgado, o prazo da prescrição intercorrente é

a) fixo, de cinco anos, seja qual for a natureza da pretensão, não podendo ser suspenso nem interrompido.



b) equivalente à metade do prazo fixado para prescrição da pretensão de direito material, podendo ser suspenso, uma única vez, pelo período máximo de dois anos, caso não se localize o devedor ou bens penhoráveis.

c) idêntico ao da prescrição da pretensão de direito material, podendo ser suspenso, uma única vez, pelo período máximo de um ano, caso não se localize o devedor ou bens penhoráveis.

d) equivalente à metade do prazo fixado para prescrição da pretensão de direito material, podendo ser suspenso, uma única vez, pelo período máximo de um ano, caso não se localize o devedor ou bens penhoráveis.

e) idêntico ao da prescrição da pretensão de direito material, podendo ser suspenso, uma única vez, pelo período máximo de dois anos, caso não se localize o devedor ou bens penhoráveis.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A é incorreta, pois, na forma do art. 206-A do Código Civil, a prescrição intercorrente não possui prazo fixo de 05 anos. Ao revés, adota o prazo da pretensão. Veja-se o texto legal: "A prescrição intercorrente observará o mesmo prazo de prescrição da pretensão, observadas as causas de impedimento, de suspensão e de interrupção da prescrição previstas neste Código e observado o disposto no art. 921 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil)". Ademais, esse prazo é suspenso, uma única vez, por um ano contado da não localização do devedor ou de bens penhoráveis, conforme o previsto no art. 921, III e §§1º e 4º, do CPC: Suspende-se a execução: [...] III - quando não for localizado o executado ou bens penhoráveis; [...] § 1º Na hipótese do inciso III, o juiz suspenderá a execução pelo prazo de 1 (um) ano, durante o qual se suspenderá a prescrição. § 4º O termo inicial da prescrição no curso do processo será a ciência da primeira tentativa infrutífera de localização do devedor ou de bens penhoráveis, e será suspensão, por uma única vez, pelo prazo máximo previsto no § 1º deste artigo.

A alternativa B é incorreta, pois, na forma do art. 206-A do Código Civil, não se conta o prazo prescricional intercorrente pela metade, mas pela integralidade do prazo da pretensão, e o prazo máximo de suspensão é de um ano, não de dois, na forma do art. 921, §1º, do CPC.

A alternativa C está correta, pois está de acordo com o art. 206-A do Código Civil e art. 921, inciso III e §1º, do CPC.

A alternativa D está incorreta, pois, na forma do art. 206-A do Código Civil, não se conta o prazo prescricional intercorrente pela metade, mas pela integralidade do prazo da pretensão.

A alternativa E está incorreta, pois o prazo máximo de suspensão é de um ano, não de dois, na forma do art. 921, §1º, do CPC.

QUESTÃO 76 Consoante o estabelecido no Código de Processo Civil (CPC), em processo que trate de direito que admite autocomposição, a Fazenda Pública estará autorizada a realizar negócio jurídico processual bilateral que tenha como objeto

a) o afastamento de hipótese legal de impedimento do juiz.

b) a supressão de primeira instância.

c) a escolha consensual de perito.



d) a ampliação de hipótese de cabimento de agravo de instrumento.

e) a modificação de competência em ação possessória imobiliária.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A é incorreta, pois impedimento é vício grave e gera nulidade do processo passível de ação rescisória (art. 966, II, do CPC), não podendo, portanto, ser objeto de negócio jurídico processual, conforme art. 190, parágrafo único, do CPC: "De ofício ou a requerimento, o juiz controlará a validade das convenções previstas neste artigo, recusando-lhes aplicação somente nos casos de nulidade ou de inserção abusiva em contrato de adesão ou em que alguma parte se encontre em manifesta situação de vulnerabilidade.". E o texto do art. 966, II, do CPC: "A decisão de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando: [...] II - for proferida por juiz impedido ou por juízo absolutamente incompetente.". E, também, nesse sentido, o Enunciado 20 do Fórum Permanente dos Processualistas Civis (FPPC): "Não são admissíveis os seguintes negócios bilaterais, dentre outros: acordo para modificação da competência absoluta, acordo para supressão da primeira instância, acordo para afastar motivos de impedimento do juiz, acordo para criação de novas espécies recursais, acordo para ampliação das hipóteses de cabimento de recursos."

A alternativa B é incorreta, pois a supressão de instância envolve discussão de competência funcional, de modalidade absoluta (art. 62 do CPC), vício grave que importa em nulidade do processo capaz de fundamentar ação rescisória (ar. 966, II, do CPC), não podendo, portanto, ser objeto de negócio processual, na forma do art. 190, parágrafo único do CPC. Veja-se o texto do art. 62 do CPC: "A competência determinada em razão da matéria, da pessoa ou da função é inderrogável por convenção das partes". E, também, nesse sentido, o Enunciado 20 do (FPPC).

A alternativa C é correta, pois as partes podem eleger, consensualmente, o perito que vai atuar no caso *sub judice*, sendo negócio processual expresso no art. 471, II, do CPC: " As partes podem, de comum acordo, escolher o perito, indicando-o mediante requerimento, desde que: [...] II - a causa possa ser resolvida por autocomposição.". Logo, como o enunciado informa que se trata de causa que pode ser resolvida por autocomposição, restou demonstrado o cumprimento do art. 190, *caput*, do CPC: "Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo.". Ademais, cabem negócios jurídicos processuais por parte da Fazenda Pública, conforme Enunciado 256 do Fórum Permanente dos Processualistas Civis (FPPC): " A Fazenda Pública pode celebrar negócio jurídico processual."

A alternativa D é incorreta, porque o cabimento dos recursos é matéria taxativa e não pode ser objeto de negócio processual, conforme Enunciado 20 do FPPC.

A alternativa E é incorreta, pois a competência na ação real imobiliária é absoluta, na forma do art. 47, §2º, CPC e, assim, não pode ser objeto de negócio jurídico processual, na forma do Enunciado 20 do FPPC. Veja o texto do dispositivo legal: "A ação possessória imobiliária será proposta no foro de situação da coisa, cujo juízo tem competência absoluta."

QUESTÃO 77 Conforme a legislação processual civil e a jurisprudência do STJ no que se refere ao pedido de desistência de ação ajuizada contra pessoa jurídica de direito público, da administração pública federal, assinale a opção correta.



a) O requerimento de desistência deve ser inferido de ofício pelo juiz, porque a presença de ente público torna a demanda indisponível.

b) Somente até o momento do saneamento do processo, quando ocorre a estabilização da demanda, será possível a apresentação de pedido de desistência.

c) O requerimento de desistência, seja qual for o momento processual de sua apresentação pelo autor, depende sempre do consentimento prévio da fazenda pública.

d) Caso a desistência seja apresentada após o oferecimento de contestação, será legítima a exigência de renúncia expressa do autor ao direito sobre o qual se funda a ação, para que a fazenda pública concorde com o requerimento.

e) O CPC proíbe o requerimento de desistência da ação caso tenha sido oferecida reconvenção pelo ente público.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A é incorreta, pois o simples fato de haver participação de ente público não torna a demanda indisponível, visto que, pode a ação versar sobre interesse público secundário. Dá-se como exemplo, uma ação revisional de aluguel movida pelo particular em face do Estado locatário, ação na qual, inclusive, cabe autocomposição.

A alternativa B é incorreta, pois o pedido de desistência pode ser apresentado até o momento da prolação da sentença, a teor do previsto no art. 485, §5º, do CPC: " A desistência da ação pode ser apresentada até a sentença."

A alternativa C é incorreta, pois, antes da contestação, pode a parte desistir do processo de forma unilateral, conforme o previsto no art. 485, §4º, do CPC: " Oferecida a contestação, o autor não poderá, sem o consentimento do réu, desistir da ação."

A alternativa D é correta, pois, apresentada a contestação, pode a fazenda pública exigir do autor, para acatar seu pedido de desistência, que este renuncie ao direito que se funda a ação, conforme o previsto no art. 3º, da Lei 9.469/1997: " As autoridades indicadas no caput do art. 1º poderão concordar com pedido de desistência da ação, nas causas de quaisquer valores desde que o autor renuncie expressamente ao direito sobre que se funda a ação (art. 269, inciso V, do Código de Processo Civil)." Aqui, o dispositivo refere-se ao CPC/1973. Essa foi a interpretação dada pelo STJ no precedente qualificado do REsp Repetitivo 1.267.995, contido no Tema 524: "Após o oferecimento da contestação, não pode o autor desistir da ação, sem o consentimento do réu (art. 267, § 4º, do CPC), sendo que é legítima a oposição à desistência com fundamento no art. 3º da Lei 9.469/97, razão pela qual, nesse caso, a desistência é condicionada à renúncia expressa ao direito sobre o qual se funda a ação."

A alternativa E é incorreta, pois a presença de reconvenção, por si só, não obsta a desistência da ação, já que aquela tem autonomia em relação a esta, conforme art. 343, §2º, do CPC: "A desistência da ação ou a ocorrência de causa extintiva que impeça o exame de seu mérito não obsta ao prosseguimento do processo quanto à reconvenção."

QUESTÃO 78 De acordo com a jurisprudência do STF, a revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa, feita pela Lei n.º 14.230/2021,

a) somente se aplica às condutas tipificadas que tenham sido praticadas após a entrada em vigor da Lei n.º 14.230/2021.



b) é inconstitucional, por violar preceito fundamental relacionado à moralidade administrativa.

c) alcança apenas processos judiciais iniciados após a entrada em vigor da Lei n.º 14.230/2021.

d) retroage de forma a afetar decisões que tenham transitado em julgado, impedindo o prosseguimento da execução de sanção de condenados por atos culposos de improbidade administrativa.

e) atinge processos pendentes, sem trânsito em julgado, devendo o juízo competente verificar eventual conduta dolosa do agente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

O art. 1º, §1º, da Lei 8.429/1992, com a redação que lhe deu a Lei 14.230/2021, passou a prever que os atos de improbidade administrativa devem ser dolosos: "Consideram-se atos de improbidade administrativa as condutas dolosas tipificadas nos arts. 9º, 10 e 11 desta Lei, ressalvados tipos previstos em leis especiais." Interpretando o referido dispositivo, o STF firmou entendimento no ARE 843.989, com repercussão geral, consistente no tema 1199, no seguinte sentido: "[...] 2) A norma benéfica da Lei 14.230/2021 - revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa -, é IRRETROATIVA, em virtude do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, não tendo incidência em relação à eficácia da coisa julgada; nem tampouco durante o processo de execução das penas e seus incidentes; 3) A nova Lei 14.230/2021 aplica-se aos atos de improbidade administrativa culposos praticados na vigência do texto anterior da lei, porém sem condenação transitada em julgado, em virtude da revogação expressa do texto anterior; devendo o juízo competente analisar eventual dolo por parte do agente; [...]. Assim, a alternativa E é a correta, por ser a única que adotou o referido entendimento.

QUESTÃO 79 A prerrogativa processual de prazo em dobro conferida à fazenda pública se aplica

I à impugnação ao cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela fazenda pública.

II aos processos de controle concentrado de constitucionalidade, segundo a jurisprudência do STF.

III aos embargos de declaração apresentados pelo ente público que atua no procedimento comum como assistente simples.

IV às contrarrazões de agravo interno contra decisão que defere a suspensão de liminar de acordo com a jurisprudência do STJ.

Estão certos apenas os itens

a) I e II.

b) II e III.

c) III e IV.

d) I, II e IV.

e) I, III e IV.



Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A assertiva I está incorreta, pois o prazo para impugnação do cumprimento de sentença não é dobrado por ser próprio, conforme art. 535, *caput*, do CPC: "A Fazenda Pública será intimada na pessoa de seu representante judicial, por carga, remessa ou meio eletrônico, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução [...]". Assim, não se aplica o prazo em dobro, na forma do art. 183, §2º, do CPC: "Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público."

A assertiva II está incorreta, pois não se aplica prazo em dobro nos processos de controle concentrado de constitucionalidade, conforme o já decidido pelo STF na ADI 2130 AgR: "AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE AJUIZADA POR GOVERNADOR DE ESTADO - DECISÃO QUE NÃO A ADMITE, POR INCABÍVEL - RECURSO DE AGRAVO INTERPOSTO PELO PRÓPRIO ESTADO-MEMBRO - ILEGITIMIDADE RECURSAL DESSA PESSOA POLÍTICA - INAPLICABILIDADE, AO PROCESSO DE CONTROLE NORMATIVO ABSTRATO, DO ART. 188 DO CPC - RECURSO DE AGRAVO NÃO CONHECIDO. O ESTADO-MEMBRO NÃO POSSUI LEGITIMIDADE PARA RECORRER EM SEDE DE CONTROLE NORMATIVO ABSTRATO. [...] NÃO HÁ PRAZO RECURSAL EM DOBRO NO PROCESSO DE CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE. - Não se aplica, ao processo objetivo de controle abstrato de constitucionalidade, a norma inscrita no art. 188 do CPC, cuja incidência restringe-se, unicamente, ao domínio dos processos subjetivos, que se caracterizam pelo fato de admitirem, em seu âmbito, a discussão de situações concretas e individuais. Precedente. Inexiste, desse modo, em sede de controle normativo abstrato, a possibilidade de o prazo recursal ser computado em dobro, ainda que a parte recorrente disponha dessa prerrogativa especial nos processos de índole subjetiva. (ADI 2130 AgR, Relator(a): CELSO DE MELLO, Tribunal Pleno, julgado em 03/10/2001, DJ 14-12-2001 PP-00022 EMENT VOL-02053-03 PP-00485)

A assertiva III está correta, pois, mesmo atuando como assistente, a fazenda pública possui prazo em dobro, conforme o previsto no art. 183, §2º, do CPC. Nesse sentido: "PROCESSO CIVIL - RECURSO ESPECIAL - INTERPRETAÇÃO DO DISPOSTO NO ART. 188 DO CPC - FAZENDA PÚBLICA NA QUALIDADE DE ASSISTENTE SIMPLES DE EMPRESA PÚBLICA ESTADUAL - PRAZO EM DOBRO PARA RECORRER - FINALIDADE DA NORMA. 1 - Interpretando literalmente o disposto no art. 188 do Código de Processo Civil, que dispõe: "computar-se-á em quádruplo o prazo para contestar e em dobro para recorrer quando a parte for a Fazenda Pública ou o Ministério Público", a figura do assistente simples não está contida no termo "parte". Contudo, a interpretação gramatical, por si só, é insuficiente para a compreensão do "sentido jurídico" da norma, cuja finalidade deve sempre ser buscada pelo intérprete e aplicador, devendo ser considerado, ainda, o sistema jurídico no qual a mesma está inserta. Desta forma, o termo "parte" deve ser entendido como "parte recorrente", ou seja, sempre que o recorrente for a Fazenda Pública, o prazo para interpor o recurso é dobrado. Esta é a finalidade da norma. In casu, o Estado de Pernambuco, na qualidade de assistente simples de empresa pública estadual, tem direito ao prazo em dobro para opor Embargos de Declaração, cuja natureza jurídica é de recurso, previsto no art. 496, IV, da Lei Processual Civil. 2 - Precedente (REsp nº 88.839/PI). 3 - Recurso conhecido e provido para, reformando o v. acórdão recorrido, determinar o retorno dos autos à Corte a quo, a fim de que esta aprecie os Embargos Declaratórios em questão, porquanto tempestivos. (REsp n. 663.267/PE, relator Ministro Jorge Scartezini, Quarta Turma, julgado em 17/5/2005, DJ de 13/6/2005, p. 317.)

A assertiva IV está correta, pois, na forma do art. 183, §2º, do CPC, tem a fazenda pública, em não havendo prazo próprio (específico), prazo em dobro para recorrer. Nesse sentido: "SUSPENSÃO DE LIMINAR E DE SENTENÇA. AGRAVO INTERNO. TEMPESTIVIDADE DAS



CONTRARRAZÕES. COMPETÊNCIA DO STJ. EXAURIMENTO DE INSTÂNCIA. DESNECESSIDADE. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO. DECRETO DE CADUCIDADE. PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS. 1. O prazo para interposição de agravo interno - e das contrarrazões a esse recurso - contra decisão que defere ou indefere a suspensão de liminar ou de segurança é de 15 dias, contando-se em dobro o prazo quando interposto pela Fazenda Pública. Exegese do entendimento firmado no voto vencedor do Ministro Og Fernandes no AgInt no AgInt na Pet na SLS n. 2.572/DF. [...] (AgInt na SLS n. 3.071/SP, relator Ministro Humberto Martins, Corte Especial, julgado em 24/5/2022, DJe de 26/5/2022.)

Logo, são corretas apenas as assertivas III e IV.

QUESTÃO 80. Conforme o Código Civil e a Lei n.º 6.404/1976, a sociedade empresária formada exclusivamente por pessoas físicas, respondendo todos os sócios por eventuais dívidas de forma solidária e ilimitada, denomina-se

- a) sociedade anônima.
- b) sociedade em comandita simples.
- c) sociedade limitada.
- d) sociedade em conta de participação.
- e) sociedade em nome coletivo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. Conforme artigo 1º da Lei 6.404/76, a responsabilidade dos sócios da sociedade anônima é limitada ao preço de emissão das ações. Vejamos: "*Art. 1º A companhia ou sociedade anônima terá o capital dividido em ações, e a responsabilidade dos sócios ou acionistas será limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas*".

A alternativa B está incorreta. Na sociedade em comandita simples apenas os sócios comanditados serão responsáveis solidaria e ilimitadamente, conforme artigo 1.045 do Código Civil. Vejamos: "*Art. 1.045. Na sociedade em comandita simples tomam parte sócios de duas categorias: os comanditados, pessoas físicas, responsáveis solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais; e os comanditários, obrigados somente pelo valor de sua quota*".

A alternativa C está incorreta. Conforme artigo 1.052 do Código Civil, a responsabilidade dos sócios da sociedade limitada é limitada ao valor de suas quotas. Vejamos: "*Art. 1.052. Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social*".

A alternativa D está incorreta. Na sociedade em conta de participação apenas os sócios ostensivos respondem de forma exclusiva, nos termos do artigo 991 do Código Civil: "*Art. 991. Na sociedade em conta de participação, a atividade constitutiva do objeto social é exercida unicamente pelo sócio ostensivo, em seu nome individual e sob sua própria e exclusiva responsabilidade, participando os demais dos resultados correspondentes*".

A alternativa E está correta. A sociedade em nome coletivo possui como característica a responsabilidade de forma solidária e ilimitada de todos os seus sócios, como traz o artigo 1.039 do Código Civil: "*Art. 1.039. Somente pessoas físicas podem tomar parte na sociedade em nome coletivo, respondendo todos os sócios, solidária e ilimitadamente, pelas obrigações sociais*".



QUESTÃO 81. Assinale a opção correta no tocante à sociedade limitada.

- a) A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, no entanto todos são responsáveis solidários pela integralização do capital social.
- b) A administração atribuída no contrato a todos os sócios se estende de pleno direito aos que posteriormente adquiram essa qualidade.
- c) A sociedade não pode ser unipessoal, devendo haver, pelo menos, duas pessoas no quadro de sócios.
- d) O capital social divide-se em quotas, iguais ou desiguais, cabendo uma ou diversas delas a cada sócio, sendo possível a integralização mediante prestação de serviços devidamente mensurada.
- e) Após a integralização, o capital social desse tipo de sociedade não poderá ser reduzido.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Conforme literalidade do artigo 1.052 do CC, vejamos: "*Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social*".

A alternativa B está incorreta. A administração atribuída no contrato a todos os sócios não se estende de pleno direito aos que posteriormente adquiram essa qualidade, conforme parágrafo único do artigo 1.060 do Código Civil. Vejamos: "*A administração atribuída no contrato a todos os sócios não se estende de pleno direito aos que posteriormente adquiram essa qualidade*".

A alternativa C está incorreta. Conforme parágrafo primeiro do artigo 1.052 do Código Civil, vejamos: "*A sociedade limitada pode ser constituída por 1 (uma) ou mais pessoas*".

A alternativa D está incorreta. Conforme parágrafo segundo do artigo 1.055 do Código Civil, a prestação de serviços como forma de integralização de capital é vedada, vejamos: "*É vedada contribuição que consista em prestação de serviços*".

A alternativa E está incorreta. É possível a redução do capital social da sociedade limitada após a sua integralização, como traz o artigo 1.082 do Código Civil: "*Pode a sociedade reduzir o capital, mediante a correspondente modificação do contrato: I - depois de integralizado, se houver perdas irreparáveis*".

QUESTÃO 82. Assinale a opção correta acerca de registro e vigência de patentes, com base no disposto na Lei nº 9.279/1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.

- a) É patenteável como invenção o objeto de uso prático que, suscetível de aplicação industrial, apresente nova forma ou disposição envolvendo ato inventivo que resulte em melhoria funcional no seu uso ou em sua fabricação.
- b) É patenteável como modelo de utilidade algo único e que atenda aos requisitos de novidade, atividade inventiva e aplicação industrial.
- c) Técnicas e métodos operatórios ou cirúrgicos, bem como métodos terapêuticos ou de diagnóstico, para aplicação no corpo humano ou animal não são patenteáveis.



d) A vigência de uma patente de invenção extingue-se com o falecimento do seu inventor.

e) A vigência de um modelo de utilidade é de vinte anos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. A alternativa traz os requisitos para a patente de modelo de utilidade e não de invenção, conforme artigo 9º da Lei 9.279/96, vejamos: "*É patenteável como modelo de utilidade o objeto de uso prático, ou parte deste, suscetível de aplicação industrial, que apresente nova forma ou disposição, envolvendo ato inventivo, que resulte em melhoria funcional no seu uso ou em sua fabricação*".

A alternativa B está incorreta. A alternativa traz os requisitos para a patente de invenção e não de modelo de utilidade, conforme artigo 8º da Lei 9.279/96, vejamos: "*É patenteável a invenção que atenda aos requisitos de novidade, atividade inventiva e aplicação industrial*".

A alternativa C está correta. Conforme inciso VIII do artigo 10 da Lei 9.279/96, as técnicas e métodos operatórios ou cirúrgicos, bem como métodos terapêuticos ou de diagnóstico, para aplicação no corpo humano ou animal, não são considerados como invenção ou modelo de utilidade, logo, não podem ser objeto de patente.

A alternativa D está incorreta. Os casos de extinção da patente estão previstos no artigo 78 da Lei 9.279/96, e não há menção sobre falecimento do inventor, transmitindo-se tal bem nas formas ordinárias da lei civil de sucessões.

A alternativa E está incorreta. Conforme artigo 40 da lei 9.279/96, o prazo de vigência da patente de modelo de utilidade é de 15 anos.

QUESTÃO 83. Acerca da intervenção extrajudicial do Banco Central do Brasil (BACEN) nas instituições financeiras, assinale a opção correta.

a) A solicitação de intervenção realizada por administradores da instituição, caso prevista estatutariamente, não sujeitará o solicitante à responsabilização civil e criminal por indicação falsa.

b) O interventor, nomeado pelo BACEN, detém plenos poderes de gestão, inclusive no que se refere à admissão e demissão de pessoal, independentemente de expressa autorização para tal.

c) A intervenção não altera a fluência dos prazos das obrigações vincendas anteriormente contraídas.

d) A intervenção cessará em caso de decretação da liquidação extrajudicial da entidade.

e) O período da intervenção não excederá a doze meses, sendo ele prorrogável, por decisão do BACEN, uma única vez, por mais doze meses.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. A solicitação de intervenção realizada pelo próprio administrador não o exime da responsabilidade civil e criminal por indicação falsa, conforme artigo 3º da Lei 6.024/74.

A alternativa B está incorreta. O inventor não poderá praticar atos de admissão e demissão de pessoal sem expressa autorização do BACEN, conforme artigo 5º, parágrafo único da Lei 6.024/74.



A alternativa C está incorreta. A intervenção produzirá com a decretação a suspensão da fluência dos prazos de obrigações vincendas que foram contraídas anteriormente, nos termos do artigo 6º, alínea b, da Lei 6.024/74.

A alternativa D está correta. Conforme literalidade da alínea c do artigo 7º da Lei 6.024/74, vejamos: "Art. 7º A intervenção cessará: c) se decretada a liquidação extrajudicial, ou a falência da entidade".

A alternativa E está incorreta. O período de intervenção será de até 6 meses, e não 12 meses como traz a alternativa, com base no artigo 4º da Lei 6.024/74.

QUESTÃO 84. De acordo com a Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Nações Unidas, promulgada no Brasil pelo Decreto n.º 27.784/1950, e a Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Agências Especializadas das Nações Unidas, promulgada no Brasil pelo Decreto nº 52.288/1963, o organismo internacional criado por tratado firmado pelo Brasil e internalizado na ordem jurídica brasileira estabelece, entre outros privilégios, a imunidade de jurisdição. Acerca dessa imunidade e da possibilidade de demanda, entende o STF que:

a) as referidas convenções, no âmbito do direito interno, têm natureza equivalente à das leis ordinárias, mas não se aplicam às lides trabalhistas.

b) a pessoa jurídica de direito internacional que integra a Organização das Nações Unidas (ONU) possui imunidade de jurisdição, à exceção das causas trabalhistas.

c) a pessoa jurídica de direito internacional não pode ser demandada em juízo, salvo em caso de renúncia expressa a essa imunidade.

d) as referidas convenções, no âmbito do direito interno, têm natureza equivalente à das leis complementares e aplicam-se às lides trabalhistas.

e) a pessoa jurídica de direito internacional que não integra a Organização das Nações Unidas (ONU) tem direito à imunidade de jurisdição e de execução quanto às causas trabalhistas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, conforme o entendimento do STF (RE 578.543): "(...) 1. Segundo estabelece a 'Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Nações Unidas', promulgada no Brasil pelo Decreto 27.784, de 16 de fevereiro de 1950, 'A Organização das Nações Unidas, seus bens e haveres, qualquer que seja seu detentor, gozarão de imunidade de jurisdição, salvo na medida em que a Organização a ela tiver renunciado em determinado caso. Fica, todavia, entendido que a renúncia não pode compreender medidas executivas'. 2. Esse preceito normativo, que no direito interno tem natureza equivalente à das leis ordinárias, aplica-se também às demandas de natureza trabalhista. 3. Recurso extraordinário provido".

A alternativa B está incorreta, conforme o entendimento do STF (AI 744.777-AgR): "(...) Em decisão recente, no julgamento do RE 578.543, redator para o acórdão Ministro Teori Zavaski, o Supremo Tribunal Federal fixou entendimento no sentido de que a Organização das Nações Unidas (ONU) e os organismos que dela fazem parte têm direito à imunidade de jurisdição e de execução, quanto às causas trabalhistas".

A alternativa C está correta, conforme a tese fixada pelo STF em Repercussão Geral (RE 1034840 RG/DF): "O organismo internacional que tenha garantida a imunidade de jurisdição em tratado



firmado pelo Brasil e internalizado na ordem jurídica brasileira não pode ser demandado em juízo, salvo em caso de renúncia expressa a essa imunidade”.

A alternativa D está incorreta, conforme o fundamento exposto na alternativa A.

A alternativa E está incorreta, conforme o fundamento exposto na alternativa B.

QUESTÃO 85. São fontes das quais a Corte Internacional de Justiça poderá se valer para decidir sobre as controvérsias que lhe são submetidas conforme o seu estatuto:

I convenções internacionais, quer gerais, quer especiais, que estabeleçam regras expressamente reconhecidas pelos Estados litigantes.

II decisões judiciais e a doutrina dos juristas mais qualificados das diferentes nações, como meio para a determinação das regras de direito, sendo a decisão da Corte vinculante para todos os países membros.

III princípios gerais de direito reconhecidos pelas nações civilizadas.

IV costume internacional, como prova de uma prática geral aceita como sendo o direito.

Estão certos apenas os itens:

a) I e II.

b) I e IV.

c) II e III.

d) I, III e IV.

e) II, III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**, porque apenas os itens I, III e IV estão corretos.

O item I está correto, conforme a previsão do art. 38, alínea ‘a’, do Estatuto da Corte Internacional de Justiça: “A Corte, cuja função é decidir de acordo com o direito internacional as controvérsias que lhe forem submetidas, aplicará: a. as convenções internacionais, quer gerais, quer especiais, que estabeleçam regras expressamente reconhecidas pelos Estados litigantes”.

O item II está incorreto, conforme a previsão do art. 38, alínea ‘d’ e do art. 59, ambos do Estatuto da Corte Internacional de Justiça, respectivamente: “(...) d. sob ressalva da disposição do Artigo 59, as decisões judiciais e a doutrina dos juristas mais qualificados das diferentes nações, como meio auxiliar para a determinação das regras de direito”; “A decisão da Corte só será obrigatória para as partes litigantes e a respeito do caso em questão”.

O item III está correto, conforme a previsão do art. 38, alínea ‘c’, do Estatuto da Corte Internacional de Justiça: “(...) c. os princípios gerais de direito, reconhecidos pelas nações civilizadas”.

O item IV está correto, conforme a previsão do art. 38, alínea ‘b’, do Estatuto da Corte Internacional de Justiça: “(...) b. o costume internacional, como prova de uma prática geral aceita como sendo o direito”.

QUESTÃO 86. Assinale a opção correta no que concerne à naturalização, conforme disposto na Lei n.º 13.445/2017 - Lei de Migração.



a) A naturalização extraordinária será concedida ao estrangeiro que se tenha se fixado no Brasil por mais de 10 anos ininterruptos e sem condenação penal, devendo ser requerida pelo interessado.

b) A naturalização especial é concedida ao estrangeiro que seja cônjuge ou companheiro, há mais de 3 anos, de integrante do serviço exterior brasileiro em atividade ou de pessoa a serviço do Estado brasileiro no exterior; ou que seja ou tenha sido empregado em missão diplomática ou em repartição consular do Brasil por mais de 5 anos, de forma alternada.

c) Entre os requisitos para obter a naturalização ordinária, o naturalizando deve possuir capacidade civil, segundo a lei brasileira, ter residência em território nacional, pelo prazo mínimo de 4 anos, sendo esse prazo reduzido para, no mínimo, 1 ano caso o naturalizando tenha prestado serviço relevante ao Brasil.

d) A naturalização provisória é concedida ao migrante criança ou adolescente que tenha fixado residência em território nacional até os 12 anos de idade e requerida por intermédio de seu representante legal, podendo a naturalização ser convertida em definitiva se o naturalizando assim o requerer no prazo de 1 ano após atingir a maioridade.

e) No curso do processo de naturalização, o naturalizando poderá solicitar a tradução ou a adaptação de seu nome à língua portuguesa, o qual integrará cadastro com o nome traduzido ou adaptado associado ao nome anterior; do pedido de naturalização apresentado e processado não caberá recurso em caso de denegação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, conforme a previsão do art. 67 da Lei de Migração: “A naturalização extraordinária será concedida a pessoa de qualquer nacionalidade fixada no Brasil há mais de 15 (quinze) anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeira a nacionalidade brasileira”.

A alternativa B está incorreta, conforme a previsão do art. 68, incisos I e II, da Lei de Migração: “A naturalização especial poderá ser concedida ao estrangeiro que se encontre em uma das seguintes situações: I - seja cônjuge ou companheiro, há mais de 5 (cinco) anos, de integrante do Serviço Exterior Brasileiro em atividade ou de pessoa a serviço do Estado brasileiro no exterior; ou II - seja ou tenha sido empregado em missão diplomática ou em repartição consular do Brasil por mais de 10 (dez) anos ininterruptos”.

A alternativa C está correta, conforme a previsão do art. 65, incisos I e II e do art. 66, inciso V, ambos da Lei de Migração, respectivamente: “Será concedida a naturalização ordinária àquele que preencher as seguintes condições: I - ter capacidade civil, segundo a lei brasileira; II - ter residência em território nacional, pelo prazo mínimo de 4 (quatro) anos”; “O prazo de residência fixado no inciso II do caput do art. 65 será reduzido para, no mínimo, 1 (um) ano se o naturalizando preencher quaisquer das seguintes condições: V - haver prestado ou poder prestar serviço relevante ao Brasil”.

A alternativa D está incorreta, conforme a previsão do art. 70 da Lei de Migração: “A naturalização provisória poderá ser concedida ao migrante criança ou adolescente que tenha fixado residência em território nacional antes de completar 10 (dez) anos de idade e deverá ser requerida por intermédio de seu representante legal. Parágrafo único. A naturalização prevista no caput será convertida em definitiva se o naturalizando expressamente assim o requerer no prazo de 2 (dois) anos após atingir a maioridade”.



A alternativa E está incorreta, conforme a previsão do art. 71 da Lei de Migração: “O pedido de naturalização será apresentado e processado na forma prevista pelo órgão competente do Poder Executivo, sendo cabível recurso em caso de denegação. § 1º No curso do processo de naturalização, o naturalizando poderá requerer a tradução ou a adaptação de seu nome à língua portuguesa. § 2º Será mantido cadastro com o nome traduzido ou adaptado associado ao nome anterior”.

QUESTÃO 87- Em relação à restituição de coisas apreendidas, assinale a opção correta de acordo com o Código de Processo Penal (CPP).

- a) Na hipótese de decretação de perdimento de obras de arte, se o crime não tiver vítima determinada, os bens serão destinados à União.**
- b) Apreendida a coisa adquirida com os proventos do crime, o juiz deverá promover, cautelarmente, a sua venda em leilão, sendo o valor revertido integralmente ao Fundo Penitenciário.**
- c) Em caso de conflito sobre quem seja o verdadeiro dono da coisa apreendida, ela ficará sob a guarda do juiz da causa, que deverá decidir sobre a propriedade após a oitiva do Ministério Público.**
- d) Após sessenta dias do trânsito em julgado da sentença absolutória, os objetos apreendidos e não reclamados serão leiloados, para o pagamento das custas.**
- e) As coisas facilmente deterioráveis serão avaliadas e leiloadas ou entregues ao terceiro que as detinha, se ele for pessoa idônea e se responsabilizar por elas.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. O art. 124-A do CPP estabelece que as obras de arte poderão ser destinadas a museus públicos. Referido dispositivo estabelece: “Na hipótese de decretação de perdimento de obras de arte ou de outros bens de relevante valor cultural ou artístico, se o crime não tiver vítima determinada, poderá haver destinação dos bens a museus públicos”.

A alternativa B está incorreta. A apreensão e destinação da coisa adquirida com os proventos do crime está prevista no art. 121 do CPP, cuja norma remete ao art. 133 e seus parágrafos, também do CPP: “No caso de apreensão de coisa adquirida com os proventos da infração, aplica-se o disposto no art. 133 e seu parágrafo”. Em complemento, a normativa do art. 133 do CPP estabelece que “Transitada em julgado a sentença condenatória, o juiz, de ofício ou a requerimento do interessado ou do Ministério Público, determinará a avaliação e a venda dos bens em leilão público cujo perdimento tenha sido decretado”. Além disso, os §§1º e 2º do dispositivo conferem uma ordem de destinação do valor apurado em leilão. Inicialmente, o valor se destina ao lesado ou a terceiro de boa-fé. Havendo sobra, os valores serão recolhidos ao Fundo Penitenciário Nacional, exceto se houver previsão diversa em lei especial. O §1º do art. 133 do CPP dispõe: “Do dinheiro apurado, será recolhido aos cofres públicos o que não couber ao lesado ou a terceiro de boa-fé”. O §2º do art. 133 do CPP completa a normativa nos seguintes termos: “O valor apurado deverá ser recolhido ao Fundo Penitenciário Nacional, exceto se houver previsão diversa em lei especial”.

A alternativa C está incorreta. Caso duas ou mais pessoas reivindiquem a coisa apreendida e não seja possível dirimir a propriedade nos autos do pedido de restituição, o Juiz criminal remeterá as partes para o juízo cível, nos termos do §4º do art. 120 do CPP: “Em caso de dúvida sobre quem seja o verdadeiro dono, o juiz remeterá as partes para o juízo cível, ordenando o depósito das coisas em mãos de depositário ou do próprio terceiro que as detinha, se for pessoa idônea”.



A alternativa D está incorreta. A alternativa apresenta duas informações incorretas. A primeira refere-se ao prazo de reclamação, que é de 90 (noventa) e não 60 (sessenta) dias. A segunda diz respeito à destinação do valor apurado em leilão, que deverá ser encaminhado ao juízo de ausentes, e não servirá para pagamento de custas. A propósito, dispõe o art. 123 do CPP: “Fora dos casos previstos nos artigos anteriores, se dentro no prazo de 90 dias, a contar da data em que transitar em julgado a sentença final, condenatória ou absolutória, os objetos apreendidos não forem reclamados ou não pertencerem ao réu, serão vendidos em leilão, depositando-se o saldo à disposição do juízo de ausentes”.

A alternativa E está correta. Conforme dispõe o §5º do art. 120 do CPP, as coisas facilmente deterioráveis poderão ter dois encaminhamentos: leilão público ou entrega a pessoa idônea que as detinha. Dispõe referido dispositivo: “Tratando-se de coisas facilmente deterioráveis, serão avaliadas e levadas a leilão público, depositando-se o dinheiro apurado, ou entregues ao terceiro que as detinha, se este for pessoa idônea e assinar termo de responsabilidade”.

QUESTÃO 88 - A evasão de divisas do Brasil mediante operação de câmbio não autorizada configura

- a) crime de emissão de título ao portador sem permissão legal previsto no Código Penal.**
- b) crime contra a ordem econômica previsto na Lei nº 8.137/1990.**
- c) crime contra o sistema financeiro nacional previsto na Lei nº 7.492/1986.**
- d) crime de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores previsto na Lei nº 9.613/1998.**
- e) crime contra a ordem tributária previsto na Lei nº 8.137/1990.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

O crime de evasão de divisas mediante operação de câmbio não autorizada está previsto no art. 22 da Lei n. 7.492/96, que define os crimes contra o sistema financeiro nacional. Referido dispositivo estabelece os seguintes preceitos primário e secundário: “Efetuar operação de câmbio não autorizada, com o fim de promover evasão de divisas do País: Pena - Reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa”.

Demais alternativas, portanto, estão incorretas.

QUESTÃO 89 - Quanto aos crimes em licitações e contratos administrativos, assinale a opção correta.

- a) No crime de afastamento de licitante, é atípica a conduta de abster-se ou desistir de licitar em razão de vantagem oferecida.**
- b) Fornecer mercadoria falsificada, deteriorada ou com prazo de validade vencido, como se fosse verdadeira ou perfeita, configura o crime de contratação inidônea.**
- c) Será isento de pena o agente que, declarado inidôneo, venha a participar da licitação, mas não celebre o contrato.**
- d) O crime de violação de sigilo em licitação é punido com detenção, sem possibilidade de suspensão condicional do processo.**



e) Em se tratando de condutas dolosas, a pena de multa não poderá ser inferior a 5% do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. A abstenção ou desistência de licitação em virtude de vantagem oferecida configura crime com a mesma pena prevista ao crime de afastamento de licitante. A conduta típica está prevista no parágrafo único do art. 337-K do CP. O referido artigo prevê o crime de afastamento de licitante nos seguintes termos: “Afastar ou tentar afastar licitante por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo: Pena - reclusão, de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos, e multa, além da pena correspondente à violência”. O parágrafo único do dispositivo completa a norma penal para punir também aquele que deixa de participar ou desiste de licitar em razão da vantagem oferecida, com a seguinte redação: “Incorre na mesma pena quem se abstém ou desiste de licitar em razão de vantagem oferecida”.

A alternativa B está incorreta. As condutas previstas na alternativa configuram o crime de fraude em licitação ou contrato, previsto no art. 337-L, inc. II, do CP, nos seguintes termos: “Fraudar, em prejuízo da Administração Pública, licitação ou contrato dela decorrente, mediante: [...] II - fornecimento, como verdadeira ou perfeita, de mercadoria falsificada, deteriorada, inservível para consumo ou com prazo de validade vencido”.

A alternativa C está incorreta. Ao contrário do que dispõe a alternativa, o agente que, declarado inidôneo, participar da licitação comete crime com pena de reclusão, de 1 (um) ano a 3 (três) anos, e multa. Com efeito, o art. 337-M, caput, do CP prevê o crime de contratação inidônea do seguinte modo: “Admitir à licitação empresa ou profissional declarado inidôneo: Pena - reclusão, de 1 (um) ano a 3 (três) anos, e multa”. O §2º do art. 337-M do CP é o que serve para responder a questão, dispondo: “Incide na mesma pena do caput deste artigo aquele que, declarado inidôneo, venha a participar de licitação e, na mesma pena do § 1º deste artigo, aquele que, declarado inidôneo, venha a contratar com a Administração Pública”.

A alternativa D está correta. O crime de violação de sigilo em licitação possui previsão legal no art. 337-J do CP e prevê uma pena de detenção de 2 (dois) anos a 3 (três) anos, e multa. Dispõe referido dispositivo: “Devassar o sigilo de proposta apresentada em processo licitatório ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo. Pena - detenção, de 2 (dois) anos a 3 (três) anos, e multa”. Devemos lembrar também que a suspensão condicional do processo é um instituto despenalizador previsto no art. 89 da Lei n. 9.099/95, que exige, além de outras de outras condições, que a pena mínima cominada ao delito seja igual ou inferior a um ano. Referido artigo estabelece: “Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, abrangidas ou não por esta Lei, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizam a suspensão condicional da pena (art. 77 do Código Penal)”. Com efeito, percebe-se que o crime de violação de sigilo em licitação prevê pena mínima de 2 (dois) anos, o que torna inviável a incidência do instituto da suspensão condicional do processo.

A alternativa E está incorreta. A Lei n. 14.133/21 inseriu o art. 337-P do Código Penal e estabeleceu um patamar mínimo do valor da pena de multa, a qual não poderá ser inferior a 2% (dois por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta. Referido artigo dispõe: “A pena de multa cominada aos crimes previstos neste Capítulo seguirá a metodologia de cálculo prevista neste Código e não poderá ser inferior a 2% (dois por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta”.



QUESTÃO 90 - No que se refere ao trabalho em condições análogas às de escravo, a conduta que configura o sistema de barracão, ou *truck system*, consiste em

- a) submeter alguém a trabalhos forçados.**
- b) submeter alguém a jornada de trabalho exaustiva.**
- c) restringir, por qualquer meio, a locomoção de alguém, em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto.**
- d) sujeitar alguém a condições degradantes de trabalho.**
- e) manter vigilância ostensiva de alguém no local de trabalho, com o fim de lá retê-lo.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

O crime de redução à condição análoga à de escravo encontra previsão no art. 149 do Código Penal e abrange todas as hipóteses estabelecidas nas alternativas. Veja-se: “Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto: Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência. § 1ª Nas mesmas penas incorre quem: I – cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho; II – mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho. § 2º A pena é aumentada de metade, se o crime é cometido: I – contra criança ou adolescente; II – por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem”.

Todavia, para responder à questão devemos nos socorrer à doutrina trabalhista. Conforme ensina JOSÉ CAIRO JÚNIOR (Curso de Direito do Trabalho: direito individual e coletivo do trabalho. 12ª ed. Juspodivm, p. 516), “Quando o empregador coloca à disposição dos seus empregados mercadorias e serviços a preços superiores ao do mercado e, de certa forma, impõe sua aquisição, com posterior desconto na remuneração, pratica o que a doutrina e jurisprudência convencionaram chamar de *truck system*”.

Trazendo para a órbita penal, o sistema de barracão ou *truck system* poderá configurar o crime previsto no art. 149 do CP caso o empregador restrinja, por qualquer meio, a locomoção do trabalhador em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto. É o caso, por exemplo, do empregador rural que impede a rescisão contratual e saída do trabalhador de sua fazenda até que este quite eventual dívida contraída consigo.

Deste modo, a alternativa correta é a letra C.

QUESTÃO 91 - Com relação à ação rescisória proposta na justiça do trabalho, assinale a opção correta.

- a) Não caberá sustentação oral em agravo interno interposto contra decisão monocrática do relator que julgar o mérito de uma ação rescisória.**
- b) É dispensável a expressa indicação da norma jurídica manifestamente violada quando esta constituir a causa de pedir da ação rescisória, por ser aplicável o princípio *iura novit curia*.**



c) A propositura de uma ação rescisória por pessoa natural sem direito aos benefícios da gratuidade de justiça deve ser acompanhada do depósito de 5% sobre o valor da causa.

d) O termo final para ajuizamento da ação rescisória que recair em dia não útil prorroga-se para o primeiro dia útil subsequente.

e) A prova nova em que se fundamenta a pretensão de uma ação rescisória pode ser produzida no seu procedimento instrutório.

Comentários

A questão trata sobre ação rescisória na justiça do trabalho.

A alternativa correta é a **Letra D**, de acordo com a Súmula nº 100, IX, do TST: “AÇÃO RESCISÓRIA. DECADÊNCIA (incorporadas as Orientações Jurisprudenciais nºs 13, 16, 79, 102, 104, 122 e 145 da SBDI-II) - Res. 137/2005, DJ 22, 23 e 24.08.2005. IX - Prorroga-se até o primeiro dia útil, imediatamente subsequente, o prazo decadencial para ajuizamento de ação rescisória quando expira em férias forenses, feriados, finais de semana ou em dia em que não houver expediente forense. Aplicação do art. 775 da CLT. (ex-OJ nº 13 da SBDI-II - inserida em 20.09.2000)”

A alternativa A está incorreta, pois de acordo com o regimento interno do TST (com alterações realizadas pela Emenda Regimental nº 5, realizada após a alteração do Estatuto da Ordem para permitir a sustentação oral em agravos internos), é possível a sustentação oral em agravo interno interposto contra decisão monocrática do relator que julgar o mérito de uma ação rescisória: “Art. 161. Ressalvado o disposto no art. 147, § 11, deste Regimento, a sustentação oral será feita de uma só vez, ainda que arguida matéria preliminar ou prejudicial. (...) 5º Não haverá sustentação oral em: (...) IV - agravos internos previstos neste Regimento, salvo se interpostos contra decisão monocrática de relator que: (...) b) extinga, com ou sem resolução de mérito, ação rescisória, mandado de segurança, reclamação, habeas corpus e outras ações de competência originária;

A alternativa B está incorreta, porque a Súmula nº 443 do TST dispõe que é indispensável a expressa indicação, na petição inicial da ação rescisória, da norma violada: “AÇÃO RESCISÓRIA. PETIÇÃO INICIAL. CAUSA DE PEDIR. AUSÊNCIA DE CAPITULAÇÃO OU CAPITULAÇÃO ERRÔNEA NO ART. 966 DO CPC DE 2015. ART. 485 DO CPC DE 1973. PRINCÍPIO "IURA NOVIT CURIA" (nova redação em decorrência do CPC de 2015) – Res. 208/2016, DEJT divulgado em 22, 25 e 26.04.2016 Não padece de inépcia a petição inicial de ação rescisória apenas porque omite a subsunção do fundamento de rescindibilidade no art. 966 do CPC de 2015 (art. 485 do CPC de 1973) ou o capitula erroneamente em um de seus incisos. Contanto que não se afaste dos fatos e fundamentos invocados como causa de pedir, ao Tribunal é lícito emprestar-lhes a adequada qualificação jurídica ("iura novit curia"). No entanto, fundando-se a ação rescisória no art. 966, inciso V, do CPC de 2015 (art. 485, inciso V, do CPC de 1973), é indispensável expressa indicação, na petição inicial da ação rescisória, da norma jurídica manifestamente violada (dispositivo legal violado sob o CPC de 1973), por se tratar de causa de pedir da rescisória, não se aplicando, no caso, o princípio "iura novit curia". (ex-Ojs nºs 32 e 33 da SBDI-2 - inseridas em 20.09.2000)”

A alternativa C está incorreta, porque o único artigo da CLT que trata sobre ação rescisória o faz diferenciando do CPC, sujeitando a ação rescisória ao depósito prévio de 20% do valor da causa: “Art. 836. É vedado aos órgãos da Justiça do Trabalho conhecer de questões já decididas, excetuados os casos expressamente previstos neste Título e a ação rescisória, que será admitida na forma do disposto no Capítulo IV do Título IX da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, sujeita ao depósito prévio de 20% (vinte por cento) do valor da causa, salvo prova de miserabilidade jurídica do autor.”



A alternativa E está incorreta, pois a prova nova deve já existir ao tempo do trânsito em julgado da decisão rescindenda, não podendo ser produzida no decorrer da ação rescisória. Vejamos a Súmula nº 402, I, do TST: "AÇÃO RESCISÓRIA. PROVA NOVA. DISSÍDIO COLETIVO. SENTENÇA NORMATIVA (nova redação em decorrência do CPC de 2015) - Res. 217/2017 - DEJT divulgado em 20, 24 e 25.04.2017. I – Sob a vigência do CPC de 2015 (art. 966, inciso VII), para efeito de ação rescisória, considera-se prova nova a cronologicamente velha, já existente ao tempo do trânsito em julgado da decisão rescindenda, mas ignorada pelo interessado ou de impossível utilização, à época, no processo."

QUESTÃO 92 - Considerando o entendimento do TST e da Justiça do Trabalho, assinale a opção correta a respeito dos recursos e seus pressupostos no processo do trabalho.

a) Cabe a interposição de embargos para a Subseção I da Seção Especializada em Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho contra decisão de turma proferida em agravo de instrumento em recurso de revista.

b) Constitui erro grosseiro a oposição de embargos de declaração para suprir omissão quanto a um tema no juízo de admissibilidade do recurso de revista exercido pela presidência de tribunal regional do trabalho.

c) É irrecurável a decisão monocrática que considera ausente a transcendência da matéria em agravo de instrumento em recurso de revista.

d) A ausência de recolhimento das custas processuais quando da interposição do recurso ordinário em mandado de segurança não autoriza a abertura de prazo para regularização do preparo.

e) O agravo interno interposto por advogado cujo substabelecimento tenha sido outorgado por pessoa que não possuía poderes para tanto será tido como inexistente.

Comentários

A questão trata sobre recursos no processo do trabalho.

A alternativa correta é a **Letra D**, conforme o entendimento jurisprudencial do TST: "AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. DESERÇÃO. CUSTAS PROCESSUAIS. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE RECOLHIMENTO NO PRAZO RECURSAL. ART. 789, § 1º, DA CLT - ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL Nº 148 DA SBDI-2 DO TST. O juízo de admissibilidade do Tribunal Regional do Trabalho denegou seguimento ao recurso ordinário interposto pela impetrante, por deserto. No caso dos autos, embora condenada ao pagamento de custas processuais, a impetrante, ao interpor o recurso ordinário, deixou de comprovar o seu recolhimento. O recolhimento das custas processuais constitui pressuposto extrínseco recursal e sua comprovação deve ocorrer dentro do prazo recursal, nos termos do art. 789, § 1º, da CLT, também aplicável ao mandado de segurança. A Orientação Jurisprudencial nº 148 desta Subseção dispõe que "é responsabilidade da parte, para interpor recurso ordinário em mandado de segurança, a comprovação do recolhimento das custas processuais no prazo recursal, sob pena de deserção". Dessa forma, a falta de comprovação do recolhimento das custas processuais, por ocasião da interposição do recurso ordinário em mandado de segurança, culmina com a inviabilidade do seu conhecimento. Ressalte-se que a previsão do art. 1.007, § 2º, do CPC de 2015, aplicável ao Processo do Trabalho por força do art. 10 da Instrução Normativa 39/2016 do TST, refere-se apenas aos casos de insuficiência no valor das custas processuais, e não total ausência de comprovação no recolhimento. Essa é a interpretação conferida à Orientação Jurisprudencial nº 140 da SBDI-1. As garantias constitucionais processuais não dispensam os



jurisdicionados da observância dos pressupostos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade recursal previstos na legislação infraconstitucional, dentre os quais se inclui o preparo. Agravo de instrumento conhecido e desprovido " (AIRO-22201-23.2018.5.04.0000, Subseção II Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, DEJT 04/10/2019)."

A alternativa A está incorreta, pois conforme a Súmula nº 353 do TST, em regra, não cabem Embargos à Sbdl-1 contra decisão proferida em agravo de instrumento: "Não cabem embargos para a Seção de Dissídios Individuais de decisão de Turma proferida em agravo, salvo: (...)"

A alternativa B está incorreta, pois os Embargos de Declaração se prestam justamente a esse fim, qual seja, suprir omissões. Se na decisão de admissibilidade proferida pelo desembargador no TRT, houver omissão quanto à algum tema, o recurso cabível é justamente os Embargos de Declaração.

A alternativa C está incorreta. Trata-se de uma alteração recente realizada pela Lei nº 13.467/2017 (Reforma Trabalhista), que acrescentou ao artigo 896-A da CLT o §5º, que assim dispõe: "É irrecorrível a decisão monocrática do relator que, em agravo de instrumento em recurso de revista, considerar ausente a transcendência da matéria.". Ocorre que o Tribunal Pleno do TST na ArgInc-1000485-52.2016.5.02.0461 declarou a inconstitucionalidade de tal norma.

A alternativa E está incorreta, pois conforme o item II da Súmula nº 383 do TST, se verificada a irregularidade de representação em fase recursal, o relator ou órgão competente deve designar prazo de 5 dias para que o vício seja sanado, não podendo considerar o recurso como inexistente de plano: "II - Verificada a irregularidade de representação da parte em fase recursal, em procuração ou substabelecimento já constante dos autos, o relator ou o órgão competente para julgamento do recurso designará prazo de 5 (cinco) dias para que seja sanado o vício. Descumprida a determinação, o relator não conhecerá do recurso, se a providência couber ao recorrente, ou determinará o desentranhamento das contrarrazões, se a providência couber ao recorrido"

QUESTÃO 93. Assinale a opção correta acerca da desapropriação por interesse social para reforma agrária.

a) A ação de desapropriação deverá ser proposta dentro do prazo de cinco anos, contado da publicação do decreto declaratório.

b) A ação de desapropriação obedecerá ao especial, de rito sumário, e será processada e julgada pelo contraditório juízo federal competente, até mesmo durante as férias forenses.

c) O regime de precatório não poderá ser aplicado para fins de indenização das benfeitorias úteis e necessárias.

d) A indenização das benfeitorias úteis e necessárias deve realizar-se sempre mediante títulos da dívida agrária.

e) O procedimento para o processo judicial de desapropriação será regulado por lei ordinária.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, pois o prazo para propositura da ação de desapropriação é de 2 anos, não de cinco, nos termos do art. 3º da Lei Complementar 76/1993: "A ação de desapropriação deverá ser proposta dentro do prazo de dois anos, contado da publicação do decreto declaratório".

A alternativa B está correta, por conter a expressa literalidade do art. 1º da Lei Complementar 76/1993, segundo a qual: "O procedimento judicial da desapropriação de imóvel rural, por interesse



social, para fins de reforma agrária, obedecerá ao contraditório especial, de rito sumário, previsto nesta lei Complementar”, bem como do art. 2º, § 1º, do diploma legal: “A ação de desapropriação, proposta pelo órgão federal executor da reforma agrária, será processada e julgada pelo juiz federal competente, inclusive durante as férias forenses”.

A alternativa C está incorreta, pois o STF já fixou entendimento no sentido de se aplicar o regime de precatório à situação exposta, conforme se verifica: “(...) Somente o valor da indenização oferecido quando da inicial pode ser prontamente desembolsado pelo expropriante, isso porque é um valor conhecido e que já representa verba orçamentária específica que lhe foi consignada, em face de recursos disponíveis. O mesmo não ocorre com a parte complementar da indenização fixada na decisão judiciária final da ação expropriatória, já que indefinida, antes do trânsito em julgado da sentença. Dessa forma, essa complementação não pode constar de previsão orçamentária regular, que há de ter por objeto quantia, em dinheiro, referida a certo exercício financeiro. A complementação da indenização, fixada na decisão judiciária, somente pode ser paga dentro do processo de precatório, previsto no art. 100 da Constituição Federal (...)” (STF. RE 247.866. Rel. Min. Ilmar Galvão, publicação em 24/11/2000).

A alternativa D está incorreta, pois, conforme jurisprudência colacionada acima, aplica-se o sistema de precatório.

A alternativa E está incorreta, pois aplica-se procedimento especial, nos termos do art. 1º da Lei Complementar 76/1993.

QUESTÃO 94. No que se refere ao procedimento judicial da desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, assinale a opção correta.

a) Ajuizada a desapropriação parcial, o proprietário poderá requerer, na contestação, a desapropriação de todo o imóvel, quando a área remanescente ficar reduzida a superfície inferior à da pequena propriedade rural.

b) O recurso de apelação, quando interposto pelo expropriante, não terá efeito suspensivo.

c) A audiência de conciliação suspende o curso da ação de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária.

d) A sentença que condenar o expropriante em quantia superior ao valor oferecido na inicial ficará sujeita ao duplo grau de jurisdição.

e) As despesas judiciais e os honorários do advogado e do perito constituem encargos do expropriante, se o valor da indenização for igual ou inferior ao preço oferecido na inicial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, por se tratar da literalidade do art. 4º, inc. I, da Lei Complementar 76/1993: “Intentada a desapropriação parcial, o proprietário poderá requerer, na contestação, a desapropriação de todo o imóvel, quando a área remanescente ficar: I - reduzida a superfície inferior à da pequena propriedade rural (...)”.

A alternativa B está incorreta, pelo fato de a apelação do expropriante ser recebida em ambos os efeitos, nos termos do art. 13: “Da sentença que fixar o preço da indenização caberá apelação com efeito simplesmente devolutivo, quando interposta pelo expropriado e, em ambos os efeitos, quando interposta pelo expropriante”.



A alternativa C está incorreta, pois “A audiência de conciliação não suspende o curso da ação”, nos termos do art. 6º, § 7º, da Lei Complementar 76/1993: “A audiência de conciliação não suspende o curso da ação”.

A alternativa D está incorreta, na medida em que a quantia ficada em sede de sentença deve ser superior a 50% para que esteja sujeita a duplo grau de jurisdição, nos termos do art. 13, § 1º, da Lei Complementar 76/1993: “A sentença que condenar o expropriante, em quantia superior a cinquenta por cento sobre o valor oferecido na inicial, fica sujeita a duplo grau de jurisdição”.

A alternativa E está incorreta, pois os referidos encargos serão atribuídos ao expropriante quando o valor da indenização for superior ao preço inicialmente oferecido, nos termos do art. 19 da Lei Complementar 76/1993: “As despesas judiciais e os honorários do advogado e do perito constituem encargos do sucumbente, assim entendido o expropriado, se o valor da indenização for igual ou inferior ao preço oferecido, ou o expropriante, na hipótese de valor superior ao preço oferecido”.

QUESTÃO 95. Acerca das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades de quilombos, assinale a opção correta.

a) Lei federal regulamenta os procedimentos administrativos para a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação da propriedade definitiva das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos.

b) Serão nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos, sem que a nulidade e a extinção gerem direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé.

c) Competem à Fundação Cultural Palmares a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sem prejuízo da competência concorrente dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

d) São de propriedade da União as terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos.

e) A caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta, pois o procedimento administrativo do qual trata a questão está regulado em decreto, conforme dispõe o art. 1º do Decreto 4.887/2003: “Os procedimentos administrativos para a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação da propriedade definitiva das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, serão procedidos de acordo com o estabelecido neste Decreto”.

A alternativa B está incorreta, pois os títulos de terceiros incidentes em terras ocupadas por remanescentes de comunidades indígenas não são nulos ou extintos, devendo ser submetidos ao regular procedimento de desapropriação, conforme entendimento fixado pelo STF: “(...) 11. Diverso do que ocorre no tocante às terras tradicionalmente ocupadas pelos índios – art. 231, § 6º – a Constituição não reputa nulos ou extintos os títulos de terceiros eventualmente incidentes sobre as terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, de modo que a regularização



do registro exige o necessário o procedimento expropriatório. A exegese sistemática dos arts. 5º, XXIV, 215 e 216 da Carta Política e art. 68 do ADCT impõe, quando incidente título de propriedade particular legítimo sobre as terras ocupadas por quilombolas, seja o processo de transferência da propriedade mediado por regular procedimento de desapropriação. Improcedência do pedido de declaração de inconstitucionalidade material do art. 13 do Decreto 4.887/2003” (STF. ADI 3239. Rel. Min. Rosa Weber, julgado em 08/02/2018).

A alternativa C está incorreta, por se tratar de competência do Ministério da Cultura, nos termos do art. 5º do Decreto 4.887/2003: “Compete ao Ministério da Cultura, por meio da Fundação Cultural Palmares, assistir e acompanhar o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o INCRA nas ações de regularização fundiária, para garantir a preservação da identidade cultural dos remanescentes das comunidades dos quilombos, bem como para subsidiar os trabalhos técnicos quando houver contestação ao procedimento de identificação e reconhecimento previsto neste Decreto”.

A alternativa D está incorreta, na medida em que às comunidades quilombolas é reconhecida a propriedade definitiva de suas terras, nos termos do art. 68 dos Ato das Disposições Constitucionais Transitórias: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

A alternativa E está correta, por se tratar de expressa literalidade do art. 2º, § 1º, do Decreto 4.887/2003: “Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade”.

QUESTÃO 96. Quanto ao regime jurídico dos imóveis rurais e à desapropriação para fins de reforma agrária, assinale a opção correta.

a) As alienações ou concessões de terras públicas para fins de reforma agrária, na hipótese de imóvel com área superior a 2.500 hectares, dependem de prévia autorização do Congresso Nacional.

b) Àquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como sua, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, com até 250 hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, será assegurada a propriedade dessa área.

c) O imóvel rural particular objeto de esbulho possessório ou invasão motivada por conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo não é passível de vistoria, avaliação desapropriação nos dois anos seguintes à sua desocupação, ou no dobro desse prazo, em caso de reincidência.

d) Os títulos da dívida agrária, que conterão cláusula assecuratória de preservação de seu valor real, serão resgatáveis a partir do primeiro ano de sua emissão, em percentual proporcional ao prazo.

e) É requisito para a regularização fundiária de imóvel de domínio público na Amazônia Legal a vistoria prévia, independentemente da extensão do imóvel.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, uma vez que, quando destinada à reforma agrária, a alienação ou concessão de terras públicas independe da prévia aprovação do Congresso Nacional, nos termos do art. 188, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal: “A destinação de terras públicas e devolutas será compatibilizada com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária. § 1º A alienação



ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional. § 2º Excetuam-se do disposto no parágrafo anterior as alienações ou as concessões de terras públicas para fins de reforma agrária”.

A alternativa B está incorreta, pois há limitação de 50 hectares, nos termos do art. 191 da Constituição Federal: “Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade”.

A alternativa C está correta, por se tratar da literalidade do art. 2º, § 6º, da Lei 8.629/93: “O imóvel rural de domínio público ou particular objeto de esbulho possessório ou invasão motivada por conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo não será vistoriado, avaliado ou desapropriado nos dois anos seguintes à sua desocupação, ou no dobro desse prazo, em caso de reincidência; e deverá ser apurada a responsabilidade civil e administrativa de quem concorra com qualquer ato omissivo ou comissivo que propicie o descumprimento dessas vedações”.

A alternativa D está incorreta, uma vez que os títulos serão resgatáveis a partir do segundo ano de sua emissão, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei 8.629/93: “Os títulos da dívida agrária, que conterão cláusula assecuratória de preservação de seu valor real, serão resgatáveis a partir do segundo ano de sua emissão, em percentual proporcional ao prazo, observados os seguintes critérios: (...)”.

A alternativa E está incorreta, na medida em que a vistoria prévia para fins de regularização das ocupações é obrigatória em hipóteses específicas, conforme disposto no art. 5º, § 2º, incisos, do Decreto 10.592/2020: “Independentemente da extensão do imóvel rural, a vistoria presencial para a regularização das ocupações será obrigatória para a conclusão do processo de regularização fundiária nas seguintes hipóteses: I - quando não for possível obter análise conclusiva apenas com base na análise remota do processo a que se refere o inciso II do caput, desde que haja decisão fundamentada do Incra; II - se o imóvel houver sido objeto de termo de embargo ou infração ambiental, lavrado pelo órgão ambiental federal responsável; III - se o requerimento a que se refere o inciso I do caput houver sido realizado por meio de procuração; IV - se o imóvel apresentar indícios de fracionamento fraudulento da unidade econômica de exploração; V - se houver conflito agrário declarado no ato de requerimento a que se refere o caput ou registrado na Câmara de Conciliação Agrária do Incra; ou VI - se forem estabelecidas outras razões em ato do dirigente máximo do Incra”.

QUESTÃO 97. Considerando as disposições da Lei nº 10.973/2004 e da Lei nº 13.243/2016, assinale a opção correta, referente ao marco legal da ciência, tecnologia e inovação no Brasil.

a) A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e as respectivas agências de fomento poderão estimular e apoiar a constituição de alianças estratégicas e o desenvolvimento de projetos de cooperação envolvendo empresas e entidades privadas sem fins lucrativos.

b) As instituições científicas, tecnológicas e de inovação têm como fim único a transferência e difusão de tecnologias.

c) As agências de fomento poderão estimular e apoiar a constituição de alianças estratégicas e o desenvolvimento de projetos de cooperação exclusivamente com empresas nacionais.



d) O apoio para o desenvolvimento de projetos de cooperação previsto na citada legislação restringe-se a projetos nacionais de pesquisa tecnológica e ações de empreendedorismo tecnológico e de criação de ambientes de inovação.

e) As instituições científicas, tecnológicas e de inovação criadas pelos órgãos federados deverão estimular a constituição de alianças estratégicas e o desenvolvimento de projetos de operação envolvendo todas as entidades privadas do setor tecnológico.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa “a” está correta, nos termos do Art. 3º, da Lei nº 10.973/04: “A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e as respectivas agências de fomento poderão estimular e apoiar a constituição de alianças estratégicas e o desenvolvimento de projetos de cooperação envolvendo empresas, ICTs e entidades privadas sem fins lucrativos voltados para atividades de pesquisa e desenvolvimento, que objetivem a geração de produtos, processos e serviços inovadores e a transferência e a difusão de tecnologia.”

As alternativas “b”, “c”, “d” e “e” estão incorretas, sob o fundamento do supracitado artigo da Lei nº 10.973/04.

QUESTÃO 98. Com base no que dispõe a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/1996) a respeito dos níveis de ensino e da sua obrigatoriedade, é correto afirmar que somente

a) a pré-escola e o ensino fundamental são obrigatórios, sendo o acesso ao ensino médio e ao ensino superior dependente da capacidade de cada aluno.

b) a educação infantil e o ensino fundamental, que englobam a pré-escola, a alfabetização e os cinco primeiros anos do ensino básico, são obrigatórios.

c) a educação básica, a qual abrange a pré-escola, o ensino fundamental e o ensino médio, é obrigatória.

d) o ensino fundamental, o qual abrange o ensino infantil e o ensino básico, é obrigatório.

e) o ensino infantil, o qual engloba a pré-escola, a alfabetização e a educação básica, é obrigatório.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa “c” está correta, com base no Art. 4º, da Lei 9.394/96: “O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, organizada da seguinte forma: a) pré-escola; b) ensino fundamental; c) ensino médio;”

As alternativas “a”, “b”, “d” e “e” estão incorretas, sob o fundamento do supracitado artigo da Lei 9.394/96.

QUESTÃO 99. Considerando o entendimento do STF a respeito da cobrança de taxa de matrícula ou de mensalidade por universidades públicas nos cursos de graduação e pós-graduação *lato sensu* (especialização), assinale a opção correta.



- a) Apesar de a cobrança de taxa de matrícula nas universidades públicas ser constitucional, visto que é forma de custeio dos atos burocráticos inerentes ao acesso do aluno à educação, é inconstitucional a cobrança de mensalidade tanto na graduação quanto na especialização.
- b) A cobrança de qualquer taxa ou mensalidade nos cursos de especialização das universidades públicas, bem como a cobrança de taxa de matrícula nos cursos de graduação dessas instituições é inconstitucional.
- c) Apesar de a garantia constitucional da gratuidade do ensino não obstar a cobrança de mensalidade nos cursos de especialização das universidades públicas, a cobrança de taxa de matrícula nos cursos de graduação dessas instituições é inconstitucional.
- d) Em razão da autonomia universitária, tanto a cobrança de taxa de matrícula nos cursos de graduação quanto a cobrança de mensalidade em cursos de especialização em universidades públicas são constitucionais.
- e) Embora a cobrança de mensalidade em cursos de especialização nas universidades públicas seja inconstitucional, por se tratar de atividade de pesquisa, a cobrança de taxa de matrícula nos cursos de graduação é constitucional, desde que prevista por lei em sentido estrito.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa “c” está correta, com base nos seguintes fundamentos. Súmula vinculante nº 12: “A cobrança de taxa de matrícula nas universidades públicas viola o disposto no art. 206, inciso IV, da Constituição Federal.

Tese definida no RE 597.854: “A garantia constitucional da gratuidade de ensino não obsta a cobrança por universidades públicas de mensalidade em cursos de especialização. [RE 597.854, rel. min. Edson Fachin, P, j. 26-4-2017, DJE 214 de 21-9-2017, Tema 535].

As alternativas “a”, “b” “d” e “e” estão incorretas, nos termos da fundamentação citada.

QUESTÃO 100. A CF consagra às universidades autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. A esse respeito, assinale a opção correta de acordo com a jurisprudência do STF.

- a) Apesar da previsão constitucional de autonomia, que confere independência às universidades, estas não dispõem de discricionariedade para propor legislativamente sua estrutura e seu funcionamento administrativo.
- b) A autonomia universitária não implica legitimidade das instituições de ensino superior para exigir de seus discentes e docentes comprovação de vacinação.
- c) Afronta os princípios da liberdade de manifestação de pensamento e da autonomia universitária interpretação da lei eleitoral que conduza à prática de atos judiciais ou administrativos pelos quais se possibilite, determine ou promova a interrupção de aulas, debates ou manifestações de docentes e discentes nos ambientes universitários.
- d) A escolha do dirigente máximo das universidades federais pelo chefe do Poder Executivo federal, a partir de lista tríplice, prejudica o exercício da autonomia universitária, representando ato de fiscalização ou interferência na escolha ou execução de políticas próprias da instituição.



e) E constitucional decisão judicial que, fundamentada unicamente na eclosão da pandemia da covid-19, sem considerar as circunstâncias fáticas, determine que instituição de ensino superior privada conceda descontos lineares nas contraprestações dos contratos educacionais em razão da transposição de aulas presenciais para ambientes virtuais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa “c” está correta, nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, conforme ementa transcrita: “[...] Inconstitucionalidade de interpretação dos arts. 24 e 37 da Lei n. 9.504/1997 que conduza a atos judiciais ou administrativos que possibilitem, determinem ou promovam ingresso de agentes públicos em universidades públicas e privadas, recolhimento de documentos, interrupção de aulas, debates ou manifestações de docentes e discentes universitários, a atividade disciplinar docente e discente e coleta irregular de depoimentos pela prática de manifestação livre de ideias e divulgação de pensamento nos ambientes universitários ou equipamentos sob administração de universidades públicas e privadas e serventes a seus fins e desempenhos. 2. Arguição de descumprimento de preceito fundamental julgada procedente”. (ADPF 548, Relator(a): CÂRMEN LÚCIA, Tribunal Pleno, julgado em 15/05/2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-142 DIVULG 08-06-2020 PUBLIC 09-06-2020)

A alternativa “a” está incorreta, com base na Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, nos termos da ementa a seguir: “[...] 1. A previsão da autonomia universitária vem consagrada no art. 207 da Carta Política. Embora não se revista de caráter de independência (RMS nº 22.047/DF-AgR, ADI nº 1.599/UF-MC), atributo dos Poderes da República, revela a impossibilidade de exercício de tutela ou indevida ingerência no âmago próprio das suas funções, assegurando à universidade a discricionariedade de dispor ou propor (legislativamente) sobre sua estrutura e funcionamento administrativo, bem como sobre suas atividades pedagógicas. [...] 5. Ação julgada procedente para se declarar, com efeitos ex nunc, a inconstitucionalidade da Lei nº 8.865/06 do Estado do Rio Grande do Norte.” (ADI 3792, Relator(a): DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, julgado em 22/09/2016, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-168 DIVULG 31-07-2017 PUBLIC 01-08-2017)

A alternativa “b” está incorreta, nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, conforme ementa transcrita: “[...] V – As instituições federais de ensino têm, portanto, autoridade para exercer sua autonomia universitária, podendo, legitimamente, exigir o comprovante de vacinação. VI - Medida cautelar referendada pelo Plenário do STF para suspender o despacho de 29/12/2021 do Ministério da Educação, que aprovou o Parecer 01169/2021/CONJUR-MEC/CGU/AGU, proibindo a exigência de vacinação contra a Covid-19 como condicionante ao retorno das atividades acadêmicas presenciais.” (ADPF 756 TPI-décima segunda-Ref, Relator(a): RICARDO LEWANDOWSKI, Tribunal Pleno, julgado em 21/02/2022, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-056 DIVULG 23-03-2022 PUBLIC 24-03-2022)

A alternativa “d” está incorreta, com base na Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, nos termos da ementa a seguir: “[...] 1. A autonomia científica, didática e administrativa das universidades federais, prevista no art. 207 da Constituição Federal, concretiza-se pelas deliberações colegiadas tomadas por força dos arts. 53, 54, 55 e 56 da Lei 9.394/1996. A escolha de seu dirigente máximo pelo Chefe do Poder Executivo, a partir de lista tríplice, com atribuições eminentemente executivas, não prejudica ou perturba o exercício da autonomia universitária, não significando ato de fiscalização ou interferência na escolha ou execução de políticas próprias da instituição, escolhidas por decisão colegiada e participativa de seus integrantes. 2. A Constituição Federal e legislação complementar preveem, para instituições essenciais ao equilíbrio democrático, como Tribunais Superiores, o Ministério Público e a Defensoria Pública, escolha de integrantes ou dirigentes máximos a partir de ato discricionário do Presidente da República, com ou sem formação



de lista tríplice pelos pares. Tal previsão não afasta ou prejudica a autonomia institucional, administrativa e jurídica de tais entes face ao Poder Executivo, pois fundado na legitimação política da escolha pelo titular eleito democraticamente. 3. Sendo a escolha determinada a partir de lista tríplice, não se justifica a imposição de escolha no nome mais votado, sob pena de total inutilidade da votação e de restrição absoluta à discricionariedade mitigada concedida ao Chefe do Poder Executivo. [...] 6. Medida liminar indeferida.” (ADPF 759 MC-Ref, Relator(a): EDSON FACHIN, Relator(a) p/ Acórdão: ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 08/02/2021, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-071 DIVULG 14-04-2021 PUBLIC 15-04-2021).

A alternativa “e” está incorreta, nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, conforme ementa transcrita: [...] 11. À luz da necessária observância dos preceitos fundamentais da livre iniciativa, da isonomia, da autonomia universitária e da proporcionalidade, é inconstitucional decisão judicial que, sem considerar as circunstâncias fáticas efetivamente demonstradas, deixa de sopesar os reais efeitos da pandemia em ambas as partes contratuais, e determina a concessão de descontos lineares em mensalidades de cursos prestados por instituições de ensino superior. 12. Arguição de descumprimento de preceito fundamental conhecida e pedido julgado procedente para afirmar a inconstitucionalidade das interpretações judiciais que, unicamente fundamentadas na eclosão da pandemia da Covid-19 e no respectivo efeito de transposição de aulas presenciais para ambientes virtuais, determinam às instituições de ensino superior a concessão de descontos lineares nas contraprestações dos contratos educacionais, sem considerar as peculiaridades dos efeitos da crise pandêmica em ambas as partes contratuais envolvidas na lide. 13. A presente decisão não produz efeitos automáticos em processos com decisão com trânsito em julgado.” (ADPF 706, Relator(a): ROSA WEBER, Tribunal Pleno, julgado em 18/11/2021, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-059 DIVULG 28-03-2022 PUBLIC 29-03-2022).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que tenham gostado do material.

Bons estudos!

Para qualquer dúvida, crítica ou sugestão, entre em contato pelos seguintes canais:



E-mail: yasmin.ushara@estrategia.com



Instagram: [estrategiacarreirajuridica](https://www.instagram.com/estrategiacarreirajuridica/) / [yasminushara](https://www.instagram.com/yasminushara/)

